

PORTUGAL

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA

BANCO BPI



INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

LISBOA
3 E 4 DE JUNHO
2014



ÍNDICE DO RELATÓRIO

1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	10
2. ENQUADRAMENTO DO PAÍS	11
2.1 Caracterização genérica do país	11
2.2 Situação económica.....	12
2.3 Actividades económicas.....	16
2.4 Relações económicas internacionais.....	20
3. APOSTAS DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS	30
3.1 Programas de desenvolvimento económico e social de médio prazo.....	30
3.2 Breve caracterização da actual rede de infra-estruturas de transportes.....	35
3.3 Factores de competitividade internacional.....	46
3.4 Apostas de desenvolvimento de Portugal em recursos humanos técnicos e científicos ..	50
4. ESFORÇOS EM CURSO PARA O REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO PAÍS	55
4.1 Condições legais para a internacionalização.....	56
4.2 Investimento	58
4.3 Comércio e serviços.....	61
4.4 Turismo	65
4.5 Recursos humanos	69
5. RELAÇÕES ECONÓMICAS COM PORTUGAL.....	72
5.1 Relações bilaterais Portugal-Angola.....	72
5.2 Relações bilaterais Portugal-Brasil	81
5.3 Relações bilaterais Portugal-Cabo Verde.....	90
5.4 Relações bilaterais Portugal-Moçambique	97
5.5 Relações bilaterais Portugal-São Tomé e Príncipe	105
5.6 Relações bilaterais Portugal-Timor-Leste.....	113
5.7 Iniciativas relevantes para a promoção das relações económicas bilaterais	117
6. COMO REFORÇAR A INTERNACIONALIZAÇÃO DE PORTUGAL E A COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES LUSÓFONOS.....	123
6.1 Uma oportunidade de mudança.....	123
6.2 A necessidade de reforço dos factores de competitividade internos	123
6.3 Uma estratégia de desenvolvimento económico com enfoque na internacionalização ..	124
6.4 O aprofundamento das relações económicas bilaterais.....	125

**ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1 – Indicadores macroeconómicos 1996, 2005 e 2013pe.....	14
Quadro 2 – Especialização industrial de Portugal 2000 e 2011	18
Quadro 3 – Índice de Desenvolvimento Humano, 2012.....	31
Quadro 4 – Indicadores EUROPA 2020, Portugal, UE-SILC 2010-213.....	33
Quadro 5 – Metas de Portugal no âmbito da Estratégia Europa 2020 e situação em 2011	35
Quadro 6 – Movimento nos principais portos de Portugal Continental por tipo de mercadoria em 2013.....	39
Quadro 7 – Distribuição do investimento por sector e fonte de financiamento.....	46
Quadro 8 – Metas a atingir com os investimentos projectados em infra-estruturas.....	46
Quadro 9 – Barómetro inovação da COTEC.....	49
Quadro 10 – Exportações de produtos, por sector de actividade.....	49
Quadro 11 – População com ensino secundário ou superior	51
Quadro 12 – Metas traçadas na Estratégia Europa 2020.....	52
Quadro 13 – Rácio de alunos por professor no ensino secundário.....	53
Quadro 14 – Diplomados desempregados Quadro 15 – Diplomados por área de estudo.....	54
Quadro 16 – Medidas legislativas para promoção do sector exportador e do investimento.....	56
Quadro 17 – Modalidades de apoio ao financiamento à internacionalização	59
Quadro 18 – Comércio internacional de produtos com a UE-28 (na óptica da UE)	63
Quadro 19 – Acordos bilaterais com principais compradores intra-comunitários de exportações nacionais	64
Quadro 20 – Número de línguas estrangeiras conhecidas	69
Quadro 21 – Nível de conhecimento da principal língua estrangeira	69
Quadro 22 – Número de inscritos de nacionalidade estrangeira nas instituições de ensino superior	71
Quadro 23 – Evolução da Balança Comercial de Bens Portugal-Angola, posição relativa e quota, 2003-2013.....	72
Quadro 24 – Exportações de Portugal para Angola por produtos	75
Quadro 25 – Importações nacionais provenientes de Angola por produtos.....	76
Quadro 26 – Evolução da Balança Comercial de Serviços com Angola, posição relativa e quota	77
Quadro 27 – Fluxos de IDPE (Angola), 2003-2013.....	78
Quadro 28 – Fluxos de IDPE por sector de actividade (Angola), 2003-2013	79
Quadro 29 – Fluxos de IDE (Angola), 2003-2013	79
Quadro 30 – Evolução da Balança Comercial de Bens Portugal-Brasil, posição relativa e quota, 2003-2013.....	82
Quadro 31 – Exportações de Portugal para o Brasil por produtos	84
Quadro 32 – Importações nacionais provenientes do Brasil por produtos.....	85
Quadro 33 – Evolução da Balança Comercial de Serviços com Brasil, posição relativa e quota, 2003-2013.....	87
Quadro 34 – Fluxos de IDPE (Brasil), 2003-2013.....	88
Quadro 35 – Fluxos de IDPE por sector de actividade (Brasil), 2003-2013.....	88
Quadro 36 – Fluxos de IDE (Brasil), 2003-2013	89
Quadro 37 – Evolução da Balança Comercial de Bens Portugal-Cabo Verde, posição relativa e quota, 2003-2013.....	90
Quadro 38 – Exportações de Portugal para Cabo Verde por produtos	92
Quadro 39 – Importações nacionais provenientes de Cabo Verde por produtos.....	93



Quadro 40 – Evolução da Balança Comercial de Serviços com Cabo Verde, posição relativa e quota, 2003-2013.....	94
Quadro 41 – Fluxos de IDPE (Cabo Verde), 2003-2013.....	95
Quadro 42 – Fluxos de IDPE por sector de actividade (Cabo Verde), 2003-2013.....	96
Quadro 43 – Fluxos de IDE (Cabo Verde), 2003-2013.....	96
Quadro 44 – Evolução da Balança Comercial de Bens Portugal-Moçambique, posição relativa e quota, 2003-2013.....	98
Quadro 45 – Exportações de Portugal para Moçambique por produtos.....	100
Quadro 46 – Importações nacionais provenientes de Moçambique por produtos.....	101
Quadro 47 – Evolução da Balança Comercial de Serviços com Moçambique, posição relativa e quota, 2003-2013.....	102
Quadro 48 – Fluxos de IDPE (Moçambique), 2003-2013.....	103
Quadro 49 – Fluxos de IDPE por sector de actividade (Moçambique), 2003-2013.....	104
Quadro 50 – Fluxos de IDE (Moçambique), 2003-2013.....	104
Quadro 51 – Evolução da Balança Comercial de Bens Portugal-São Tomé e Príncipe, posição relativa e quota, 2003-2013.....	106
Quadro 52 – Exportações de Portugal para São Tomé e Príncipe por produtos.....	108
Quadro 53 – Importações nacionais provenientes de São Tomé e Príncipe por produtos.....	109
Quadro 54 – Evolução da Balança Comercial de Serviços com São Tomé e Príncipe, posição relativa e quota, 2003-2013.....	110
Quadro 55 – Fluxos de IDPE (São Tomé e Príncipe), 2003-2013.....	111
Quadro 56 – Fluxos de IDPE por sector de actividade (São Tomé e Príncipe), 2003-2013.....	111
Quadro 57 – Fluxos de IDE (São Tomé e Príncipe), 2003-2013.....	111
Quadro 58 – Evolução da Balança Comercial de Bens Portugal-Timor-Leste, posição relativa e quota, 2003-2013.....	113
Quadro 59 – Exportações de Portugal para Timor-Leste por produtos.....	115
Quadro 60 – Importações nacionais provenientes de Timor-Leste por produtos.....	116
Quadro 61 – Projectos aprovados no âmbito do COMPETE direccionados para os países lusófonos.....	117

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Variação acumulada no PIB no período de 2007 a 2013.....	13
Figura 2 – Contributo acumulado para o crescimento no período 2007-2013.....	13
Figura 3 - Evolução da taxa de desemprego 1992-2013pe.....	14
Figura 4 - Contributos da variação do PIB por componentes 1996-2013pe.....	15
Figura 5 - Evolução do PIB <i>per capita</i> UE=100 1986-2013.....	16
Figura 6 - Decomposição da evolução do PIB <i>per capita</i> – Produtividade vs. Taxa de utilização dos recursos humanos (TURH) 1995-2012pe.....	16
Figura 7 - Evolução da estrutura sectorial nacional 1996-2011po.....	17
Figura 8 - Contributos sectoriais para o crescimento do VAB 1996-2011.....	17
Figura 9 - Evolução da especialização produtiva nacional face à UE28 2000 e 2013.....	17
Figura 10 - Evolução da estrutura sectorial de comércio e serviços 1996-2011po.....	19
Figura 11 - Contributos para o crescimento do agregado comércio e serviços 1996 e 2011.....	19
Figura 12 - Evolução do peso do turismo no emprego total e no PIB 2000-2010.....	20
Figura 13 - Balança de viagens e turismo em Portugal 2004-2012.....	20
Figura 14 - Orientação exportadora e taxa de cobertura 1986-2013.....	21



Figura 15 - Evolução da estrutura de exportações e importações de bens e serviços 1996-2013	22
.....	22
Figura 16 - Evolução da estrutura de exportações e importações intra e extra UE 1996-2013.....	22
Figura 17 - Principais parceiros de exportação 1996-2013	22
Figura 18 - Principais parceiros de importação 1996-2013	23
Figura 19 - Evolução do saldo da balança comercial (intra UE) 1996 2004 e 2013	23
Figura 20 - Evolução do saldo da balança comercial (extra UE) 1996 2004 e 2013	23
Figura 21 - Evolução do grau de concentração do comércio nos 5 principais mercados 1996, 2004 e 2013.....	23
Figura 22 - Evolução do saldo face aos 5 principais mercados 1996, 2004 e 2013	23
Figura 23 - Fluxos líquidos de investimento directo em Portugal 1986 a 2012.....	24
Figura 24 - Saldo dos fluxos de investimento directo: Portugal vs. UE 1986 a 2012.....	24
Figura 25 - Evolução do <i>stock</i> de IDE em % do PIB 1986-2012	25
Figura 26 - Investimento directo de Portugal no exterior (média) 1996/2004	26
Figura 27 - Investimento directo de Portugal no exterior (média) 2005/2012.....	26
Figura 28 - Investimento directo do exterior em Portugal (média) 1996/2004	26
Figura 29 - Investimento directo de Portugal no exterior (média) 2005/2012	26
Figura 30 - Estrutura do investimento directo de Portugal no exterior por sector 1996-2012.....	27
Figura 31 - TMCA 1996-2012 do investimento directo de Portugal no exterior por sector	27
Figura 32 - Estrutura do investimento directo do exterior em Portugal 1996-2012	27
Figura 33 - TMCA 1996-2012 do investimento directo do exterior em Portugal por sector	28
Figura 34 - Tendências do IDH para Portugal.....	30
Figura 35 – Número médio de anos de escolaridade	32
Figura 36 - Coeficiente de Gini	32
Figura 37 - As remessas externas e fundos estruturais - dois importantes contribuintes para a contenção do desequilíbrio externo	33
Figura 38 – Mapa de Auto-Estradas de Portugal.....	36
Figura 39 - Evolução da rede de auto-estradas em Portugal desde 1979.....	36
Figura 40 - Comparação da rede de auto-estradas em Portugal e na UE 28	37
Figura 41 – Portos principais e secundários em Portugal Continental	38
Figura 42 - Movimento global de mercadorias nos principais portos do continente em 2013	38
Figura 43 – Serviços directos regulares de carga contentorizada de e para o Porto de Sines (Terminal XXI).....	40
Figura 44 – Aeroportos em Portugal Continental (ANA e ANAM).....	41
Figura 45 – Principais ligações de mercadorias da Rede Ferroviária Nacional	42
Figura 46 - Movimento de mercadorias por meio de transporte em 2013	43
Figura 47 - Principais países de origem dos fluxos de entrada de mercadorias em Portugal em 2013.....	43
Figura 48 – Meios de transporte para os principais países de origem dos fluxos de entrada em 2013.....	44
Figura 49 - Principais países de destino dos fluxos de saída de mercadorias de Portugal em 2013	44
.....	44
Figura 50 – Meios de transporte para os principais países de destino dos fluxos de saída em 2013	45
.....	45
Figura 51 - PIB por sectores de actividade, 1995-2013pe	47
Figura 52 - Exportações de produtos industriais transformados, por intensidade tecnológica	48
Figura 53 - Saldo da balança tecnológica.....	48
Figura 54 - Exportações de produtos industriais transformados.....	48



Figura 55 - ICG coloca Portugal na posição 51 em 148 países.....	50
Figura 56 - Doutorados do ensino superior por 1,000 habitantes, 1994-2012.....	51
Figura 57 - Despesas em educação, 2000-2011	52
Figura 58 - Taxas de desemprego jovem (15-24 anos), 2005-2013.....	53
Figura 59 - Indicadores financeiros das empresas exportadoras vs. não exportadoras	55
Figura 60 – Proporção de empresas inovadoras no período 2009-2010.....	58
Figura 61 - Investimento em I&D, por sector institucional, 2001-2012.....	62
Figura 62 - Peso do turismo no PIB, 1993-2013	66
Figura 63 - Peso do turismo (directo e indirecto) no emprego, 1993-2013.....	66
Figura 64 - Dormidas na hotelaria, 1981-2013	67
Figura 65 - Dormidas na hotelaria por país de residência, 2013	67
Figura 66 - Mobilidade dos estudantes portugueses de ensino secundário e superior dentro da UE, 1998-2012.....	70
Figura 67 – Evolução do Saldo da Balança comercial bilateral de bens Portugal-Angola, 2003-2013.....	73
Figura 68 – Índice de Correlação Comercial Portugal-Angola, 1995-2012.....	74
Figura 69 – Índice de diversificação comercial comparada Portugal-Angola, 1995-2012	74
Figura 70 – Índice de complementaridade nas relações comerciais Portugal-Angola, 1995-2012	75
Figura 71 - Evolução do Saldo da Balança Comercial Bilateral de Serviços com Angola	78
Figura 72 – Evolução do Saldo da Balança comercial bilateral de bens Portugal-Brasil, 2003-2013	82
Figura 73 – Índice de Correlação Comercial Portugal-Brasil, 1995-2012.....	83
Figura 74 – Índice de diversificação comercial comparada Portugal-Brasil, 1995-2012	83
Figura 75 – Índice de complementaridade nas relações comerciais Portugal-Brasil, 1995-2012... ..	84
Figura 76 - Evolução do Saldo da Balança Comercial Bilateral de Serviços com Brasil, 2003-2013	87
Figura 77 – Evolução do Saldo da Balança comercial bilateral de bens Portugal-Cabo Verde, 2003-2013.....	90
Figura 78 – Índice de Correlação Comercial Portugal-Cabo Verde, 1995-2012	91
Figura 79 – Índice de diversificação comercial comparada Portugal-Cabo Verde, 1995-2012	91
Figura 80 – Índice de complementaridade nas relações comerciais Portugal-Cabo Verde, 1995-2012.....	92
Figura 81 - Evolução do Saldo da Balança Comercial Bilateral de Serviços com Cabo Verde, 2003-2013.....	95
Figura 82 – Evolução do Saldo da Balança comercial bilateral de bens Portugal- Moçambique, 2003-2013.....	98
Figura 83 – Índice de Correlação Comercial Portugal-Moçambique, 1995-2012.....	99
Figura 84 – Índice de diversificação comercial comparada Portugal-Moçambique, 1995-2012	99
Figura 85 – Índice de complementaridade nas relações comerciais Portugal- Moçambique, 1995-2012.....	100
Figura 86 - Evolução do Saldo da Balança Comercial Bilateral de Serviços com Moçambique, 2003-2013.....	102
Figura 87 – Evolução do Saldo da Balança comercial bilateral de bens Portugal-São Tomé e Príncipe, 2003-2013.....	106
Figura 88 – Índice de Correlação Comercial Portugal-São Tomé e Príncipe, 1995-2012.....	107
Figura 89 – Índice de diversificação comercial comparada Portugal-São Tomé e Príncipe, 1995-2012.....	107



Figura 90 – Índice de complementaridade nas relações comerciais Portugal-São Tomé e Príncipe, 1995-2012.....	108
Figura 91 - Evolução do Saldo da Balança Comercial Bilateral de Serviços com São Tomé e Príncipe, 2003-2013.....	110
Figura 92 – Evolução do Saldo da Balança comercial bilateral de bens Portugal-Timor-Leste, 2003-2013.....	113
Figura 93 – Índice de Correlação Comercial Portugal-Timor-Leste, 2003-2013	114
Figura 94 – Índice de diversificação comercial comparada Portugal-Timor-Leste, 2003-2013.....	114
Figura 95 – Índice de complementaridade nas relações comerciais Portugal-Timor-Leste, 2003-2013.....	115

**GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

SIGLA	DESCRIÇÃO
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAsD e FAsD	Banco e Fundo Asiático de Desenvolvimento
BEI	Banco Europeu de Investimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Económica Europeia
CII	Corporação Interamericana de Investimentos
COTEC	COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento
FEI	Fundo Europeu de Investimento
GIEVTA	Grupo de Trabalho para as Infra-estruturas de Elevado Valor Acrescentado
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&I	Investigação e Inovação
ICSID	Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimento
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IDE	Investimento Directo do Exterior em Portugal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDPE	Investimento Directo Realizado por Portugal no Exterior
IFC	Corporação Financeira Internacional
IMT	Instituto da Mobilidade e Transportes
INE	Instituto Nacional de Estatística
MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
p.p.	Pontos percentuais
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira UE/FMI
PEC	Plano de Estabilidade e Crescimento
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PETI3+	Plano Estratégico dos Transportes e Infra-estruturas 2014-2020
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RRN	Rede Rodoviária Nacional



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

SIGLA	DESCRIÇÃO
RTE-T	Rede Transeuropeia de Transportes
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
TMCA	Taxa Média de Crescimento Anual
TTIP	Parceria Transatlântica de Comércio UE-EUA
UE	União Europeia
UEM	União Económica e Monetária
VAB	Valor Acrescentado Bruto
WTO	Organização Mundial do Turismo



1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório foi elaborado pelo Banco BPI com a colaboração da sociedade Augusto Mateus e Associados, Lda. com o intuito de responder ao desafio colocado pela AICEP de elaboração de um Estudo sobre o tema da Internacionalização da Economia Portuguesa, particularmente no que respeita às relações de Portugal com Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O estudo insere-se na Conferência “Internacionalização das Economias” promovida pela AICEP a 3 de Junho de 2014 que conta com o apoio do Banco BPI e que tem como objectivo promover o debate pelos diversos *stakeholders* quanto às potencialidades de desenvolvimento empresarial e económico que podem ser geradas por uma aposta forte na internacionalização com cooperação entre as economias de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Portugal.

O relatório encontra-se estruturado em 5 capítulos com o seguinte conteúdo:

- O capítulo 2, de enquadramento do país, engloba (i) uma breve caracterização da situação actual da economia portuguesa tendo por base a evolução observada nos principais indicadores os macroeconómicos desde a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986; (ii) uma análise da estrutura sectorial e de especialização produtiva da economia nacional e da respectiva evolução histórica; e (iii) a caracterização das relações económicas internacionais estabelecidas por Portugal no que respeita, nomeadamente, ao comércio internacional, ao investimento directo estrangeiro e à adesão a organizações internacionais.
- O capítulo 3, relativo às apostas de desenvolvimento de Portugal, inclui uma breve análise retrospectiva da aplicação dos fundos estruturais, a caracterização das redes de infra-estruturas de transporte, a identificação dos principais projectos de investimento em curso e a análise dos factores relevantes para o reforço da competitividade da economia portuguesa, com particular destaque para as apostas de desenvolvimento no âmbito dos recursos humanos, técnicos e científicos.
- O capítulo 4, de identificação dos esforços em curso para o reforço da internacionalização de Portugal, centra-se nas temáticas das condições legais para a internacionalização, do investimento direccionado para a internacionalização da economia portuguesa, do comércio de bens e serviços com o exterior, do sector do turismo e, por último, da qualificação dos recursos humanos.
- No capítulo 5, relativo às relações económicas dos países lusófonos com Portugal, desenvolve-se uma análise das relações económicas bilaterais estabelecidas entre Portugal e Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.
- Por último, o capítulo 6 sistematiza as principais conclusões do estudo e apresenta acções tendentes a reforçar a internacionalização de Portugal e a cooperação com os países lusófonos.



2. ENQUADRAMENTO DO PAÍS

A análise das tendências económicas globais que caracterizam a economia portuguesa constitui um instrumento central para a sistematização das opções de desenvolvimento futuro e internacionalização do país e das respectivas empresas. Neste contexto, a análise desenvolvida no presente capítulo tem como objectivo, primeiramente, compreender a situação actual da economia portuguesa tendo por base a evolução macroeconómica, as trajectórias de crescimento e os elementos explicativos da *performance* observada. Seguidamente, a análise é desenvolvida numa óptica sectorial com enfoque na especialização produtiva nacional e nas tendências registadas na indústria e nas principais actividades do sector terciário (turismo, comércio e serviços). Por último, sistematizam-se as principais relações económicas internacionais estabelecidas por Portugal, através da análise das dinâmicas de comércio internacional, do investimento e das relações internacionais do ponto de vista institucional.

2.1 Caracterização genérica do país

Localização e Área	Portugal continental está localizado na costa Oeste da Europa, na Península Ibérica. Faz fronteira a Norte e a Leste com Espanha, a Ocidente e a Sul com o Oceano Atlântico, situando-se numa posição geoestratégica entre a Europa, a América e a África. Para além do Continente, o território português abrange ainda as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, dois arquipélagos localizados no oceano Atlântico. Área: 92.212 km ²																														
Capital	Lisboa: 2,1 milhões de habitantes (zona metropolitana)																														
População	10,562,178 habitantes em 2011 com cerca de 51% de população activa, uma taxa de desemprego de 16.5% em 2013 e a seguinte repartição por escalão etário: <p>População de Portugal por escalão etário 2011 (mil habitantes)</p> <table border="1"><thead><tr><th>Escalão etário</th><th>População (mil habitantes)</th></tr></thead><tbody><tr><td><15</td><td>1,600</td></tr><tr><td>15-19</td><td>500</td></tr><tr><td>20-24</td><td>550</td></tr><tr><td>25-29</td><td>600</td></tr><tr><td>30-34</td><td>700</td></tr><tr><td>35-39</td><td>750</td></tr><tr><td>40-44</td><td>700</td></tr><tr><td>45-49</td><td>700</td></tr><tr><td>50-54</td><td>650</td></tr><tr><td>55-59</td><td>600</td></tr><tr><td>60-64</td><td>550</td></tr><tr><td>65-69</td><td>500</td></tr><tr><td>70-74</td><td>450</td></tr><tr><td>75+</td><td>900</td></tr></tbody></table> <p>Fonte: INE, Censur 2011</p>	Escalão etário	População (mil habitantes)	<15	1,600	15-19	500	20-24	550	25-29	600	30-34	700	35-39	750	40-44	700	45-49	700	50-54	650	55-59	600	60-64	550	65-69	500	70-74	450	75+	900
Escalão etário	População (mil habitantes)																														
<15	1,600																														
15-19	500																														
20-24	550																														
25-29	600																														
30-34	700																														
35-39	750																														
40-44	700																														
45-49	700																														
50-54	650																														
55-59	600																														
60-64	550																														
65-69	500																														
70-74	450																														
75+	900																														
Língua	A língua portuguesa é falada por mais de 200 milhões de pessoas em todo o mundo.																														
Moeda	Euro																														
PIB a preços de mercado	165,845 Milhões EUR (2013)																														
PIB <i>per capita</i>	19,100 EUR (2013)																														

Fontes: AICEP "Portugal – Ficha País, Março 2014" e INE "Censur 2011".



2.2 Situação económica

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 marca o início do processo de adaptação nacional ao fenómeno da globalização dado o reconhecimento da necessidade de integração formal do país a nível europeu e das vantagens daí decorrentes para o desenvolvimento e internacionalização da economia nacional. O aprofundamento da União Europeia (UE) em resultado da constituição da União Económica e Monetária (UEM) - que impôs o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) - e dos sucessivos alargamentos, o mais expressivo dos quais ocorrido em 2004 com a entrada de 10 países membros, tem tornado a UE mais vasta e diversa. Neste enquadramento, **a economia portuguesa tem apresentado assinaláveis alterações estruturais, as quais têm sido potenciadas por novas exigências resultantes da globalização e da crise económica e financeira internacional.**

A adesão de Portugal à UEM constituiu um marco fundamental no processo de convergência económica nacional e reforço dos níveis de desenvolvimento, tendo como referência padrões mais elevados. Todavia, vários factores contribuíram desde então para a formação de alguns desequilíbrios nos balanços de famílias, empresas e Estado, os quais se reflectiram, em termos macroeconómicos, em rácios elevados de dívida pública e de dívida externa. Esta situação adensada pelos efeitos internos da crise internacional conduziu ao estabelecimento de um Programa de Assistência Económica e Financeira UE/FMI (PAEF), implementado entre 2011-2014, que se traduziu num conjunto de medidas relacionadas com as finanças públicas, a estabilidade financeira e o reforço da competitividade.

O término do PAEF em Maio de 2014 foi acompanhado da decisão de saída de Portugal do programa sem recurso a qualquer linha cautelar, o que foi possível em resultado da implementação com sucesso pelo país das medidas previstas no programa e da evolução muito favorável das *yields* das obrigações do tesouro português que têm registado quedas em todos os prazos acompanhando a tendência europeia.

Refira-se ainda que, no contexto comunitário, outros países passaram por processos semelhantes, tendo necessidade de solicitar apoio externo e estando também sujeitos a programas de consolidação orçamental e implementação de medidas estruturais, adequadas a cada caso específico. Destacam-se em particular, a Irlanda, que em finais de 2010 solicitou um apoio externo maioritariamente destinado a apoios ao sector financeiro; a Grécia, com dois pacotes de financiamento e que ainda se encontra sob os auspícios de um programa de auxílio externo; Espanha, em que a intervenção do exterior foi direccionada apenas para a recapitalização do sector bancário; e Chipre, cujo programa de auxílio teve contornos mais abrangentes atendendo aos problemas e situação específica do país. No âmbito da crise das dívidas soberanas do euro, com particular incidência desde 2010, a Itália esteve também sob escrutínio dos mercados internacionais, atendendo a fragilidades importantes, evidenciadas no seu rácio de dívida pública e ritmos baixos de crescimento económico, não obstante não ter sido objecto de intervenção externa.

Desde a eclosão da crise financeira internacional, em 2007, até ao final de 2013, o PIB em Portugal registou uma queda de 6.7%, o equivalente a um retrocesso médio anual ligeiramente superior a 1% ao ano. Com excepção dos fluxos de comércio internacional (exportação e importação), verifica-se o recuo da totalidade das componentes consideradas no cálculo do PIB na óptica da despesa, destacando-se o investimento como o agregado que apresenta o comportamento mais regressivo, com reduções a uma taxa média de -6.2% ao ano. **No grupo das economias europeias sob ajustamento, com fragilidades reconhecidas ou sujeitas a algum programa de assistência financeira, a economia portuguesa evidencia-se pela positiva**, seguindo uma trajectória semelhante à de Espanha ou da Irlanda, tendo o



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

comportamento das exportações contribuído de forma decisiva para minimizar a retracção da actividade: só a Irlanda experimentou um contributo maior das exportações de bens e serviços para o crescimento económico no período entre 2007 e 2013, com um contributo cumulativo de 8.8 pontos percentuais (p.p.) que compara com 5 p.p. em Portugal (4.2 p.p. em Espanha; -3.2 p.p. e -0.8 p.p. na Grécia e Itália, respectivamente). **O comportamento das vendas de bens e serviços ao exterior, durante o período de ajustamento, contribuiu de forma decisiva para limitar o efeito recessivo das políticas económicas e estruturais implementadas.**

Figura 1 – Variação acumulada no PIB no período de 2007 a 2013
(% variação)

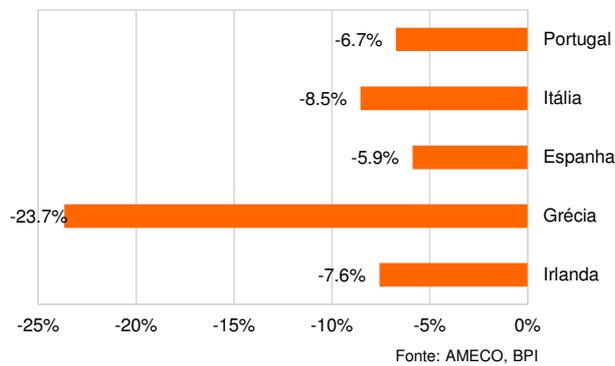
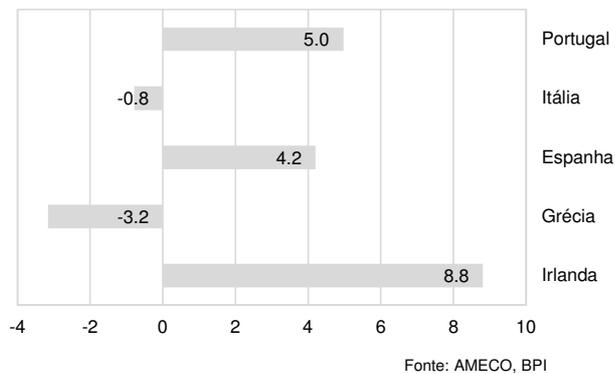


Figura 2 – Contributo acumulado para o crescimento no período 2007-2013
(em pontos percentuais do BPI)



Relativamente às restantes componentes da procura agregada, a componente privada do consumo que representa mais de 60% do PIB evidencia uma redução média anual de -1.5% desde 2007, apesar de em 2013 se registar uma taxa de inflação baixa (0.5%) e favorável à aquisição e bens e serviços comparativamente ao observado em 1996 ou em 2005. A recessão no consumo privado encontra justificação em diversos factores, de entre os quais a diminuição do poder de compra, nomeadamente devido ao aumento da carga fiscal e ao crescimento dos níveis de desemprego que, de acordo com as estatísticas de emprego do INE, cifrou-se em 16.3% em 2013 face a 12.7% em 2011. Por outro lado, o consumo público evidencia um recuo médio anual de -1.1% ao ano, no mesmo período, com um peso de 20.2% no PIB nacional.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Quadro 1 – Indicadores macroeconómicos 1996, 2005 e 2013pe

	Pesos 2013	1996	2005	2013pe	TMCA ⁽¹⁾ 1996-2004	TMCA ⁽¹⁾ 2005-2013
	(%)	(milhões de euros)			(%)	
Produto Interno Bruto	100%	128,168	158,559	153,590	2.70%	-0.40%
Consumo Privado	64%	80,736	102,883	98,066	3.08%	-0.60%
Consumo Público	20%	24,912	33,196	31,045	3.65%	-0.83%
Formação Bruta de Capital	15%	29,010	37,305	23,697	3.19%	-5.51%
Procura Interna	99%	134,657	173,384	152,809	3.21%	-1.57%
Exportações	40%	30,043	44,549	61,411	5.05%	4.09%
Importações	40%	37,030	59,423	60,761	6.09%	0.28%
Procura Externa Líquida	0.4%	-6,988	-14,873	650	-	-
Índice Harmonizado de Preços do Consumidor <i>(Média das taxas de variação homóloga mensais (base 2005) para o período de referência)</i>		3.0%	2.1%	0.5%	2.9%	1.9%

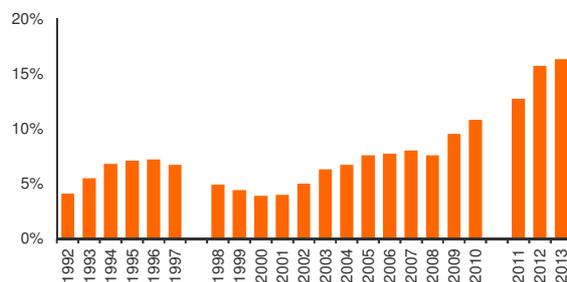
Fonte: INE, Contas Nacionais e Índice de Preços no Consumidor

Nota 1: Taxa Média de Crescimento Anual (TMCA)

Nota 2: O PIB não corresponde exactamente à soma das componentes devido à discrepância da não aditividade dos dados encadeados em volume.

Figura 3 - Evolução da taxa de desemprego | 1992-2013pe

(%)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Nota: O INE introduziu uma nova metodologia no Inquérito ao Emprego no primeiro trimestre de 2011. Os resultados não são comparáveis com os obtidos com a anterior metodologia.

Em 2013 começaram a registar-se os primeiros sinais de melhoria do cenário económico. Os dados do INE para este ano apontam para uma redução anual do PIB em -1.4%, em linha com o verificado em 2011 e bastante inferior às quebras verificadas em 2009 (-2.9%) e em 2012 (-3.2%).

As restrições no âmbito da actuação dos agentes económicos domésticos – empresas, famílias e estado - e os esforços de correcção dos desequilíbrios existentes conduziram a uma mudança do paradigma comercial da economia portuguesa face ao exterior. Esta mudança, que é analisada em mais detalhe no ponto do presente capítulo relativo ao comércio internacional, está expressa no comportamento da **balança de bens e serviços que, após quase 20 anos consecutivos de saldos comerciais negativos, atinge pela primeira vez em 2013 um saldo positivo**, graças a um crescimento das exportações mais acelerado do que das importações.

As exportações têm mantido um forte contributo para o crescimento do PIB, o que sugere a consolidação da orientação das empresas para os mercados externos, enquanto a intensidade do recuo no investimento (-13.4% em 2012 e -7.3% em 2013) e no consumo privado (-5.3% em 2012 e -1.7%



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

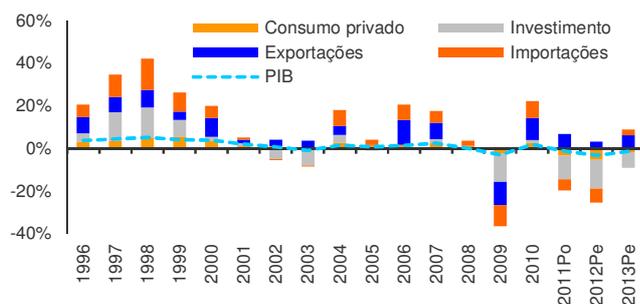
INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

em 2013) se reduzem. A evolução positiva das exportações líquidas apresenta-se como a tendência mais evidente dos últimos anos com recuos anuais das importações de -5.3% em 2011 e de -6.6% em 2012 acompanhados do avanço das exportações de 6.9% e de 3.2% nestes anos. Em 2013, as exportações cresceram 6.1% face ao ano anterior a par de uma recuperação, ainda que de menor intensidade, das importações (2.8%), o que permitiu firmar um saldo positivo da procura externa líquida.

O ano de 2014 deverá, assim, vir a representar a confirmação deste ponto de viragem, dada a recuperação evidenciada pela generalidade dos indicadores e transversal aos vários sectores de actividade económica, apontando as previsões consensuais para que a economia regresse a crescimentos anuais positivos. Todavia, factores de risco e incerteza continuam presentes, a nível interno na medida em que a trajectória de redução dos desequilíbrios deverá ser consolidada e aprofundada; mas também a nível internacional, dado o desafiante contexto da envolvente macroeconómica e financeira global na sequência da crise financeira internacional. Exige-se, por isso, especial cautela na confirmação da viragem, cuidando para que esta assuma uma natureza mais estrutural.

Figura 4 - Contributos da variação do PIB por componentes | 1996-2013pe

(Variação em %)

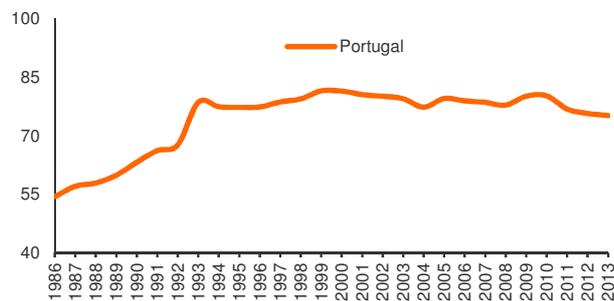


Fonte: INE, Contas Nacionais

A evolução do PIB *per capita* caracteriza-se por 3 fases principais: (i) o período até meados da década de 90 em que se registou um significativo processo de convergência nacional face ao padrão europeu; (ii) o período até 2010 em que se observa uma quase estabilização, com ligeiras oscilações, com o PIB *per capita* a representar nesse ano 80% do nível da UE; e (iii) um período de estagnação e mesmo de divergência que culmina em 2013 com o PIB *per capita* a representar em 75% da média europeia. Estas evoluções resultam de factores diversos, alguns de natureza exógena, e reflectem com desfasamento escolhas no âmbito da orientação dos recursos e da especialização produtiva nacional. Nos anos mais recentes, o esforço de correcção de desequilíbrios e a resultante retracção da actividade económica e do emprego, reflectiram-se naturalmente, no andamento deste indicador.

**Figura 5 - Evolução do PIB *per capita* UE=100 | 1986-2013**

(UE=100)

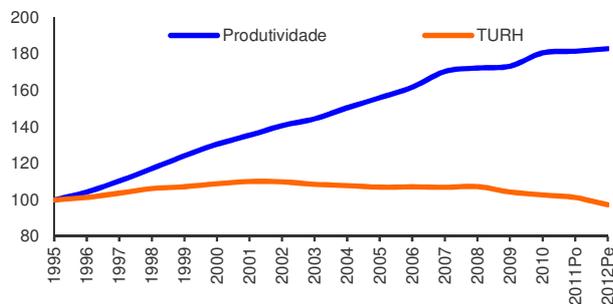


Fonte Eurostat
Nota: os dados do PIB per capita para a UE referem-se à UE15 até 1992; UE27 entre 1993-1994 e UE28 1995-2013.

A análise da evolução da decomposição do PIB *per capita* permite constatar que subjacente à divergência que se observa relativamente ao conjunto dos países da União Europeia está, por um lado, o declínio da utilização dos recursos humanos disponíveis (97% dos níveis de 1995), o que está patente no aumento do desemprego e no decréscimo da taxa de actividade; e que não é compensado por incrementos na produtividade nacional (quer é 83% superior ao valor registado em 1995, quando medida a preços correntes).

Figura 6 - Decomposição da evolução do PIB *per capita* – Produtividade vs. Taxa de utilização dos recursos humanos (TURH) | 1995-2012pe

(1995=100)



Fonte: INE, Contas Nacionais

2.3 Actividades económicas

A análise do perfil de especialização produtiva e da respectiva evolução permite compreender as principais fontes da riqueza gerada na economia nacional. A estrutura de actividades económicas revela, entre 1996-2011, a ocorrência de três fenómenos típicos das tendências sectoriais observadas nas economias mais desenvolvidas, ou seja: (i) um processo de abandono do sector primário (de 6% para 2%) com decréscimos de -1.6% ao ano; (ii) uma tendência de desindustrialização traduzida na redução da representatividade da indústria de 23% para 18%, apesar de um ritmo de crescimento de 2.6% ao ano; e (iii) a terciarização da economia com uma subida de 65% para 74% do peso dos serviços no total, correspondente a incrementos médios de 5.2% ao ano.

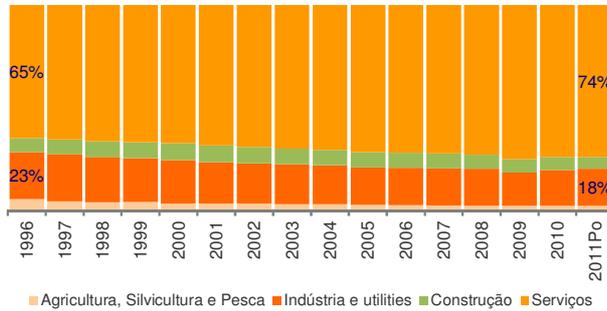


ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 7 - Evolução da estrutura sectorial nacional | 1996-2011po

(%)

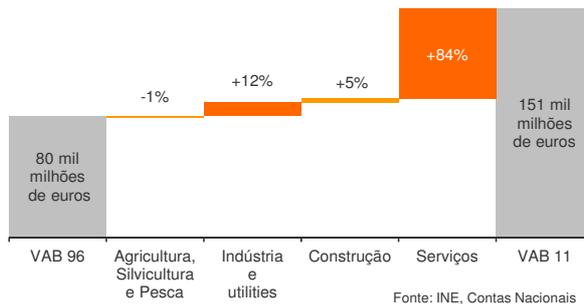


Fonte: INE, Contas Nacionais

A evolução da estrutura sectorial do VAB reflecte os contributos das diferentes actividades económicas para o crescimento da riqueza nacional que, entre 1996-2011, evoluiu a uma taxa média de 4.3% ao ano. O maior contributo advém dos serviços que justificam 84% desse crescimento, seguidos da “indústria e utilities” com um peso na variação anual de 12% e da construção com 5%; já a agricultura surge a contracorrente com um contributo negativo de -1%.

Figura 8 - Contributos sectoriais para o crescimento do VAB | 1996-2011

(%)

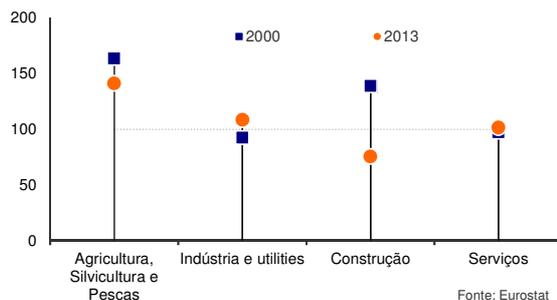


Fonte: INE, Contas Nacionais

Da análise da evolução da especialização produtiva nacional face à UE resulta que **em 2013 a “agricultura, silvicultura e pesca” surge como a actividade económica de especialização nacional face ao observado na UE, enquanto a “construção se afasta do perfil produtivo nacional” em resultado da evolução do sector imobiliário. Em relação à “indústria e utilities” e aos serviços, Portugal encontra-se alinhado com a UE.**

Figura 9 - Evolução da especialização produtiva nacional face à UE28 | 2000 e 2013

(UE28=100)



Fonte: Eurostat

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

No que respeita à indústria (excluindo *utilities*), e apesar do alinhamento da especialização produtiva nacional com a UE em termos globais, uma análise mais desagregada permite identificar a existência de especificidades. Assim, destaca-se a forte incidência produtiva (2011) na “indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro” (367); “indústria da madeira, pasta, papel e cartão e seus artigos e impressão” (150); “Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados” (150); “Fabricação de artigos de borracha, de matérias plásticas e de outros produtos minerais não metálicos” (131) e “Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco” (110).

Uma referência especial ao comportamento do sector da “Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados” que em 2000 apresentava um grau de especialização de 67, evoluindo para 150 em 2011, o que é parcialmente justificado pelo desenvolvimento de algumas plataformas estratégicas relevantes como é o caso da refinaria da Galp Energia em Sines, uma das maiores da Europa, com uma capacidade de destilação de 10.9 milhões de toneladas por ano, ou seja, 220 mil barris por dia. Esta unidade industrial estratégica localizada no porto de Sines assume grande importância para a actividade económica do país e para as exportações nacionais.

Quadro 2 – Especialização industrial de Portugal | 2000 e 2011

	Peso no VAB		UE28=100	
	2000	2011	2000	2011
B-Indústrias extractivas	0.6%	0.4%	67	44
CA-Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	2.1%	2.2%	91	110
CB-Indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro	3.2%	2.2%	320	367
CC-Indústria da madeira, pasta, papel e cartão e seus artigos e impressão	2.2%	1.5%	138	150
CD-Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados	0.2%	0.3%	67	150
CE-Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais	0.6%	0.6%	50	60
CF-Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	0.3%	0.3%	50	38
CG-Fabricação de artigos de borracha, de matérias plásticas e de outros produtos minerais não metálicos	2.3%	1.7%	135	131
CH-Indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	1.9%	1.8%	76	82
CI-Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicação, produtos electrónicos e ópticos	0.7%	0.5%	64	71
CJ-Fabricação de equipamento eléctrico	0.6%	0.5%	60	63
CK-Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.	0.5%	0.4%	28	24
CL-Fabricação de material de transporte	1.3%	0.9%	72	50
CM-Indústrias transformadoras, n. e.; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	1.1%	1.0%	73	77
Total	17.6%	14.3%	91	88

Fonte: Eurostat

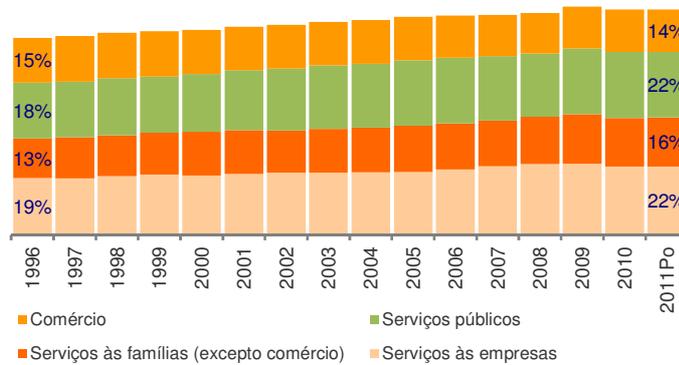
A terciarização é uma tendência vincada na economia portuguesa, assim como na maioria das economias mais desenvolvidas da Europa e do mundo, em resultado da divisão internacional das cadeias produtivas à escala global. A ascensão das actividades terciárias justifica-se por um avanço de todas as tipologias de serviços (às empresas, aos serviços públicos e às famílias). A repartição do sector terciário permite destacar, em 2011, a maior representatividade dos serviços às empresas no VAB (22% do VAB total) e o seu elevado contributo para o crescimento deste agregado (32%). Importa contudo, fazer uma referência especial aos serviços às famílias (incluindo o comércio) que representam, conjuntamente, 30% da riqueza gerada a nível nacional e geram 38% do crescimento deste agregado.



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

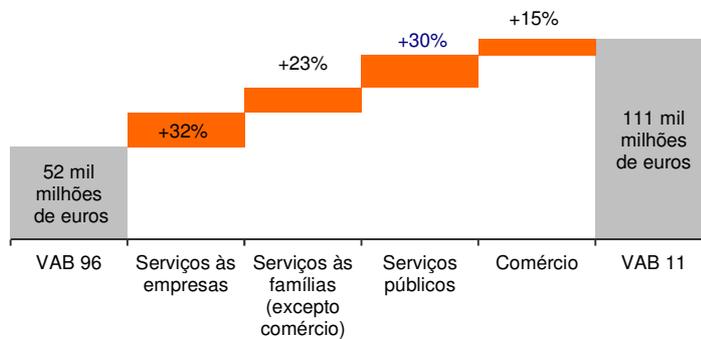
Figura 10 - Evolução da estrutura sectorial de comércio e serviços | 1996-2011po (% do VAB)



Fonte: INE, Contas Nacionais

Nota: Sector terciário inclui as actividades relacionadas com a prestação de serviços que foram agrupadas nas seguintes tipologias: 1) serviços às empresas: transportes e armazenagem (H); actividades de edição, gravação e programação de rádio (JA); telecomunicações (JB); consultoria, actividades relacionadas de programação informática e actividades dos serviços de informação (JC); actividades financeiras e seguros (K); actividades jurídicas, de contabilidade, gestão, arquitectura, engenharia e actividades de ensaios e análises técnicas (MA); investigação científica e desenvolvimento (MB); outras actividades de consultoria, científicas e técnicas (MC); actividades administrativas e dos serviços de apoio (N); actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (U); 2) serviços às famílias: comércio por grosso e a retalho, reparação de veiculos automóveis e motociclos (G); alojamento e restauração (I); actividades imobiliárias (L); actividades artísticas, de espectáculos e recreativas (R), outras actividades de serviços (S); actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção de bens e serviços pelas famílias para uso próprio (T), 3) serviços públicos: administração pública e defesa, segurança social obrigatória (O); educação (P); actividades de saúde humana (QA); actividades de apoio social (QB).

Figura 11 - Contributos para o crescimento do agregado comércio e serviços | 1996 e 2011 (%)



Fonte: INE, Contas Nacionais

Nota: Sector terciário inclui as actividades relacionadas com a prestação de serviços que foram agrupadas nas seguintes tipologias: 1) serviços às empresas: transportes e armazenagem (H); actividades de edição, gravação e programação de rádio (JA); telecomunicações (JB); consultoria, actividades relacionadas de programação informática e actividades dos serviços de informação (JC); actividades financeiras e seguros (K); actividades jurídicas, de contabilidade, gestão, arquitectura, engenharia e actividades de ensaios e análises técnicas (MA); investigação científica e desenvolvimento (MB); outras actividades de consultoria, científicas e técnicas (MC); actividades administrativas e dos serviços de apoio (N); actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (U); 2) serviços às famílias: comércio por grosso e a retalho, reparação de veiculos automóveis e motociclos (G); alojamento e restauração (I); actividades imobiliárias (L); actividades artísticas, de espectáculos e recreativas (R), outras actividades de serviços (S); actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção de bens e serviços pelas famílias para uso próprio (T), 3) serviços públicos: administração pública e defesa, segurança social obrigatória (O); educação (P); actividades de saúde humana (QA); actividades de apoio social (QB).

O turismo é uma actividade económica abrangente e com impacto em vários sectores de actividade. **Na última década o valor acrescentado da actividade turística rondou os 4% da riqueza gerada no país (2010) e os 8% do emprego nacional (2008).** Segundo o Turismo de Portugal, a actividade turística é a





ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

principal actividade exportadora nacional representando em 2010 cerca de 14% do total das exportações de bens e serviços. A evolução da balança turística nacional revela um crescimento dos bens e serviços adquiridos pelos portugueses no estrangeiro (débito) e, sobretudo, dos bens e serviços adquiridos pelos turistas estrangeiros em Portugal (crédito), o que se reflecte no **aumento do saldo positivo da Balança de viagens e turismo que, em 2012, estabilizou em 5.7 mil milhões de euros, o equivalente a 3.4% do PIB.**

Figura 12 - Evolução do peso do turismo no emprego total e no PIB | 2000-2010

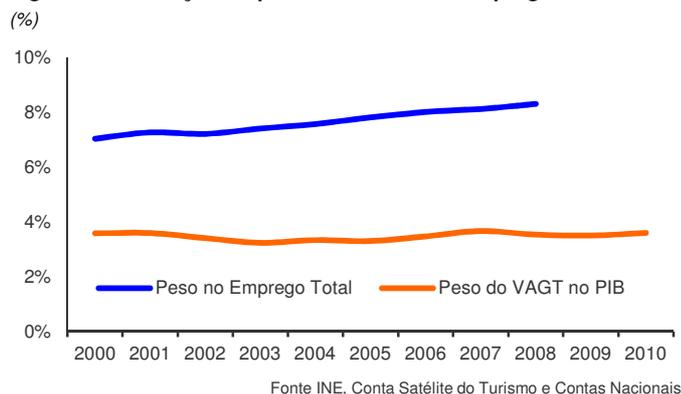
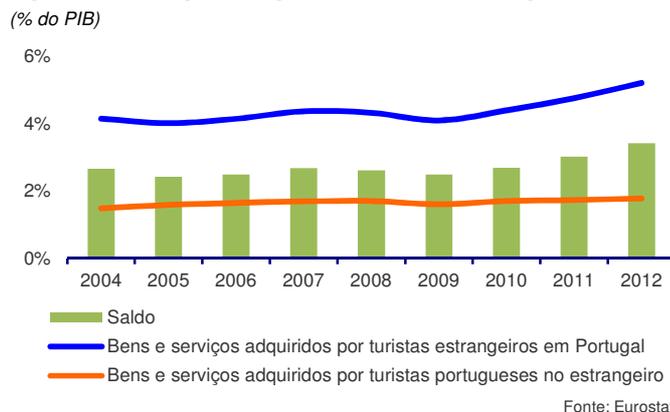


Figura 13 - Balança de viagens e turismo em Portugal | 2004-2012



2.4 Relações económicas internacionais

Comércio internacional

A maior orientação exportadora da economia portuguesa reflectiu-se no crescimento do peso das exportações no PIB (27% em 1986 face a 41% em 2013) e numa trajectória de convergência nacional face ao padrão de internacionalização europeu (28% em 1986 e 45% em 2013). Esta evolução expressa, contudo, algumas oportunidades de melhoria da competitividade reflectidas no saldo da balança comercial, que se manteve nas últimas décadas deficitária, como se pode constatar pelo comportamento da taxa de cobertura das importações pelas exportações.

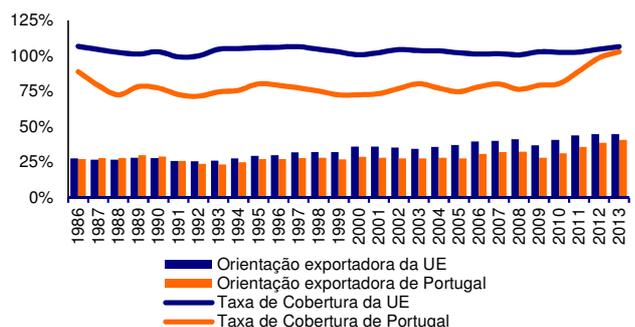
Durante o recente período de ajustamento (2011-2013) verificou-se uma progressiva melhoria da taxa de cobertura que culminou, em 2013, com as exportações a superarem em 3% do valor das importações. Esta é uma evolução extremamente favorável, na medida em que reflecte ganhos de competitividade face ao exterior e esforços de diversificação quer em termos de produtos quer de

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

mercados destino, evolução que se tem vindo a reflectir no reforço da quota de mercado de alguns produtos e sectores de relevo, com destaque para os produtos tradicionais, que agora surgem com um novo destaque, com mais valor incorporado. Outra tendência de relevo é o acréscimo de exportações de produtos intermédios e bens de equipamento, sugerindo que se estarão a reforçar os elos de interligação com as principais cadeias produtivas internacionais.

Figura 14 - Orientação exportadora e taxa de cobertura | 1986-2013
(%)



Nota: referências à UE correspondem: UE15 de 1986-1992; UE27 de 1993-1994; restante período UE28.
Fonte: Eurostat

O perfil de comércio da economia portuguesa demonstra evidentes alterações especialmente ao nível das exportações. Os fluxos comerciais totais crescem a um ritmo médio anual de 4.8% entre 1996 e 2013, mais expressivo nas exportações (5.9% ao ano) do que nas importações (4.3% ao ano).

A estrutura de comércio internacional assenta fundamentalmente na transacção de bens, destacando-se, contudo, o crescimento do peso do comércio dos serviços que, em 2013, representou 30% do total dos fluxos de saída (mais 6 p.p. comparativamente a 1996). As relações comerciais de Portugal são ainda principalmente estabelecidas com países europeus, com os quais sempre apresentou relações comerciais deficitárias, mas que em 2013 se converteram num ligeiro *superavit* (mais de 140 mil milhões de euros).

Uma tendência positiva que pode observar é a diversificação dos mercados de comércio internacional, nomeadamente através:

- “Saída” gradual de Portugal da Europa, com a redução da representatividade do comércio intra UE (passando, entre 1996 e 2013, de 79% para 69% das exportações e 77% para 72% das importações de natureza intracomunitária);
- Redução da concentração comercial nos 5 principais parceiros comerciais (relativamente aos quais Portugal apresenta uma posição deficitária) que era de 66% nas exportações e 64% nas importações em 1996 e que estabilizou no ano de 2013 em 58% tanto para as exportações como para as importações;
- Entrada de novos parceiros no *top 5* de principais parceiros, como é o caso de Angola que em 2013 se assumiu como o quinto maior parceiro de exportação com uma quota de 7%; e
- Evolução favorável do saldo comercial face aos mercados extra europeus.



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 15 - Evolução da estrutura de exportações e importações de bens e serviços | 1996-2013

(%)

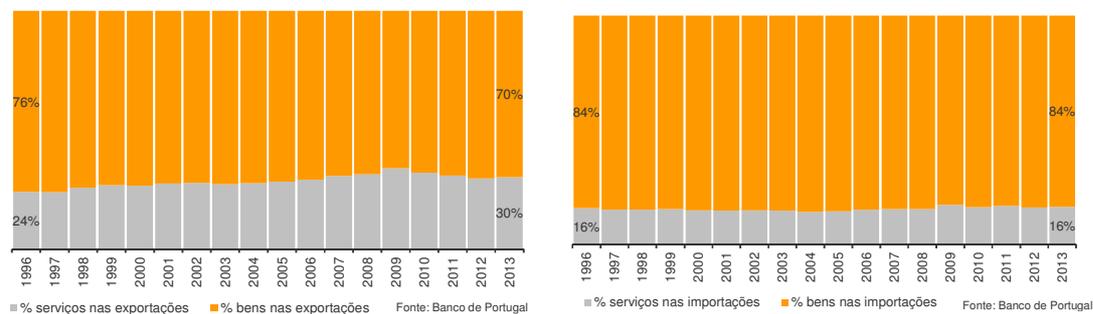


Figura 16 - Evolução da estrutura de exportações e importações intra e extra UE | 1996-2013

(%)

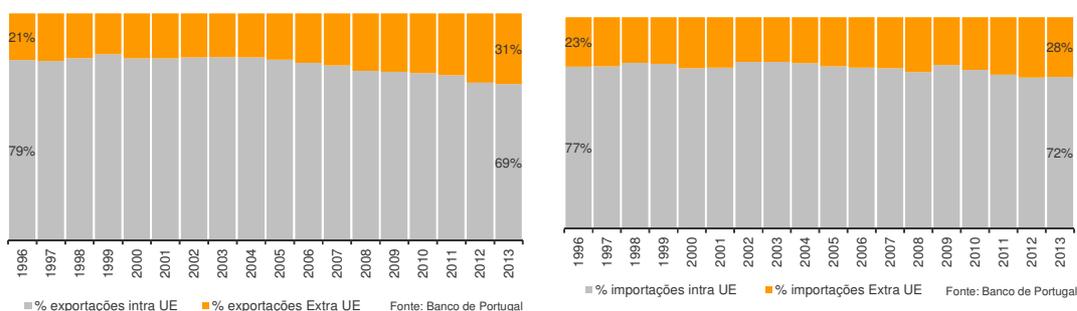
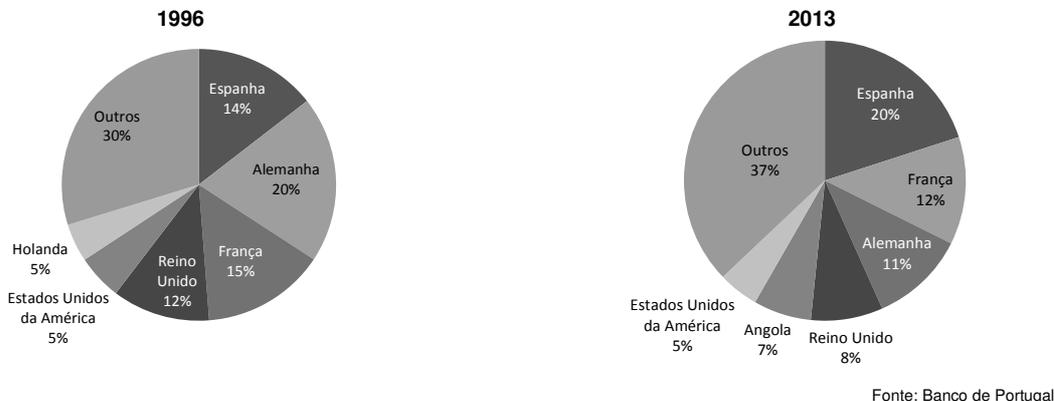


Figura 17 - Principais parceiros de exportação | 1996-2013

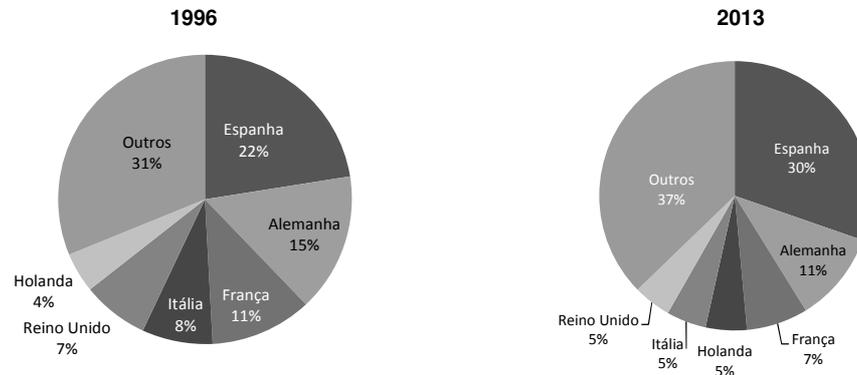




ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

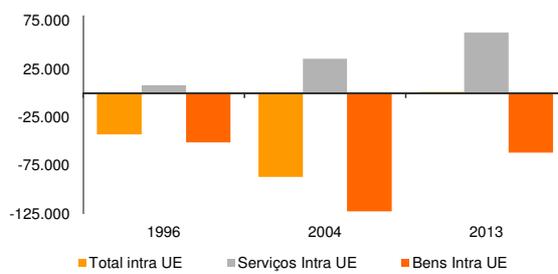
Figura 18 - Principais parceiros de importação | 1996-2013



Fonte: Banco de Portugal

Figura 19 - Evolução do saldo da balança comercial (intra UE) | 1996 2004 e 2013

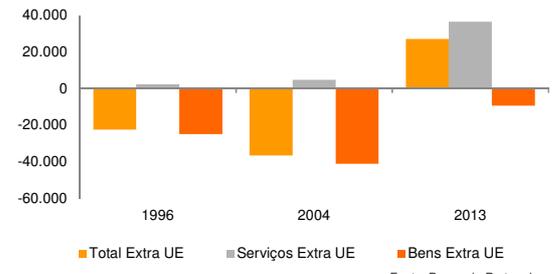
(milhões e euros)



Fonte: Banco de Portugal

Figura 20 - Evolução do saldo da balança comercial (extra UE) | 1996 2004 e 2013

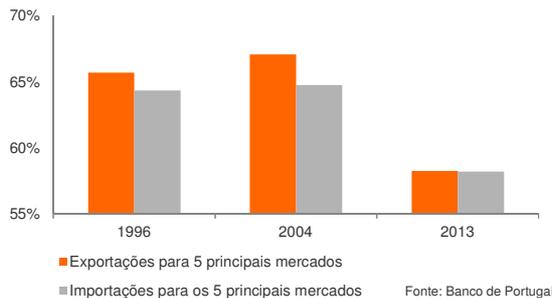
(milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal

Figura 21 - Evolução do grau de concentração do comércio nos 5 principais mercados | 1996, 2004 e 2013

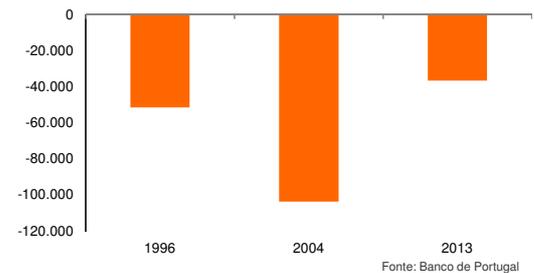
(%)



Fonte: Banco de Portugal

Figura 22 - Evolução do saldo face aos 5 principais mercados | 1996, 2004 e 2013

(milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal

Investimento

A evolução do perfil do investimento é outro instrumento relevante na análise das relações económicas internacionais. O investimento directo realizado por Portugal no exterior (IDPE) e do exterior em Portugal (IDE) revelam uma tendência oscilatória e cíclica, podendo identificar-se diversos factores de influência em cada momento, relacionados com a conjuntura económica nacional, europeia e internacional. A título de exemplo, **o momento de formação da União Monetária actuou como um catalisador da atractividade de fluxos de investimento para países, como Portugal, que experimentavam um forte movimento de convergência;** em contrapartida, depois da fase de alargamento a Leste ou em alturas



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

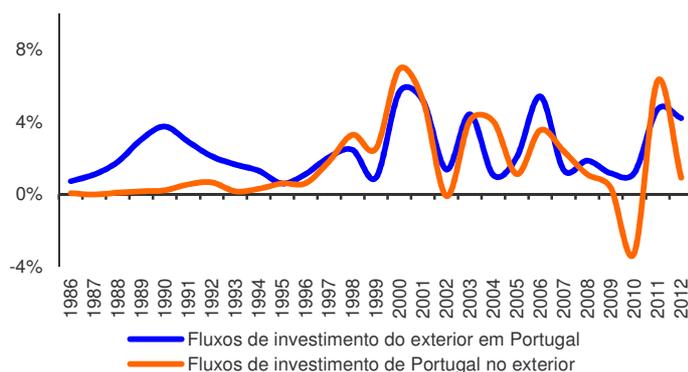
de deterioração do sentimento de confiança global ou de retracção dos fluxos de capital internacionais, as tendências repercutiram-se também naturalmente nos fluxos de IDE. Neste contexto, **desde 2011 que se registam sinais de alteração das anteriores dinâmicas de investimento, sinalizando o reforço do grau de atracção de Portugal como destino de investimento**, tendências cuja sustentabilidade terá que ser confirmada.

A conjuntura económica desfavorável nos países do sul da Europa motivou a procura de alternativas pelas empresas nacionais que procuraram reforçar a sua presença em mercados externos. Este facto, aliado a um período de reconstituição de balanços por empresas portuguesas que, em alguns casos, implicou o desinvestimento no exterior, justificaram o carácter oscilatório do saldo dos fluxos de IDE (diferença entre entrada e saída de investimento).

Em 2012, o investimento acumulado do estrangeiro em Portugal representou 55% do PIB com crescimentos na ordem dos 13.5% ao ano desde 1986 enquanto, por outro lado, o investimento directo de Portugal no exterior, representando 34%, cresceu mais rapidamente a um ritmo de 20.1% ao ano no mesmo período. Portugal posicionou-se invariavelmente como receptor líquido de IDE.

Figura 23 - Fluxos líquidos de investimento directo em Portugal | 1986 a 2012

(% do PIB)

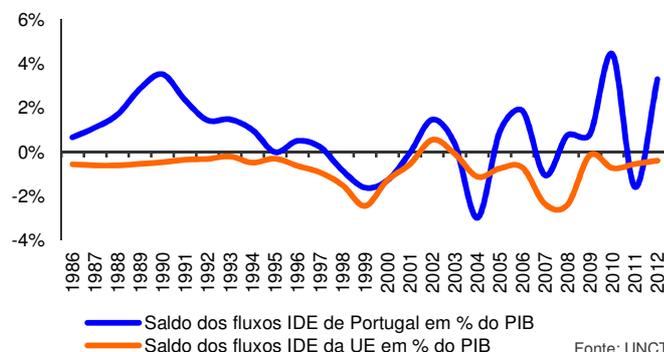


Fonte: UNCTAD

Nota: Os valores negativos do investimento directo estrangeiro de Portugal no exterior em 2009 e em 2010 resultam de fortes movimentos de desinvestimento registados.

Figura 24 - Saldo dos fluxos de investimento directo: Portugal vs. UE | 1986 a 2012

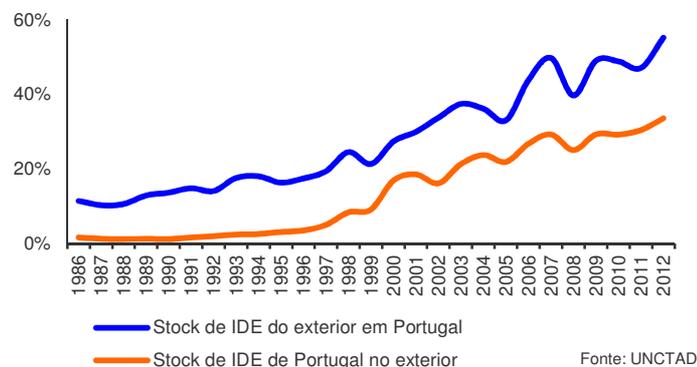
(% do PIB)



Fonte: UNCTAD

**Figura 25 - Evolução do *stock* de IDE em % do PIB | 1986-2012**

(% do PIB)



A análise do destino e da origem dos investimentos permite identificar tendências diferenciadas. **No que respeita ao destino de investimento português assiste-se a um recentrar na Europa** que, tendo por base a média 2005/2012, representa 68% do *stock* nacional além-fronteiras (contra 57% em média de 1996 a 2004). Neste contexto, destaca-se a preferência dos investidores portugueses pela Holanda (30%) e por Espanha (15%). Já **no contexto extra-europeu destaca-se a redução da relevância do Brasil enquanto destino privilegiado de investimento das empresas nacionais (6% em 2005/2012 face a 22% para 1996/2004) e a ascensão de Angola (4% em 2005/2012).**

No que respeita às origens do IDE realizado em território nacional denota-se que mais de 80% é oriundo de países europeus, com destaque para Espanha e Holanda. Verifica-se, contudo, uma ligeira alteração desta tendência com a entrada de investidores de territórios de fora da Europa, como é o caso do Canadá (8% em 2005/2012).



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 26 - Investimento directo de Portugal no exterior (média) | 1996/2004

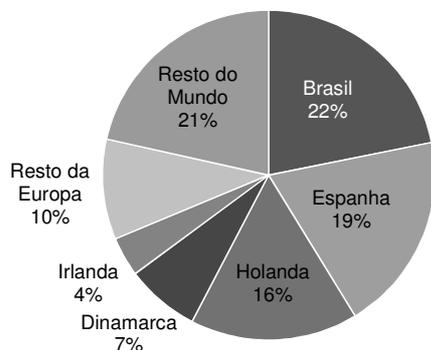


Figura 27 - Investimento directo de Portugal no exterior (média) | 2005/2012

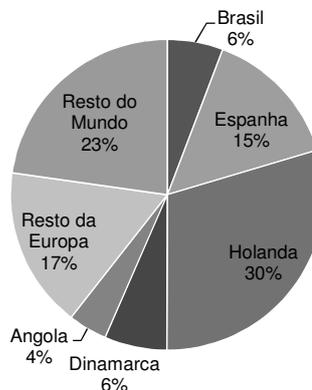


Figura 28 - Investimento directo do exterior em Portugal (média) | 1996/2004

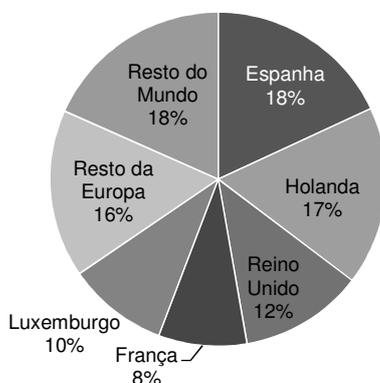
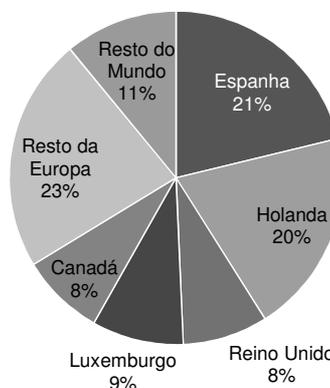


Figura 29 - Investimento directo de Portugal no exterior (média) | 2005/2012



Fonte: Banco de Portugal

A distribuição do investimento a nível sectorial permite constatar a representatividade das “actividades financeiras e seguros”. Por outro lado, a indústria transformadora perde preponderância, tanto em termos de sector de destino de investimento nacional, como de origem de investimento estrangeiro.

Em termos de crescimento, as “actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” são aquelas que registam maior aumento dos interesses de investimento, tanto de Portugal no exterior (taxa média de crescimento anual – TMCA – de 28.1% entre 1996-2012), como do exterior em Portugal (TMCA de 26.1% para o mesmo período). Destaque, também, para as “actividades imobiliárias” que se apresentam como a área de investimento directo de Portugal no exterior com maiores níveis de crescimento (TMCA de 33% entre 1996-2012) e para as “actividades financeiras e seguros” que na óptica de recepção de IDE são um dos sectores com maiores níveis de crescimento (TMCA de 15% entre 1996-2012).



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 30 - Estrutura do investimento directo de Portugal no exterior por sector | 1996-2012

(%)

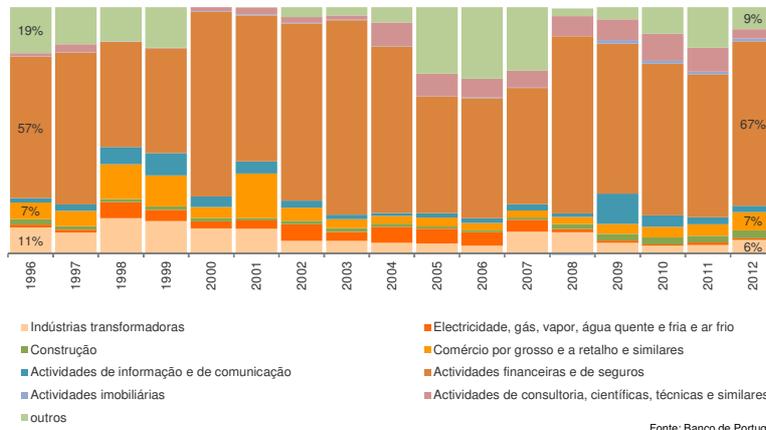


Figura 31 - TMCA 1996-2012 do investimento directo de Portugal no exterior por sector

(%)

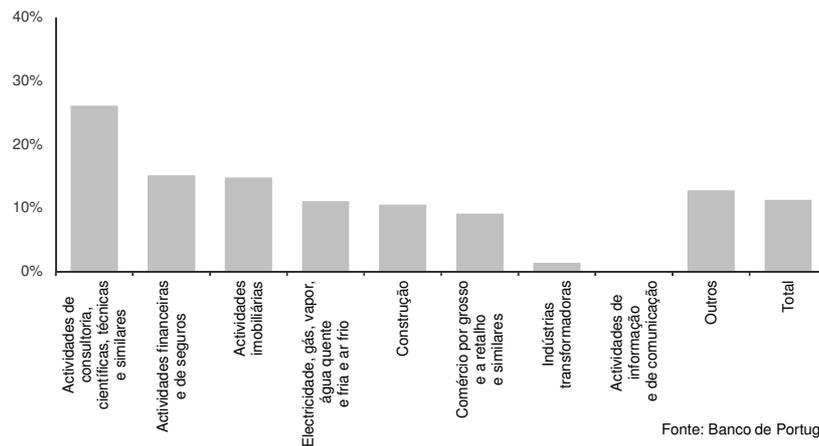
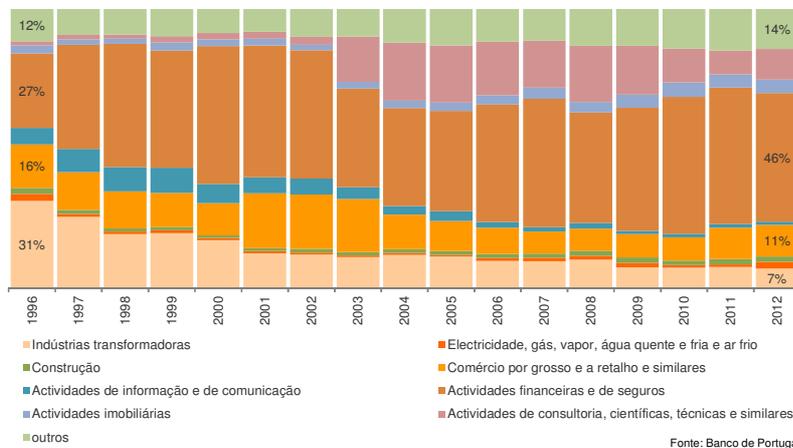


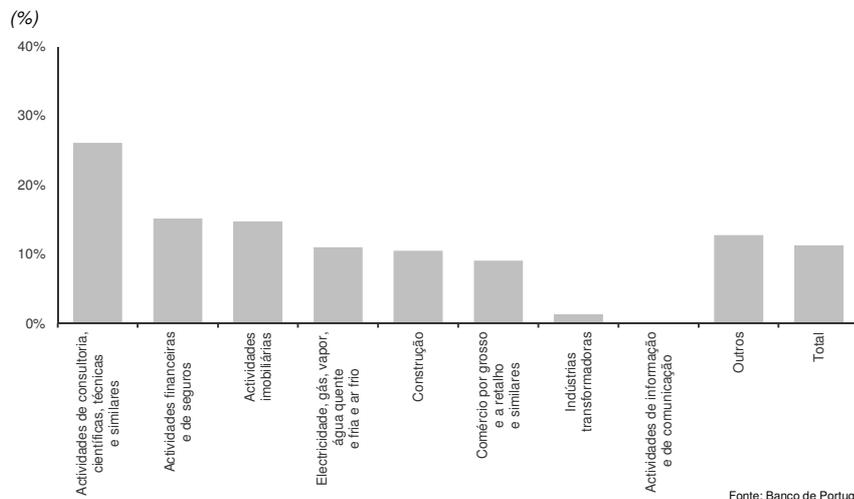
Figura 32 - Estrutura do investimento directo do exterior em Portugal | 1996-2012

(%)



**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 33 - TMCA 1996-2012 do investimento directo do exterior em Portugal por sector**Relações internacionais e regionais**

A história recente de Portugal comprova a existência de fortes avanços na integração do país nas dinâmicas da globalização em áreas diversas que extravasam a dimensão económica e empresarial e reflectem relações histórico-culturais e sociais. Este facto é comprovado pela densa geometria de relações internacionais formalizadas pela adesão de Portugal a uma grande diversidade de organizações financeiras, económicas, sociais e culturais, no contexto das quais se ambiciona o acesso a corredores privilegiados de negociação com outros países ou blocos económicos e regionais.

Neste domínio, é possível destacar o envolvimento em três grandes espaços geopolíticos com áreas de intervenção distintas:

- A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO ou “Pacto Atlântico”) fundada em 1949 por 12 estados, entre os quais Portugal, que conta actualmente com 28 membros após sucessivos alargamentos, o último dos quais em 2009. O principal objectivo desta organização é a garantia da segurança militar no continente europeu e a gestão do sistema de defesa colectiva.
- A União Europeia que tem a sua génese na constituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e da CEE em 1958, e que é hoje a maior comunidade integrada de democracias do mundo com 28 estados membros e o maior espaço de comércio livre a nível mundial. Portugal entrou na CEE em 1986, tornando-se membro de pleno direito. A integração portuguesa na UE foi aprofundada com a adesão à zona euro em 1999 que conta actualmente com 18 países.

Os objectivos do projecto europeu estão em permanente construção abrangendo as dimensões económica, social e política. A integração no espaço europeu permitiu o acesso a fundos estruturais e de coesão que contribuíram significativamente para o desenvolvimento e modernização do país. Portugal é ainda membro de instituições europeias como o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Fundo Europeu de Investimento (FEI) que para além do apoio aos Estados Membros da UE, também desenvolvem programas de apoio a países extra-UE.

- A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi fundada em 1996 tendo por base a matriz linguística-cultural comum entre os países que a constituem: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Tem como objectivos a concertação político-diplomática entre os seus estados membros, nomeadamente para reforço



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

da respectiva presença no cenário internacional, a cooperação em todos os domínios inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social e a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Portugal é ainda membro de inúmeros organismos internacionais supranacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas, a Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1995 e a organização Mundial do Turismo (WTO) desde 1976.

É também membro do Banco Mundial, integrando o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA); Corporação Financeira Internacional (IFC); Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA); Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimento (ICSID). Portugal aderiu em 1982 ao Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e em 1983 ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Em 2002, aderiu ao Banco e Fundo Asiático de Desenvolvimento (BAAsD e FAsD) e à Corporação Interamericana de Investimentos (CII) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

É, assim, neste percurso de adesão a instituições de relevância regional e internacional que Portugal potencia a sua orientação para o exterior e impulsiona as redes de colaboração internacional.



3. APOSTAS DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Tendo como referência o objectivo central deste estudo, pretende-se neste capítulo analisar as principais linhas de orientação no âmbito da promoção do desenvolvimento económico em Portugal, tendo como enfoque subjacente o objectivo de reforço da competitividade e internacionalização da economia portuguesa. Para além da sistematização dos principais pontos fortes e fracos em cada um dos subtemas abordados, englobam-se também, sempre que possível, as acções concretas que têm vindo a ser implementadas e os progressos alcançados.

Neste contexto, procede-se à análise dos principais programas de desenvolvimento económico e social de médio prazo, à caracterização da actual rede de infra-estruturas de transportes e do respectivo plano de desenvolvimento até 2020 e à apresentação dos factores relevantes para o reforço da competitividade da economia portuguesa, destacando as apostas de desenvolvimento no âmbito dos recursos humanos, técnicos e científicos.

3.1 Programas de desenvolvimento económico e social de médio prazo

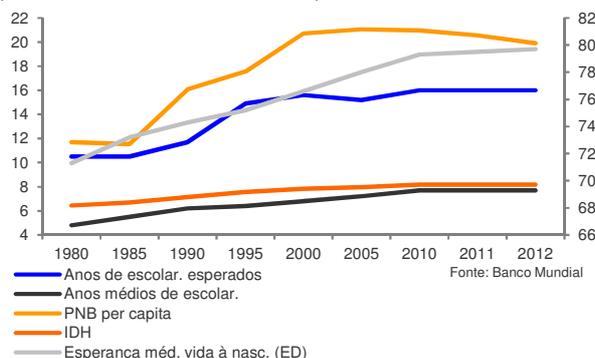
O desenvolvimento em Portugal

De acordo com as Nações Unidas, o conceito alargado de desenvolvimento humano engloba todos os aspectos do bem-estar individual, desde os relacionados com a saúde, até à liberdade económica e política do indivíduo. O Índice de desenvolvimento Humano (IDH) calculado pelo Banco Mundial utiliza vários indicadores parcelares para chegar a um indicador global de desenvolvimento, destacando-se a esperança média de vida, índices de literacia e de acesso à educação, bem como indicadores de rendimento e riqueza, como condição necessária para que seja possível ao indivíduo ter liberdade de escolha.

Segundo a classificação do Banco Mundial, Portugal é considerado um país com um nível de desenvolvimento muito elevado. Em 2012, o país situava-se na 43ª posição no ranking de desenvolvimento, entre 187 países, situando-se o valor do IDH em 0.816. Entre 1980 e 2012, o IDH aumentou de 0.644 para 0.816, um aumento de 27% correspondendo a um aumento anual médio de 0.7%. No que se refere às principais componentes do índice, no mesmo período destacaram-se os progressos alcançados na esperança média de vida que aumentou em 8.4 anos, no número médio dos anos de escolaridade que aumentou 2.9 anos e na expectativa do número de anos de escolaridade que registou um incremento de 5.5 anos. Ainda segundo o Banco Mundial, neste período, o rendimento nacional bruto por habitante aumentou cerca de 70%.

Figura 34 - Tendências do IDH para Portugal

(anos, milhares de euros, índice; anos)



**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Quadro 3 – Índice de Desenvolvimento Humano, 2012

	País	IDH 2012	Esperança média de vida à nascença em 2012	Anos médios de escolaridade de 2010	Anos médios esperados de escolaridade de 2011	Produto Nacional Bruto (PNB) p/habitante 2012 ⁽¹⁾	População c/ pelo menos o ensino secundário	Despesa em I&D (%PIB) 2005-2009	Índice de electrificação em 2009	Utilizadores de Internet 2010
1	Noruega	0.955	81.3	12.6	17.5	48,688	95.2	1.8	99.7	93.3
5	Alemanha	0.92	80.6	12.2	16.4	35,431	96.5	2.8	99.7	82.5
7	Irlanda	0.916	80.7	11.6	18.3	28,671	73.9	1.8	99.7	69.8
23	Espanha	0.885	81.6	10.4	16.4	25,947	66.4	1.4	99.7	65.8
25	Itália	0.881	82	10.1	16.2	26,158	72.8	1.3	99.7	53.7
29	Grécia	0.86	80	10.1	16.3	20,511	62.0	0.6	99.7	44.6
43	Portugal	0.816	79.7	7.7	16	19,907	40.4	1.7	99.7	51.3
132	Cabo Verde	0.586	74.3	3.5	12.7	3,609	30.0
134	Timor- Leste	0.576	62.9	4.4	11.7	5,446	22.0	0.2
144	São Tome e Príncipe	0.525	64.9	4.7	10.8	1,864	18.8
148	Angola	0.508	51.5	4.7	10.2	4,812	26.2	10.0
185	Moçambique	0.327	50.7	1.2	9.2	906	3.6	0.2	11.7	4.2

Fonte: Banco Mundial

Nota: (1) - a preços constantes de 2005, considerando paridade de poder de compra (PPC)

Comparativamente aos valores médios do grupo em que se insere, **Portugal destaca-se positivamente em vários indicadores**, salientando-se os referentes à saúde e longevidade da população, uma vez que o **número médio de anos de vida à nascença** é superior aos valores observados na média dos países com rendimento elevado, tanto no caso de homens como de mulheres (para os homens, a esperança média de vida à nascença é respectivamente 77.3 anos em Portugal e 76 na média dos países de rendimento elevado). Portugal evidencia-se também positivamente pela reduzida **taxa de mortalidade infantil** em crianças com menos de 5 anos, com 3.6 óbitos por cada mil nascimentos, face a 6.2 na média do grupo.

De referir ainda que, de acordo com **os resultados do Inquérito à utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nas Empresas realizado em 2013 pelo INE**, verifica-se que 96.2% das empresas com 10 ou mais colaboradores utilizam computador com acesso à Internet e quase 60% têm página na Internet ou *website* próprio ou do grupo a que pertencem, **evidenciando a ampla cobertura e utilização das novas tecnologias de informação pelo sector empresarial em Portugal**. Acresce que, ainda segundo o INE, o acesso à Internet através de banda larga é predominante nas empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço – 93.2% do total empresas e 96.9% do total de empresas com Internet – e a utilização de ligação em banda larga fixa (89.7%) predomina sobre o uso de banda larga móvel (54.0%). Em 2012, mais de 20% das empresas realizaram comércio electrónico: 12,5% efectuaram encomendas de bens ou serviços através de redes electrónicas e 13,9% receberam encomendas através do *site* da empresa ou de intercâmbio electrónico de dados. As redes sociais são utilizadas por 35.5% das empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço para a ligação com clientes, fornecedores e parceiros de negócio. **Os indicadores do Banco Mundial evidenciam também o posicionamento favorável de Portugal no capítulo das telecomunicações: por cada 100 habitantes, em 2010 (último ano disponível) existiam 185 subscritores de telefones fixos e móveis, que compara com 153 no grupo dos países de rendimento elevado**. Entre os países lusófonos abrangidos pelo estudo, apenas o Brasil apresenta valores próximos com 125.7 em 100, seguindo-se Cabo Verde com 89.5.

Em contrapartida, nos indicadores de rendimento e qualificação existe ainda algum caminho a percorrer. Todavia, no âmbito da qualificação dos recursos humanos importa evidenciar o esforço levado a cabo e os progressos já alcançados. A título de exemplo, **o número médio de anos de escolaridade da população com 25 ou mais anos aumentou cerca de 60% desde 1980, passando de 4.8 anos para 7.7 anos, em contrapartida, no grupo de países de desenvolvimento muito elevado, o acréscimo**



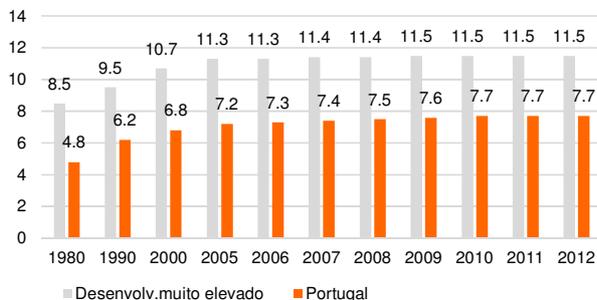
ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

foi inferior, na ordem dos 35%.

Figura 35 – Número médio de anos de escolaridade

(Número médio de anos de escolaridade recebidos por adultos com 25 ou mais anos)

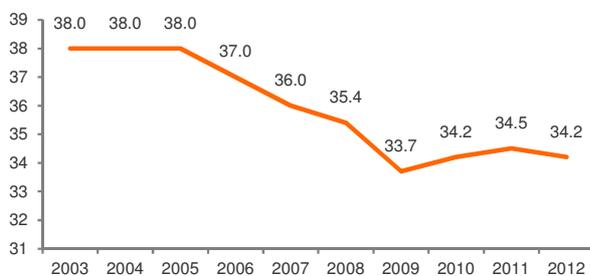


Fonte: Banco Mundial

Por outro lado, no que respeita aos indicadores de pobreza e exclusão social observou-se, nos últimos anos, um agravamento, reflectindo o período de ajustamento económico e financeiro, o esforço de consolidação orçamental e o aumento do desemprego. Segundo o Instituto Nacional de Estatística¹, 18.7% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2012, mais 0.8 p.p. do que em 2011 (17.9%). Em termos da assimetria na distribuição de rendimentos, o Coeficiente de Gini, que reflecte as diferenças de rendimentos entre todos os grupos populacionais (e não apenas os de menores e maiores recursos) regista uma tendência de queda: em 2012, este indicador registou um valor de 34.2%, ligeiramente inferior ao verificado em 2011 (34.5%), sugerindo maior simetria na distribuição de rendimentos.

Figura 36 - Coeficiente de Gini

(%)



Fonte: INE

No âmbito do Programa Portugal 2020, estes são indicadores relevantes, na medida em que o objectivo de melhoria nas várias frentes identificadas em que Portugal se destaca menos bem deverá orientar a canalização de recursos de investimento público, nomeadamente no contexto da aplicação dos fundos europeus.

¹ Rendimento e Condições de Vida 2013 (dados provisórios).



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Quadro 4 – Indicadores EUROPA 2020, Portugal, UE-SILC 2010-213

Unidade: %

Ano do inquérito	2010	2011	2012	2013 (Po)
Taxa de risco de pobreza após transferências sociais	17.9	18.0	17.9	18.7
Taxa de privação material severa	9.0	8.3	8.6	10.9
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	8.6	8.3	10.1	12.2
População em risco de pobreza ou exclusão social	25.3	24.4	25.3	27.4

Nota: O indicador População em risco de pobreza ou exclusão social combina indicadores construídos com base em informação relativa ao ano de referência do rendimento (Taxa de risco de pobreza e Intensidade laboral *per capita* muito reduzida) com um indicador com informação relativa ao ano do inquérito (Taxa de privação material severa).

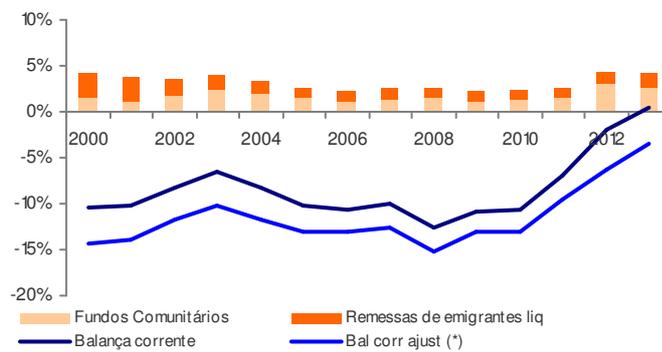
Po - Valor provisório

Os fundos comunitários

Desde a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em 1986, **os fundos estruturais (entendidos como fundos de suporte ao investimento e desenvolvimento) foram o instrumento essencial de apoio ao desenvolvimento do país e à correcção das assimetrias regionais.** Os fundos estruturais e de coesão disponibilizados pela União Europeia no período 1989-2013 superaram os **96 mil milhões de euros²**, tendo sido executados até 2011 cerca de 81 mil milhões de euros (a preços constantes de 2011). Este montante engloba os quatro grandes ciclos que enquadraram os apoios estruturais a Portugal: os Quadros Comunitários de Apoio I (1989-93), II (1994-1999) e III (2000-2006); e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o período 2007-2013.

Figura 37 - As remessas externas e fundos estruturais - dois importantes contribuintes para a contenção do desequilíbrio externo

(%do PIB)



(*) - Excluindo remessas líquidas e fundos da CE Fonte: Banco de Portugal, BPI

Para além de um elemento essencial para as políticas de desenvolvimento, os fundos comunitários têm contribuído positivamente para a Balança de Pagamentos, minorando o desequilíbrio externo que, ainda assim, se situou em média em torno de 10% do PIB na primeira década do século XXI³.

A estratégia e os planos de desenvolvimento actuais

A estratégia “Europa 2020” para um Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo na União Europeia foi lançada pela Comissão Europeia em Março de 2010 e aprovada pelos Chefes de Estado e de Governo dos países da UE em Junho de 2010. Este documento estabeleceu as metas concretas a atingir até 2020 em áreas como o emprego, a educação, a utilização da energia e a inovação, a fim de ultrapassar o impacto da crise económica e voltar a colocar a Europa na via do crescimento, constituindo o referencial central das políticas comunitárias até ao final da presente década, assim como do desenho do orçamento

² Fonte: A economia, a sociedade e os fundos estruturais, 25 anos de Portugal Europeu, Fundação Francisco Manuel dos Santos

³ No período de 2000 a 2010, o saldo da Balança Corrente ascendeu a -9.9% do PIB em termos médios anuais.



2014-2020 da UE e, designadamente, dos fundos estruturais durante esse período.

Neste âmbito, o Acordo de Parceria Portugal 2020 engloba as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento fundamentais para promover, em Portugal, o **Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo** no período 2014-20. Operando num contexto significativamente diferente dos anteriores fundos comunitários e beneficiando dos progressos em algumas áreas e da redução de desequilíbrios observados na sequência do pedido de auxílio externo, os objectivos do Acordo Portugal 2020 são bastante distintos do anterior. Efectivamente, assume-se que **as infra-estruturas já não constituem o principal défice do país, surgindo actualmente a competitividade e a procura dos seus factores potenciadores como o principal objectivo de desenvolvimento da economia e da sociedade portuguesas.**

A programação e implementação do Programa Portugal 2020 organizam-se em quatro domínios temáticos – competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos – considerando também os domínios transversais relativos à reforma da Administração Pública e à territorialização das intervenções.

A identificação dos principais constrangimentos e potencialidades nestes domínios permite definir as prioridades de intervenção dos fundos comunitários do período 2014-2020. Refira-se que cada um dos constrangimentos identificados define sobretudo uma oportunidade e orientação para a mudança, independentemente dos progressos alcançados em cada um dos pontos identificados, na maior parte das vezes substanciais.

Entre as principais oportunidades de melhoria identificadas (e detalhadas nos pontos seguintes) **incluem-se a transformação da especialização produtiva reduzindo a importância das actividades de baixo valor acrescentado e de baixa intensidade tecnológica e de conhecimento, a melhoria das competências e estratégias das empresas por via da qualificação dos empregadores e empregados e da adopção de estratégias de negócio mais sofisticadas, a redução do desemprego (com actuação ao nível do desemprego de longa duração e do desemprego jovem), o desenvolvimento das qualificações da população activa e da eficácia do sistema de ensino e a redução da intensidade energética da economia portuguesa.** Tendo por base os constrangimentos/oportunidades de melhoria identificados, o Programa Portugal 2020 define estratégias e linhas de acção direccionadas.

No âmbito da Estratégia Europa 2020 e das suas três prioridades estratégicas de crescimento – inteligente, sustentável e inclusivo – Portugal assumiu, no seu Programa Nacional de Reformas, um conjunto de prioridades e metas relacionadas com a mobilização dos recursos humanos, o ambiente e energia, o investimento em inovação, a escolaridade e o combate à pobreza. Ao longo da última década, Portugal evoluiu positivamente em vários desses indicadores destacando-se entre eles a taxa de abandono escolar precoce (de 43.6% em 2000 para 23.2% em 2011), a proporção da despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) no PIB (de 0.73% em 2000 para 1.5% em 2011) e o peso das energias renováveis no consumo total de energia no país (de 19.2% em 2004 para 27.3% em 2011). Em sentido inverso, registou-se algum retrocesso no indicador relativo à taxa de emprego (de 73.5% em 2000 para 69.1% em 2011), reflectindo a deterioração do mercado de trabalho em Portugal.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Quadro 5 – Metas de Portugal no âmbito da Estratégia Europa 2020 e situação em 2011

Objectivo	Indicadores	Meta 2020	2011
Reforço da I&D e da Inovação	Investimento: % do PIB	entre 2.7% e 3.3%	1.5%
	Taxa de abandono escolar precoce	10.0%	23.2%
Mais e melhor educação	% população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos	40.0%	26.1%
	Emissões de gases de efeito de estufa (variação % face a 2005 em emissões não CELE)	1.0%	-8.0%
Clima e energia	% Energias renováveis no consumo de energia final	31.0%	27.3%
	Eficiência energética (ganho % relativamente a consumos de energia primária no cenário de referência)	20.0%	16.5%
Aumentar o emprego	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	75.0	69.1%
Combate à pobreza e às desigualdades sociais	Pessoas em risco de pobreza ⁽¹⁾ / exclusão social (variação face a 2008)	-200 mil	-156 mil

Fonte: Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020

Nota: ⁽¹⁾ Rendimentos referentes a 2010**3.2 Breve caracterização da actual rede de infra-estruturas de transportes**

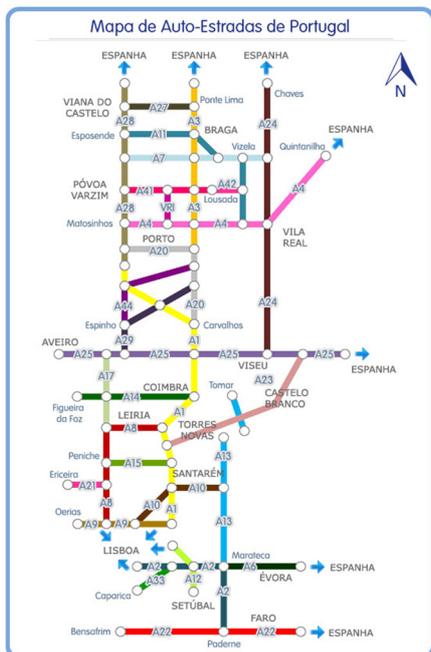
Em resultado dos investimentos efectuados na rede de infra-estruturas de transportes nacional, o país beneficia hoje de uma abrangente e densa cobertura de infra-estruturas nos diversos meios de transporte que constitui um factor de competitividade extremamente importante para potenciar o desenvolvimento económico do país e a internacionalização da economia portuguesa.

As infra-estruturas de transporte apresentam, tendo por base, nomeadamente, o Relatório do Grupo de Trabalho para as Infra-estruturas de Elevado Valor Acrescentado (GIEVTA), as seguintes características principais:

A **rede rodoviária** nacional possui uma extensão total de 16,500 km, dos quais 2,600 km em itinerários principais, 3,400 km em itinerários complementares, 5,500 km de estradas nacionais e 5,000 km de estradas regionais. **A rede rodoviária nacional tem vindo a beneficiar de fortes investimentos realizados desde o início da década de 90 caracterizando-se por possuir hoje uma rede de auto-estradas que é considerada pelo “GlobalCompetitivenessReport_2013_14” do World Economic Forum como a 4.ª melhor rede de auto-estradas do mundo, com 7 ligações à rede rodoviária transeuropeia através do território de Espanha conforme esquematizado na figura seguinte.**



Figura 38 – Mapa de Auto-Estradas de Portugal



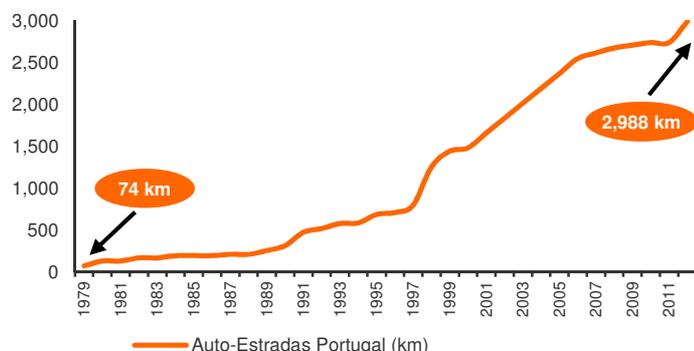
Fonte: Estradas de Portugal

A cobertura do território nacional por uma vasta rede de estradas e auto-estradas apresenta benefícios indiscutíveis para a economia portuguesa e respectiva internacionalização, de entre os quais se destaca a maior facilidade e rapidez de transporte de mercadorias, a existência de ligações eficientes à rede viária Espanhola e o facto de a actual RRN em geral e a rede de auto-estradas em particular garantirem um adequado acesso rodoviário aos principais portos nacionais (Leixões, Lisboa, Sines e Setúbal) e aos principais eixos logísticos (Poceirão, Carregado e Entroncamento) com ligação de/e para Espanha.

No que respeita especificamente à rede de auto-estradas, a evolução da cobertura do território nacional registada desde o início da década de 80 é impressionante, com o número de km de auto-estrada a aumentar de apenas 74 km em 1979, para 316 km em 1990, 1,482 km em 2000 e 2,988 km em 2012.

Figura 39 - Evolução da rede de auto-estradas em Portugal desde 1979

(km)



Fonte: Eurostat

Portugal beneficia actualmente de uma excelente rede de auto-estradas gerida através de concessões celebradas entre o Estado Português e entidades privadas, a qual compara muito favoravelmente com os



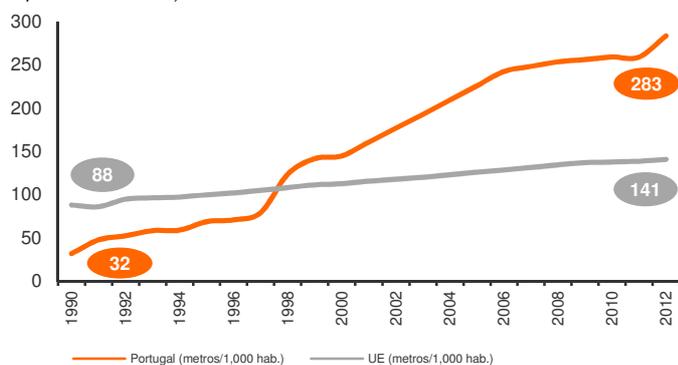
ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

principais parceiros europeus verificando-se que, de acordo com os dados do Eurostat, em 2012, por cada mil habitantes, a extensão de auto-estradas em Portugal é cerca duas vezes a média da União Europeia, atingindo 283 metros por mil habitantes em Portugal face a 141 metros por mil habitantes em média nos 28 países da UE.

Figura 40 - Comparação da rede de auto-estradas em Portugal e na UE 28

(km por mil habitantes)



Fonte: Eurostat

Importa ainda efectuar uma referência ao sistema electrónico de cobrança por utilização de infra-estruturas rodoviárias (Via Verde) que foi desenvolvido em 1991 pela Brisa Auto-Estradas (dedicada à construção, conservação e exploração de uma vasta rede de auto-estradas). Trata-se de um sistema pioneiro a nível internacional integralmente desenvolvido em Portugal para a cobrança automática de portagens através de um Identificador que é colocado no veículo automóvel permitindo maior rapidez e comodidade no pagamento em mais de 300 portagens, 108 postos de abastecimento de combustível e 106 parques de estacionamento. Sem que o veículo tenha de parar, e através de uma ligação rádio entre a unidade de bordo (o Identificador colocado no veículo) e o equipamento instalado na via, são geradas as transacções correspondentes às taxas, processadas de forma totalmente electrónica. O número de clientes que utilizam a via verde atinge em 2014 de cerca de 3.4 milhões.

A **rede de portos**, por seu lado, é constituída por nove portos comerciais (cinco principais – Leixões, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Sines - e quatro secundários – Viana do Castelo, Figueira da Foz, Portimão e Faro) e **está dotada de infra-estruturas modernas com capacidade disponível na generalidade dos portos nacionais. A maioria das infra-estruturas do sistema portuário comercial do continente integra-se na Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T).**



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 41 – Portos principais e secundários em Portugal Continental

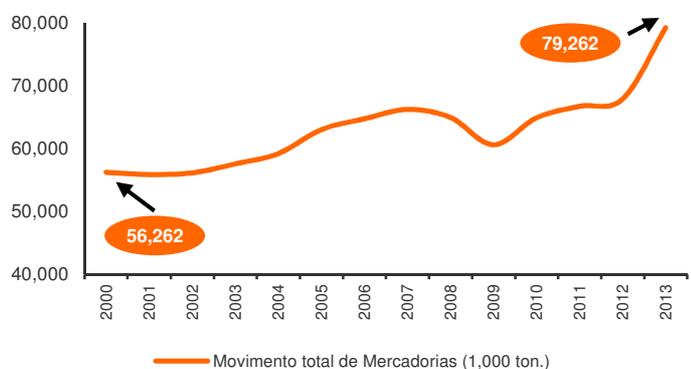


Destaca-se o forte crescimento de actividade que se tem vindo a registar na última década nos portos nacionais com um incremento do total de mercadorias movimentadas (de acordo com os dados do Instituto da Mobilidade e dos Transportes - IMT - e incluindo entradas e saídas) de cerca de 56.3 milhões de toneladas em 2000, para aproximadamente 79,3 milhões de toneladas em 2013 (acréscimo de 41%). Refira-se, ainda, que a tendência de aumento do movimento de mercadorias nos portos nacionais se tem caracterizado por taxas médias de crescimento anual crescentes, a evoluir de 2.7% entre 2000 e 2013, para 6.9% entre 2009 e 2013 e de 16.7% entre 2012 e 2013.

De acordo com os dados publicados pelo IMT o aumento da carga transportada nos portos nacionais entre 2012 e 2013 foi de 16.7%, tendo o último ano sido caracterizado pelos maiores níveis de movimentação de sempre no sistema portuário comercial do continente que atingiram 79 milhões de toneladas de carga. Em termos de passageiros, 2012 registou 617 milhares de passageiros oceânicos, também o nível mais elevado de sempre.

Figura 42 - Movimento global de mercadorias nos principais portos do continente em 2013

(mil toneladas)



Fonte: IMT

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

O porto de Sines ocupa a primeira posição no conjunto dos portos principais tendo assegurado em 2013 45% do movimento total de mercadorias, ao que corresponderam cerca de 36,5 milhões de toneladas. Seguem-se, por ordem de importância quanto aos volumes de carga movimentados, o porto de Leixões (22% do total), o porto de Lisboa (16%), o porto de Setúbal (9%) e, por último o porto de Aveiro (5% do total de mercadorias movimentadas em 2013). Por tipo de mercadoria, o porto de Sines ocupa a primeira posição, tanto no caso dos graneis líquidos (respeitantes a petróleo e derivados) com 64% da carga total movimentada, como no caso do transporte de contentores com 49% do total.

Quadro 6 – Movimento nos principais portos de Portugal Continental por tipo de mercadoria em 2013

(mil toneladas)

	Aveiro	% Total	Setúbal	% Total	Lisboa	% Total	Leixões	% Total	Sines	% Total	Total
Graneis Líquidos	1,043	3%	467	2%	1,644	5%	7,825	26%	19,706	64%	30,684
Graneis Sólidos	1,333	9%	2,817	18%	4,815	31%	2,096	13%	4,615	29%	15,675
Carga Geral	1,581	27%	3,097	52%	113	2%	966	16%	154	3%	5,911
Contentores	0	0%	628	3%	5,419	22%	6,293	26%	12,039	49%	24,378
Total	3,956	5%	7,009	9%	11,991	16%	17,179	22%	36,514	48%	76,648

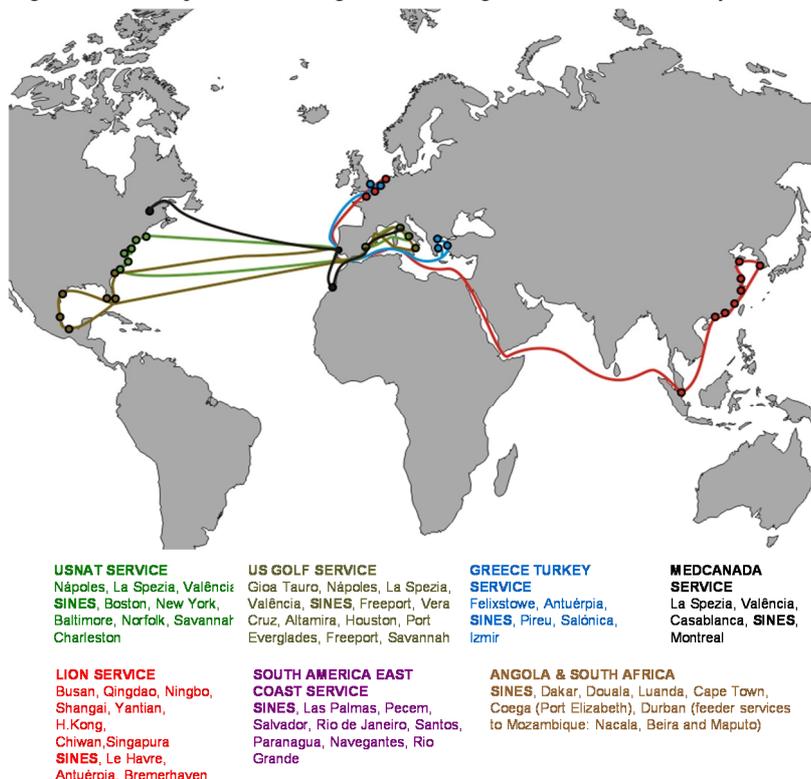
Fonte: IMT

A posição cimeira nos portos nacionais é, portanto, ocupada pelo porto de Sines que, para além das excelentes condições geofísicas que possui, está integrado numa das maiores áreas industriais e logística da Península Ibérica (área superior a 2.000 ha), com vasta área disponível livre de condicionamentos urbanos capaz de assegurar um crescimento sustentado a longo prazo da actividade portuária e da sua cadeia logística. Em termos de acessibilidades, o porto de Sines conta ainda com uma rede de infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias que lhe assegura uma adequada cobertura do seu *hinterland* natural e suporta uma adequada integração do Porto com as principais plataformas logísticas do País (Entroncamento, Bobadela). No âmbito do Portugal Logístico e do plano de desenvolvimento da rede de transporte, contará ainda com uma plena integração da plataforma urbana nacional do Poceirão e da plataforma transfronteiriça de Elvas/Caia tendo em vista uma efectiva extensão do seu *hinterland* até à região de Madrid.

O porto de Sines está no top 20 europeu estimando-se que ocupe a 19.ª posição no que respeita ao movimento de carga contentorizada em volumes de 2013. A liderança do porto de Sines está sustentada na actividade desenvolvida nos cinco modernos terminais de especializados (i) o terminal de Graneis Líquidos, especialmente vocacionado para o movimento de crude e derivados (LPG, Diesel), (ii) o terminal Petroquímico, especialmente dedicado à actividade petroquímica instalada na zona industrial de Sines, (iii) o terminal GNL, ao serviço da Ren Atlântico e exclusivo dedicado ao fornecimento de Gás Natural, (iv) o terminal de Graneis Sólidos e Ro-Ro, em que se destaca a actividade de movimento de carvão destinado às centrais nacionais, e (v) o terminal de Contentores (Terminal XXI), destinado ao movimento de mercadoria contentorizada que, nos últimos anos, tem sido o principal motor de crescimento e desenvolvimento do porto de Sines. Mais recentemente, o porto de Sines tem vindo consistentemente a posicionar-se como o principal porto de carga contentorizada em Portugal. Em 2013, com um movimento anual de 931 mil TEU o Terminal XXI é já hoje o maior terminal de contentores nacional (com uma quota de mercado de 42,5%) e o quinto maior em toda a Península Ibérica (com uma quota de mercado de 6%). De destacar ainda que, considerando apenas o movimento de carga de transbordo, o Terminal XXI é hoje o terceiro maior terminal da Península Ibérica com uma quota de mercado de 9,2%.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 43 – Serviços directos regulares de carga contentorizada de e para o Porto de Sines (Terminal XXI)

Refira-se, por último, que a **exploração do Terminal XXI do porto de Sines foi concedida em regime de concessão de serviço público por um período de 30 anos a uma *joint-venture* constituída por dois dos principais actores mundiais na operação de terminais de contentores** (i) PSA International Pte, Ltd, o maior operador mundial de terminais de contentores que conta com uma presença em 18 países e um portfolio de 28 terminais localizados ao longo das principais rotas marítimas de transporte internacional de contentores detidos e geridos com base em parcerias de longo, e (ii) TIL–Terminal Investments Limited SA, o sexto maior operador mundial de terminais de contentores que gere um *portfolio* de 27 terminais de contentores localizados ao longo das principais rotas marítimas de transporte internacional de contentores estando particularmente focado e orientado para assegurar a adequada capacidade nos portos utilizados pela MSC - Mediterranean Shipping Company SA, que é hoje a segunda maior companhia de navegação de transporte de contentores mundial, quer em termos de volumes transportados, quer em termos de capacidade disponível, e que é hoje o principal cliente do Terminal.

A **rede aeroportuária** é constituída por 5 aeroportos principais, dos quais 3 no Continente (localizados em Lisboa, Porto e Faro), 1 na Região Autónoma da Madeira (Funchal) e 1 na Região Autónoma dos Açores (Ponta Delgada) e, ainda, por 5 aeroportos complementares (1 no Continente, 1 na Madeira e 3 nos Açores). Integram ainda a rede aeroportuária nacional diversas bases militares, incluindo a base das Lajes e a base de Beja (ambas também servindo como Aeroportos Internacionais) e 46 Aeródromos (incluindo aeroportos e bases militares) e 53 heliportos.

Figura 44 – Aeroportos em Portugal Continental (ANA e ANAM)

O tráfego aéreo internacional tem sido responsável pelo crescimento do tráfego de passageiros em Portugal, tendo atingido um total de 25.4 milhões em 2012 com um crescimento médio anual de 4% desde 2006. O movimento total de aeronaves nos 10 principais aeroportos nacionais em 2012 foi de 484.6 milhares com o aeroporto de Lisboa a representar 50% do total e as regiões autónomas apenas 15%. **As infra-estruturas aeroportuárias nacionais beneficiam dos recentes investimentos realizados em Lisboa e em Faro no segmento passageiros e no Porto e Lisboa no segmento da carga aérea assegurando capacidade disponível para crescimento futuro do tráfego aéreo de passageiros e mercadorias.**

Importa ainda realçar que foi concluída com sucesso em Setembro de 2013 a privatização da ANA – Aeroportos de Portugal, empresa detentora do contrato de concessão com o Estado português para a gestão dos principais aeroportos do país. **O processo de privatização envolveu a participação de alguns dos maiores *players* mundiais do sector aeroportuário tendo sido seleccionada a empresa VINCI Concessions, maior operador europeu de concessões de infra-estruturas de transporte com actividades em cerca de 20 países em todo o mundo, que adquiriu a empresa por 3 mil milhões de euros.**

A **rede ferroviária** nacional apresenta uma extensão total de 3,619 km, equivalente a 267m por um milhão de habitantes, (a média europeia é de 410m por um milhão de habitantes) e concentra-se no litoral. A rede com tráfego ferroviário é de 1,629 km, da qual 67% está electrificada, 68% equipada com sistemas de controlo de velocidade e 26% permite carga máxima rebocável superior a 1,400 toneladas sendo a utilização da rede efectuada maioritariamente por passageiros (87%). As ligações portuárias à RFN são feitas nos cinco portos principais do litoral: Leixões, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Sines conforme se observa na figura seguinte.

Figura 45 – Principais ligações de mercadorias da Rede Ferroviária Nacional

Fonte: REFER

Na lista de privatizações a realizar em Portugal encontra-se a CP Carga-Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias SA que é o segundo maior operador logístico de base ferroviária da Península Ibérica com 3,000 vagões, múltiplas bases logísticas próprias e 60 locomotivas eléctricas e diesel entre as quais 25 novas locomotivas eléctricas Siemens da série 4700. Está ainda prevista, e em fase de conversações com potenciais interessados para definição do modelo de privatização a adoptar, a concessão a privados da gestão de linhas de redes ferroviárias suburbanas e do Metro de Lisboa e do Porto.

Principais meios de transporte nacionais por origens e destinos

Tendo em vista a análise da importância relativa dos diversos meios de transporte em termos do movimento de mercadorias registado no ano de 2013 com identificação dos principais mercados de origem e destino servidos, utilizou-se informação disponibilizada pelo INE, a qual apresenta uma redução da carga movimentada por transporte marítimo face aos valores publicados pelo IMT, o que se fica a dever ao facto de as estatísticas de comércio internacional do INE não incluírem o *transshipment*, as entradas/saídas entre portos portugueses e as entradas/saídas de mercadorias por portos portugueses com destino/origem Espanha.

Neste contexto, verifica-se que de acordo com os dados do INE para o ano de 2013, o transporte marítimo representou 59% do total de carga movimentada (incluindo fluxos de entrada e de saída), seguindo-se o transporte rodoviário com 32%, o transporte ferroviário com 1% e os outros meios de transporte com 8% do total (inclui transporte aéreo, navegação interior e as remessas postais, entre outros).

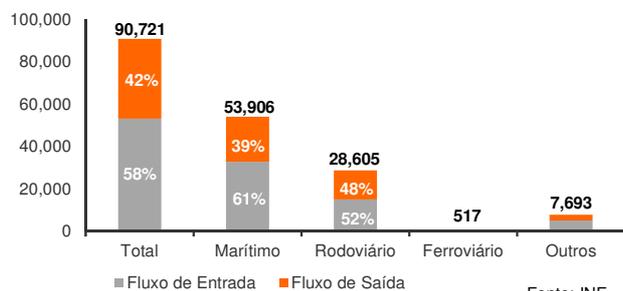


ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 46 - Movimento de mercadorias por meio de transporte em 2013

(mil toneladas)



Fonte: INE

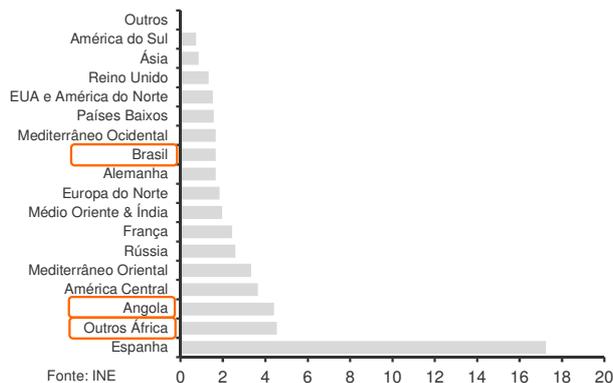
Nota: A rubrica "Outros" inclui, nomeadamente o transporte aéreo, a navegação interior e as remessas postais.

No que respeita aos principais mercados de origem dos fluxos de entrada de mercadorias em Portugal verifica-se que Espanha ocupa a primeira posição com 17.2 milhões de toneladas (32% do total), seguindo-se os países africanos com um total de aproximadamente 9 milhões de toneladas (17% do total) de entre os quais se destaca Angola com 4.4 milhões de toneladas correspondentes a 49% do total de mercadorias provenientes de países africanos. O Brasil ocupa a 11.^a posição com cerca de 1.7 milhões de toneladas correspondentes a 3% do total de mercadorias entradas em Portugal no ano de 2013.

O transporte por via marítima é predominante nas entradas de mercadorias com origem nos países africanos e no Brasil com um peso de respectivamente 100% e 99% do total. O transporte rodoviário assume maior importância no transporte de mercadorias provenientes de Espanha (peso de 62% no total de mercadorias provenientes desse mercado), Alemanha (58% do total), França (44%) e Europa do Norte (43% do total).

Figura 47 - Principais países de origem dos fluxos de entrada de mercadorias em Portugal em 2013

(milhões de toneladas)



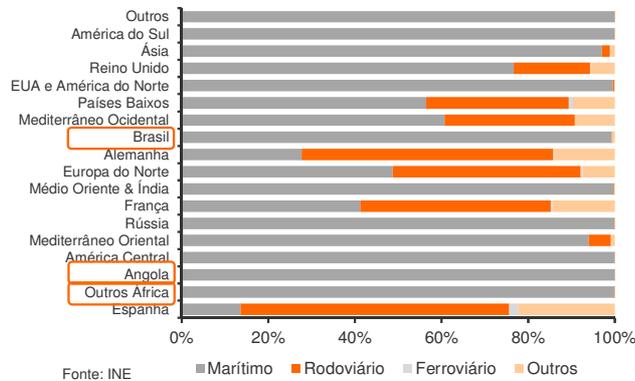
Fonte: INE



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

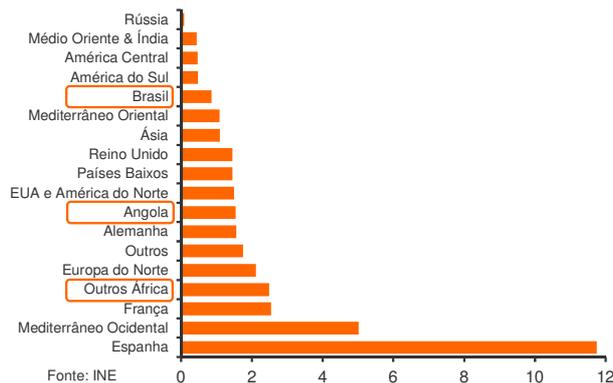
Figura 48 – Meios de transporte para os principais países de origem dos fluxos de entrada em 2013
(% do total)



Nos principais mercados de destino das mercadorias saídas de Portugal a primeira posição é ocupada por Espanha com 11.7 milhões de toneladas (31% do total), seguindo-se os países do mediterrâneo ocidental com cerca de 5 milhões de toneladas (13% do total), França com 2.5 milhões de toneladas (7% do total) e os países africanos excluindo Angola com cerca de 2.5 milhões de toneladas (7% do total). Angola ocupa a 8.ª posição com 1,5 milhões de toneladas (4% do total) e o Brasil situa-se na 14.ª posição com 0,9 milhões de toneladas (2% do total).

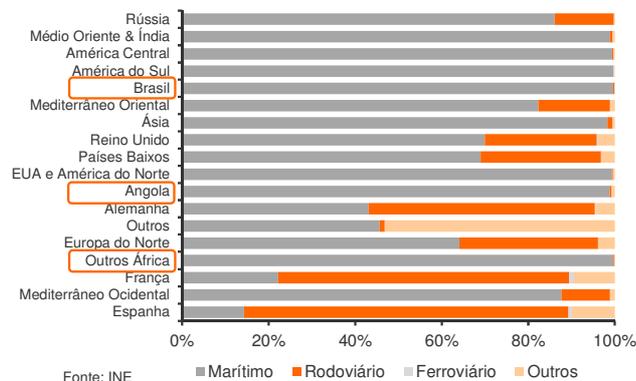
Também no caso das saídas de mercadorias se constata que a via marítima é utilizada na quase totalidade do transporte de mercadorias com destino a África e ao Brasil, assumindo o transporte rodoviário maior importância para os mercados europeus, como sendo Espanha (peso de 75% no total de mercadorias destinadas a esse mercado), França (67%), Alemanha (52% do total) e Europa do Norte (32% do total).

Figura 49 - Principais países de destino dos fluxos de saída de mercadorias de Portugal em 2013
(milhões de toneladas)



**Figura 50 – Meios de transporte para os principais países de destino dos fluxos de saída em 2013**

(% do total)



Fonte: INE

■ Marítimo ■ Rodoviário ■ Ferroviário ■ Outros

3.3 Plano Estratégico dos Transportes e Infra-estruturas para 2014-2020

Tendo por base os objectivos de reforço da competitividade e internacionalização da economia, inscritos na Estratégia para o Fomento Industrial para o Crescimento e para o Emprego 2014-2020 foi lançado, no âmbito do novo programa de financiamento comunitário 2014-2020, o **Plano Estratégico dos Transportes e Infra-estruturas 2014-2020 (PETI3+)**, cujos três objectivos estratégicos para o período entre 2014-2020, são:

- 1. Reduzir os custos de contexto que incidem sobre as exportações por via do aumento da competitividade e eficiência do sector dos transportes.** Para tal, o documento prevê investimentos que facilitem maior integração de Portugal no espaço económico europeu, através do gradual desenvolvimento da RTE-T, potenciando o papel das infra-estruturas e serviços de transportes no desenvolvimento do sector do turismo, alavancando as vantagens competitivas de Portugal a nível geoestratégico e promovendo a concorrência entre operadores nos segmentos de mercadorias e de passageiros.
- 2. Assegurar a competitividade do sector e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes,** nomeadamente através do incentivo ao investimento privado em áreas com maior valor acrescentado e mais eficientes.
- 3. Promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o país.**

No âmbito do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, e com base nas recomendações do GIEVTA, foram definidos 59 projectos prioritários a concretizarem-se nos próximos oito anos, dos quais 19 relacionados com o sector marítimo-portuário, 12 com o sector ferroviário e 10 no rodoviário. No sector aeroportuário foram definidos 6 projectos prioritários e no domínio dos transportes públicos 3 projectos.

O investimento associado aos projectos prioritários ascende a 6,067 milhões de euros a realizar no período 2014-2020. Os fundos comunitários, no total de 2,828 milhões de euros, ou seja 46.6% do total, representam a principal fonte de financiamento dos projectos, enquanto o investimento financiado por privados representará 31% do total e o investimento do Estado 22% do total.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Quadro 7 – Distribuição do investimento por sector e fonte de financiamento*milhões de euros*

	Total	% do total	QREN	Fundos		Público
				comunitários	Privado	
				2014-20		
Sector ferroviário	2,639	43%	10	1,606	6	1,017
Sector marítimo-portuário	1,534	25%	0	389	945	200
Sector rodoviário	898	15%	120	96	600	82
Sector aéreo e aeroportuário	241	4%	0	0	241	0
Transportes públicos de passageiros	755	12%	15	592	88	60
Total	6,067		145	2,683	1,880	1,359

Fonte: Governo de Portugal, PETI

Nos sectores ferroviário e marítimo-portuário serão realizados os investimentos mais importantes, absorvendo 43% e 25% do investimento total, respectivamente. A realização dos projectos prioritários previstos permitirá uma melhoria significativa da rede ferroviária nacional e a sua integração na RTE-T. Com efeito, cerca de 83% do investimento previsto é relativo a infra-estruturas pertencentes à RTE-T, dos quais 61% inserem-se na RTE-T principal.

Finalmente, importa referir as metas a atingir com os investimentos projectados até 2020, conforme apresentado no quadro seguinte:

Quadro 8 – Metas a atingir com os investimentos projectados em infra-estruturas**Indicador**

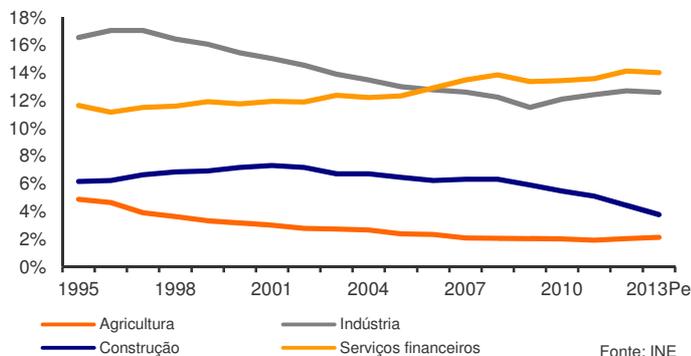
	Meta
N.º de TEU (unidade equivalente a um contentor) movimentadas nos principais portos Portugueses	+50%
Nº de toneladas/km transportadas em modo ferroviário	+40%
Nº de passageiros/km transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros	+15%
Nº de passageiros movimentados nos aeroportos nacionais	+25%
Nº de veículos/km anuais na rede de autoestradas nacionais	+15%
Nº de turistas de cruzeiro que escalem os portos nacionais	+50%
Resultado líquido anual consolidado das empresas públicas do sector dos transportes e infraestruturas	Positivo

Fonte: Governo de Portugal, PETI

3.3 Factores de competitividade internacional

Conforme anteriormente referido, a economia portuguesa apresentou no passado défices na balança das transacções com o exterior. Desta forma, a melhoria da competitividade interna constitui, de acordo com a estratégia de crescimento 2020 da União Europeia, um elemento essencial para apoiar a redução do endividamento externo de Portugal. O Fórum Económico Mundial, através do Relatório de Competitividade Global, define competitividade como “o conjunto de instituições, políticas e factores que determinam o nível de produtividade de um país”, acrescentando que “uma economia mais competitiva tem maior probabilidade de crescer mais rapidamente no tempo”. Reconhece-se, assim, o papel da competitividade e da internacionalização como aposta no desenvolvimento nacional.

A obtenção de ganhos de competitividade da economia portuguesa são o foco de actuação no âmbito do domínio temático “competitividade e internacionalização” da estratégia Portugal 2020. De forma sucinta os três principais domínios de acção para melhoria da competitividade são: perfil de especialização produtiva; competências estratégicas das PME; e condições de contexto à actividade empresarial.

**Figura 51 - PIB por sectores de actividade, 1995-2013pe***(em % do PIB)*

A promoção de uma especialização produtiva nacional vocacionada mais fortemente para produtos de maior valor acrescentado é fundamental para a competitividade nacional e o equilíbrio externo do país. Este movimento surge como fundamental num ambiente de maior globalização do comércio internacional e de maior concorrência, nomeadamente resultante da entrada das economias emergentes no comércio internacional, as quais apresentam custos produtivos reduzidos comparativamente aos das economias desenvolvidas, onde Portugal se integra. A aposta no incremento da escala de valor acrescentado da indústria portuguesa será importante para consolidar os ganhos de importância do sector industrial que se verificam desde o final da primeira década do século XXI. Apesar de as exportações portuguesas apresentarem melhorias no grau de intensidade tecnológica – desde 2000, o peso das exportações de produtos de baixa intensidade tecnológica diminuiu cerca de 10 pontos percentuais – a importância das exportações de produtos de média-alta e alta é ainda reduzida. Entre Janeiro e Novembro de 2013, a balança de produtos industriais transformados apresentou um excedente de 1,542 milhões de euros (uma melhoria considerável, face ao ano anterior, quando no mesmo período o excedente registado tinha sido de apenas 187 milhões de euros), e o défice da categoria dos produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica diminuiu para 5,017 milhões de euros face aos 5,322 milhões registados no período homólogo. **O saldo da balança tecnológica tem evoluído muito favoravelmente na última década, tendo já apresentado excedentes desde 2011. Da mesma forma, a aposta no sector exportador deverá centrar-se nos produtos para os quais Portugal apresenta maior vantagem comparativa, a realçar: vestuário e calçado; madeira, cortiça e papel; e peles, couros e têxteis⁴.**

⁴ Veja-se Gabinete de Estratégias e Estudos (2010), “Vantagens Comparativas Reveladas do Comércio Internacional Português por Grupos de Produtos”, Destaques, BMEP N° 12/2010.



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 52 - Exportações de produtos industriais transformados, por intensidade tecnológica
(peso no total de exportações de produtos industriais transformados)

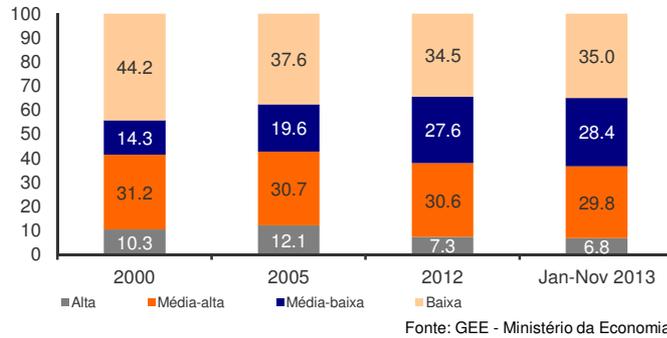


Figura 53 - Saldo da balança tecnológica
(saldo da balança tecnológica, em milhões de euros)

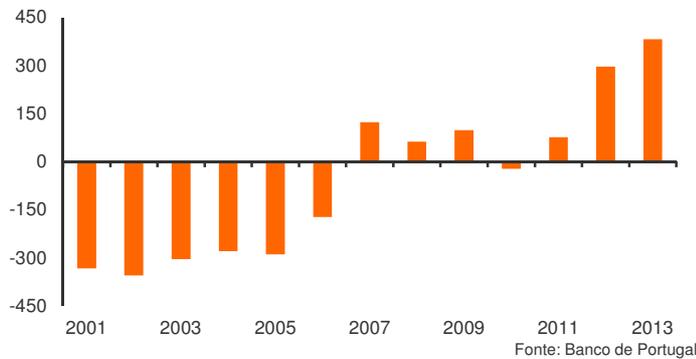
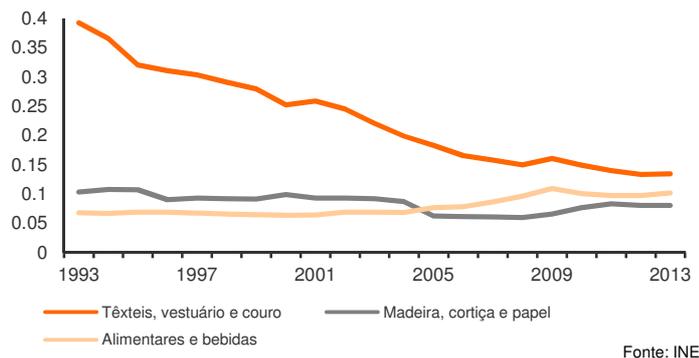


Figura 54 - Exportações de produtos industriais transformados
(em % das exportações de produtos industriais transformados)



Neste contexto, as prioridades estratégicas para os próximos anos ao nível do tecido empresarial focam-se essencialmente no aumento do peso dos sectores transaccionáveis e da componente exportadora das empresas locais, no aumento da intensidade tecnológica e na promoção do capital humano, através da aposta no conhecimento científico.

No capítulo da inovação destacam-se os avanços dos últimos anos patentes na subida de Portugal

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

para o 29º lugar no ranking dos 52 países que formam o barómetro de inovação da COTEC⁵ com melhorias em todas as dimensões que formam o respectivo indicador. O investimento em inovação e investigação deverá assumir um papel determinante na estratégia 2020, apostando na valorização e modernização da produção local, ao mesmo tempo que a articulação entre o sector privado e as instituições de conhecimento será reforçada. A consolidação da importância estratégica do sector do turismo para a economia portuguesa e a garantia de auto-suficiência do sector agro-alimentar são também duas apostas da estratégia de desenvolvimento do país.

Quadro 9 – Barómetro inovação da COTEC

	2010	2011	2012	2013
Posicionamento de Portugal nos 52 países	30	30	31	29
Valor do índice global	3.02	3.64	3.51	3.62
Dimensão Condições	4.50	4.72	4.60	4.74
Dimensão Recursos	3.61	3.84	3.47	3.58
Dimensão Processos	3.18	3.33	3.29	3.47
Dimensão Resultados	3.02	2.97	2.92	2.95

Fonte: COTEC

Quadro 10 – Exportações de produtos, por sector de actividade

	1995	2000	2005	2010	2013
Total	17,799.0	27,214.8	31,137.1	37,267.9	47,375.4
Agricultura e pescas	217.3	351.8	578.7	949.9	1,098.3
Indústrias extractivas	258.8	183.7	328.3	547.2	699.7
Indústrias transformadoras	17,320.1	26,640.0	29,223.6	34,978.5	45,430.8
Alimentares e bebidas	1,198.2	1,695.2	2,248.9	3,523.7	4,626.3
Têxteis, vestuário e couro	5,561.1	6,723.5	5,349.7	5,224.5	6,119.8
Madeira, cortiça e papel	1,908.8	2,713.6	1,889.7	2,771.2	3,754.5
Máquinas, equipamentos e aparelhos	3,047.2	5,406.1	6,045.2	5,845.7	7,456.2
Transporte	1,992.8	4,123.4	4,527.0	4,709.2	5,164.1
Químicos e plásticos	1,206.3	2,287.6	3,487.7	4,699.2	6,305.1
Minérios e metais	1,491.2	2,493.8	3,647.8	4,823.8	5,996.6
Combustíveis	520.3	568.7	1,076.2	2,183.8	4,524.4
Outros	394.3	628.1	951.6	1,197.3	1,483.8
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0.2	27.9	85.4	69.0	124.5
Serviços	2.6	11.3	18.3	18.5	22.0

Fonte: INE

No domínio das competências e estratégias das PME, a aposta de desenvolvimento nacional passa pela sua capacitação com o objectivo de prosseguirem estratégias de negócio mais avançadas, melhorando as competências de organização e gestão estratégica e investindo em factores de competitividade com elevado grau de sofisticação e na formação de trabalhadores.

Por último, a melhoria da competitividade exige ainda avanços nas condições de contexto da actividade empresarial, fazendo também parte da aposta do desenvolvimento nacional no período 2014-20. Neste campo, destaca-se a importância da redução dos custos de financiamento, principalmente os aplicados às PME's, que se agravaram com a crise da dívida soberana, a partir de 2010. Outro aspecto importante será a redução dos custos de transporte, de forma a limitar as desvantagens competitivas derivadas da

⁵ A COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação é uma associação privada sem fins lucrativos constituída em Abril de 2003 com a missão de «promover o aumento da competitividade das empresas localizadas em Portugal, através do desenvolvimento e difusão de uma cultura e de uma prática de inovação, bem como do conhecimento residente no país». Desde o início da sua actividade que o cargo de Presidente da Assembleia-Geral é ocupado pelo Presidente da República em exercício e conta com o apoio dos seus Associados e das instituições do Sistema Nacional de Inovação (SNI).



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

posição geográfica de Portugal. Acresce ainda a necessidade de modernização e capacitação da administração pública melhorando a eficiência e integração dos serviços públicos, por exemplo através de uma maior disponibilização e utilização de serviços *online* e garantindo a qualificação dos seus recursos humanos.

A aposta em esforços adicionais de melhoria da competitividade justificam-se tendo em conta a classificação de Portugal pelas instituições internacionais. Por exemplo, o Fórum Económico Mundial coloca Portugal na posição 51^a, em 148 países, no Indicador de Competitividade Global. Este relatório identifica a necessidade de melhorias na eficiência do mercado de trabalho, no ambiente macroeconómico, no desenvolvimento do mercado financeiro, no acesso ao financiamento e na redução da burocracia e da carga tributária.

Figura 55 - ICG coloca Portugal na posição 51 em 148 países

(score nos pilares do Indicador de Competitividade Global 2013-14, 1-7)



3.4 Apostas de desenvolvimento de Portugal em recursos humanos técnicos e científicos

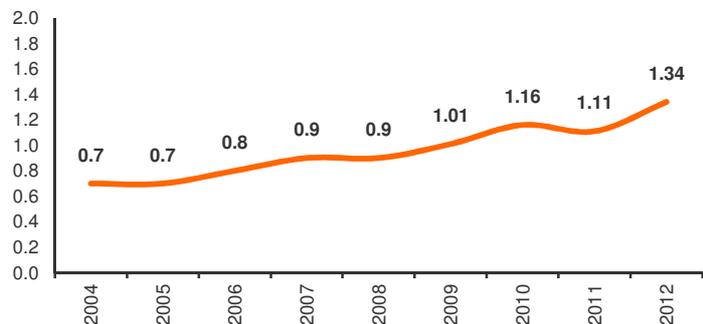
O desenvolvimento de recursos humanos, técnicos e científicos tem sido uma das apostas mais importantes de Portugal, de forma a promover um crescimento económico sustentável e inclusivo, através de incrementos na melhoria da qualidade do capital humano e do conhecimento científico. Os esforços que foram feitos neste âmbito foram notáveis, fruto da implementação de políticas públicas orientadas para a extensão da educação universal e obrigatória, da expansão da rede de escolas e universidades e da implementação de reformas curriculares que incluíram a introdução de exames a nível nacional. Neste contexto, a percentagem da população entre os 25 e os 64 anos com ensino secundário ou superior praticamente duplicou nos últimos 10 anos, chegando aos 40% em 2013.

Portugal possui hoje uma rede pública de universidades com pólos localizados em diversas regiões do país, como sendo nas cidades de Lisboa, Porto, Aveiro, Coimbra, Faro, Covilhã, Évora, Vila Real, bem como universidades privadas. As universidades portuguesas desenvolvem importantes projectos de cooperação e de intercâmbio com os países lusófonos.

É de salientar, ainda, o facto de as principais escolas de gestão portuguesas Porto (*Business School, Católica Lisbon School of Business & Economics e Nova School of Business and Economics*) figurarem nos rankings internacionais das melhores escolas de gestão do mundo ocupando posições de destaque no *ranking* elaborado em 2013 pelo *Financial Times*. Também o número de doutorados tem vindo a evoluir muito positivamente aumentando de 0.7 doutorados por 1,000 habitantes em 2004, para 1.34 doutorados por 1,000 habitantes em 2012, ou seja um crescimento de 91% no período ao correspondeu uma TMCA de 8.5%.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 56 - Doutorados do ensino superior por 1,000 habitantes, 1994-2012

Fonte: INE

Apesar dos progressos conseguidos, Portugal ainda se situa abaixo da média da UE, que se situa em cerca de 72%. Ainda assim os progressos são de facto inquestionáveis já que o mesmo indicador para a faixa etária dos 20 os 24 anos apresenta uma convergência notável. As políticas públicas devem continuar a ser orientadas de forma a melhorar a eficácia dos investimentos em educação, para que estes se traduzam em maior progresso económico e aumento da competitividade da economia.

Quadro 11 – População com ensino secundário ou superior*(percentagem)*

	2000	2005	2010	2013
Entre os 15 e os 64 anos				
UE	62.2	65.8	69.2	72.0
Portugal	21.1	27.5	32.9	40.9
Entre os 20 e os 24 anos				
UE	76.6	77.4	79.0	80.9
Portugal	43.2	49.0	58.7	69.9

Fonte: Eurostat

A estratégia adoptada por Portugal para reforço do capital humano tem sido elaborada em sintonia com a estratégia de crescimento 2020 da UE que define objectivos bastante ambiciosos em matéria de educação. Neste contexto, as políticas públicas têm como objectivo actuar em 3 vertentes essenciais:

(i) Nível médio das qualificações da população adulta e jovem

O primeiro grande objectivo definido no acordo de parceria 2014-2020 é o de promover o sucesso educativo e combater o abandono escolar precoce e a qualificação de jovens. Neste contexto, as metas definidas incluem a redução da taxa de abandono precoce de educação e formação para 10% até 2020 para a população entre os 18 e os 24 anos e o aumento dos diplomados com ensino superior na população entre os 30 e os 34 anos. A recuperação conseguida por Portugal é de facto admirável em ambos os indicadores, ainda que sejam necessários esforços adicionais para aproximação à média comunitária.

Neste contexto, as medidas propostas para combater o abandono escolar incluem entre outras: (i) aumentar os esforços para diversificar as ofertas educativas através da promoção do ensino vocacional/profissional/artístico, para que estas possam dar resposta à procura de diferentes tipos de qualificação e às necessidades do mercado de trabalho; (ii) impulsionar o ensino pré-escolar, dado que este assume uma influência determinante na trajetória do percurso escolar e na redução das assimetrias

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

resultantes dos diferentes contextos socioeconómicos; e (iii) facilitar a participação da população adulta em actividades de educação e formação de forma a aumentar a sua empregabilidade, formação e requalificação de adultos, cursos de ensino recorrente e processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC).

Quadro 12 – Metas traçadas na Estratégia Europa 2020

(percentagem)

	2000	2005	2010	2013	Meta 2020
Abandono precoce de educação e formação					
Portugal	43.6	38.8	28.7	19.2	10
UE	17.6	15.8	14.0	12.0	
Diplomados do ensino superior (30-34 anos)					
Portugal	11.3	17.7	23.5	29.2	40
UE	22.4	28.0	33.5	36.8	

Fonte: Eurostat

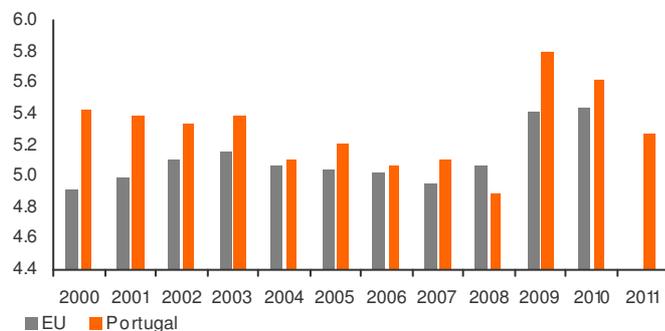
(ii) Qualidade e eficiência do sistema de educação/formação

Em termos de desempenho e eficiência educativa, Portugal tem apresentado uma tendência de melhoria, patente nomeadamente nos resultados aferidos em testes internacionais. Por exemplo, nos testes PISA, continua a ser positiva a evolução da performance de Portugal desde a sua entrada nesta avaliação, mas o país ainda se situa abaixo da média dos países da OCDE. Ao mesmo tempo, as despesas no sector da educação são relativamente elevadas comparativamente aos parceiros europeus. Em 2013, as despesas em educação ascenderam a 5.6% do PIB (face a uma média de 5.4% do PIB na UE) sendo que cerca de 80% das despesas são absorvidas por pagamentos de salários. Para além disso, o rácio de alunos por professor continua a ser inferior relativamente aos restantes países da UE. Existe assim ainda alguma ineficiência na utilização dos recursos alocados ao sector da educação que poderá ser melhorada através de intervenções públicas.

As acções para a melhoria da qualidade e inovação do sistema de educação incluem entre outros: melhoria dos programas de formação para professores e formadores, reformas dos processos pedagógicos, melhorias da gestão dos sistemas de informação, incentivos para uma maior articulação entre escolas e empresas, implementação de um modelo integrado de avaliação de professores, alunos e escolas e a criação de um sistema centralizado de informação e indicadores para o ensino superior.

Figura 57 - Despesas em educação, 2000-2011

(percentagem do PIB)



Fonte: Eurostat

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Quadro 13 – Rácio de alunos por professor no ensino secundário

	Ensino básico		Ensino secundário	
	Público	Privado	Público	Privado
Portugal	7.9	10.7	7.6	6.4
UE	11.0	11.3	12.3	13.7
OCDE	13.2	12.5	13.9	13.8

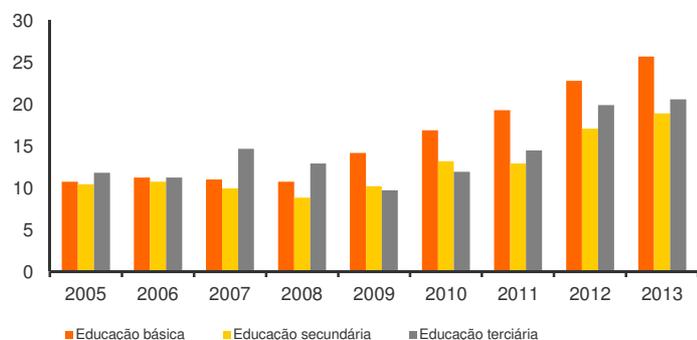
Fonte: OCDE Education at a Glance 2013

(iii) Ajustamento entre as qualificações produzidas e as procuradas

Por último, as intervenções no âmbito do capital humano deverão ter em consideração a necessidade de ajustamento das qualificações produzidas e as solicitadas no mercado de trabalho.

Figura 58 - Taxas de desemprego jovem (15-24 anos), 2005-2013

(percentagem)



Fonte: Eurostat

De acordo com a estratégia Educação e Formação para 2020, Portugal tem como objectivo o aumento do número de diplomados de ensino superior na população entre os 30 e os 34 anos para 40% até 2020. Porém, as políticas no domínio do ensino superior devem também ser integradas no contexto de aumento da competitividade da economia e ser ao mesmo tempo cautelosas relativamente ao aumento do desemprego.

O desemprego nas camadas mais jovens é um dos principais problemas no actual contexto e tem, inclusivamente, despoletado um movimento de emigração dos jovens portugueses com qualificações elevadas. Esta situação está relacionada com a situação económica, mas tende a agravar-se em determinados sectores de actividade em que o mercado de trabalho não consegue dar resposta ao número de diplomados nessas áreas. Neste contexto, **a alocação de alunos no ensino superior entre os diferentes sectores de actividade deve ser extremamente bem coordenada para que os investimentos sejam alocados aos sectores com maior potencial de crescimento no contexto da economia portuguesa e reforço da competitividade da economia (por exemplo, os sectores do turismo, economia do mar, indústrias de bens transaccionáveis e economia digital).**

Assim, de forma a reforçar o número de diplomados de ensino superior e ajustar as qualificações à procura do mercado de trabalho, o programa operacional do capital humano do governo tem como principais linhas orientadoras: o apoio a estudantes do ensino superior através de bolsas de estudo, o reforço dos programas de formação avançada de curta duração (tais como cursos técnicos superiores profissionais) e o incentivo da conexão entre empresas e instituições de ensino superior para dar melhor resposta às necessidades do mercado de trabalho.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Quadro 14 – Diplomados desempregados

	Desempregados/ Diplomados (%)
Informação e jornalismo	10.6
Serviços sociais	10.6
Artes	9.1
Arquitetura e construção	9.1
Protecção do ambiente	8.4
Ciências soc. e comportam.	7.8
Indústrias transformadoras	7.7
Serviços pessoais	7.3
Humanidades	6.9
Ciências da educação	6.7
Ciências veterinárias	6.6
Ciências empresariais	6.0
Matemática e estatística	5.8
Ciências da vida	5.7
Ciências físicas	5.5
Informática	5.0
Engenharia e técnicas afins	4.9
Agricultura, silvíc. e pescas	4.8
Direito	4.6
Serviços de transporte	4.2
Saúde	3.7
Serviços de segurança	3.2

*Fonte: INE e Min. Educ.***Quadro 15 – Diplomados por área de estudo**

	Portugal	Média UE (15 países)
Saúde	17.7	13.0
Ciências empresariais	14.8	15.6
Engenharias	10.7	8.2
Ciências soc. e comportam.	9.3	9.8
Ciências da educação	8.9	11.2
Arquitetura	5.7	4.5
Artes	5.4	4.5
Serviços pessoais	3.8	1.8
Direito	3.7	4.8
Ciências da vida	3.3	2.7
Serviços sociais	2.8	3.1
Humanidades	2.7	7.9
Informação e jornalismo	2.0	1.6
Ciências físicas	1.7	2.6
Protecção do ambiente	1.5	0.5
Informática	1.4	3.1
Indústria transformadora	1.2	0.6
Serviços de segurança	1.0	0.6
Agricultura	0.9	1.0
Veterinária	0.7	0.5
Matemática e estatística	0.6	1.3
Serviços de transporte	0.1	0.2
Total	100.0	100.0

Fonte: OCDE

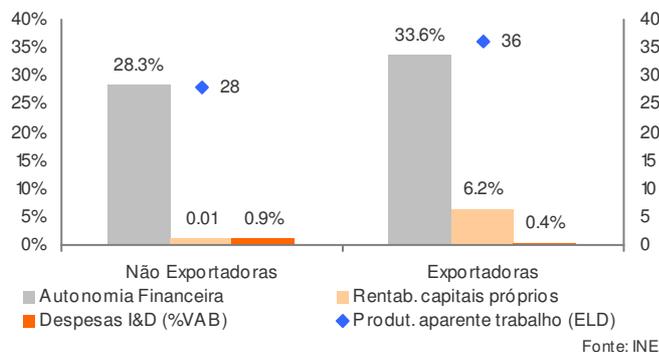


4. ESFORÇOS EM CURSO PARA O REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO PAÍS

O processo de ajustamento da economia portuguesa e a necessidade de que o mesmo tenha um carácter estrutural, contribuindo para o equilíbrio das contas externas de forma sustentada no longo prazo deverá apoiar-se, em grande medida, numa maior penetração das empresas nacionais em mercados externos, reduzindo a sua dependência do mercado doméstico. Neste contexto, neste capítulo abordam-se os esforços actualmente em curso com vista ao avanço do processo de internacionalização e ao reforço da competitividade da economia portuguesa, com destaque para o enquadramento legal, os desenvolvimentos ao nível do investimento e da capacitação das empresas para a sua realização e a aposta no desenvolvimento dos recursos humanos, técnicos e científicos.

Refira-se, antes de mais, que o processo de internacionalização de uma economia abarca questões relacionadas com o comércio externo, o investimento estrangeiro e as acções de cooperação inter-empresarial. Os dois primeiros aspectos apresentam maior relevância, na medida em que contribuem de forma mais directa para o crescimento económico, para o reequilíbrio das contas externas e para o desenvolvimento do tecido empresarial, nomeadamente através de ganhos de competitividade e inovação. Paralelamente, o mercado externo apresenta-se como mais concorrencial, contribuindo para que as empresas participantes apresentem melhores resultados ao nível de dimensão, produtividade, rácios de capital e, tendencialmente ofereçam salários mais elevados. A nível microeconómico destaca-se o facto de as empresas exportadoras apresentarem indicadores económico-financeiros melhores do que os das não exportadoras, nomeadamente no que se refere à autonomia financeira, rentabilidade dos capitais próprios e produtividade aparente do trabalho.

Figura 59 - Indicadores financeiros das empresas exportadoras vs. não exportadoras



Adicionalmente, a captação de investimento directo estrangeiro surge como um factor importante na dinamização do crescimento no longo prazo e do emprego. Mas para além dos efeitos directos, o valor do IDE é reconhecido pelo importante papel desempenhado na obtenção de ganhos tecnológicos e na alteração da estrutura produtiva, no desenvolvimento da capacidade de gestão e no aprofundamento da formação da população pertencente ao país receptor. Paralelamente, o IDE surge como um importante propulsor das exportações, contribuindo positivamente para a balança corrente do país receptor.

Para a captação de investimento externo em Portugal assumem enorme importância os sistemas de atribuição de incentivos fiscais e financeiros a projectos de investimento externo juntamente com outras medidas, como é o caso, a título exemplificativo, do programa de atribuição de "golden visas" que permite

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

a obtenção de vistos de residência a estrangeiros que cumpram um conjunto de requisitos incluindo a realização de montantes mínimos de investimento em Portugal através da aquisição de imóveis, transferência de fundos ou criação de postos de trabalho.

Por último, o programa de privatizações português já permitiu, desde 2011, o encaixe de cerca de 8.5 mil milhões de euros, acima dos cinco mil milhões de euros inicialmente previstos no PAEF, em resultado da privatização da EDP (eléctrica nacional alienada à China Three Gorges), da REN (que foi adquirida pela empresa chinesa State Grid e pela empresa árabe Oman Oil Company), da Caixa Saúde (adquirida pelos brasileiros do Grupo Amil), da Galp, da ANA (adquirida pela francesa Vinci Concessiones), dos CTT – Correios de Portugal e da Caixa Seguros (alienação à sociedade de capital de risco chinesa Fosun). Encontram-se em *pipeline* na lista de privatizações (i) o lançamento de processo de concessão dos transportes de Lisboa (Carris e Metro de Lisboa) e do Porto (STCO e Metro do Porto); (ii) a alienação da TAP, a transportadora aérea nacional; (iii) a privatização da Empresa Geral de Fomento, *subholding* do Grupo Águas de Portugal para a área dos resíduos; (iv) a privatização da AdP – Águas de Portugal que opera nos sectores de água, saneamento; (v) a alienação da CP Carga, operador ferroviário de transporte de mercadorias; e (vi) a venda das participações que o Estado ainda detém na REN e nos CTT.

4.1 Condições legais para a internacionalização

Tendo presente a importância em assegurar o carácter estrutural da correcção do défice externo, percebe-se a relevância da adopção de programas que visem dar suporte e promover a internacionalização das empresas destacando-se, no âmbito do programa Portugal 2020, a decisão de alocação de fundos europeus estruturais e de investimento ao aprofundamento da competitividade e da internacionalização da economia portuguesa. Com efeito, o documento refere que os incentivos directos às empresas co-financiados pelos fundos comunitários têm sido um importante instrumento na promoção do investimento empresarial, antecipando-se que em 2014-2020 este instrumento seja reforçado, sobretudo no apoio ao sector transaccionável, a projectos empresariais focados na inovação, criatividade, internacionalização e formação de competências fundamentais para o reforço da competitividade das empresas, sobretudo das PME.

Apresentam-se seguidamente, de forma não exaustiva, algumas medidas legislativas que nos anos mais recentes foram adoptadas de forma a promover o sector exportador e o investimento, sobretudo direccionado para a inovação e criação de maior valor acrescentado e/ou investimento português no estrangeiro:

Quadro 16 – Medidas legislativas para promoção do sector exportador e do investimento

Documento Legal	Medida	Consulta
Portaria n.º 1463/2007	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME: apoio a projectos de investimento promovidos por empresas, a título individual ou em cooperação, entidades públicas, associações empresariais ou entidades do Sistema Científico e Tecnológico direccionados para Pequenas e Médias Empresas.	http://www.pofc.gren.pt/ResourcesUser/Legislacao/Portaria1463_07.pdf
Portaria n.º 233-A/2012	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de Pequenas e Médias Empresas (SI Qualificação PME), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007. Permite às empresas com actividades na organização de feiras e congressos ser promotoras de projectos conjuntos e alarga as despesas elegíveis no sentido de abranger eventos realizados em território nacional, desde que visem inequivocamente a promoção da internacionalização.	http://www.pofc.gren.pt/ResourcesUser/2012/Legislacao/P_233A_2012.pdf

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Documento Legal	Medida	Consulta
Portaria n.º 47-A/2012	Quarta alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007. Aumenta as taxas de incentivo para participação de feiras e certames realizados no estrangeiro, alarga o instrumento "Projectos Simplificados", que passa a comportar 3 tipologias de Vales: "Inovação", "Internacionalização" e "Energia e Ambiente".	http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/2012/Legislacao/P_47A_2012.pdf
Portaria n.º 369/2012	Sexta alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação PME), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007. Esta alteração retira a necessidade de prévia qualificação para as entidades prestadoras de serviços de consultadoria no âmbito dos Projectos Simplificados e cria o "Vale Empreendedorismo" e o "Vale Internacionalização", entre outros.	http://www.pofc.qren.pt/resourcesuser/2012/legislacao/p_369_2012.pdf
Regulamento específico dos apoios à formação profissional	Define as regras aplicáveis à concessão de apoios à formação profissional que se enquadrem no âmbito do Programa Operacional Factores de Competitividade bem como, nas situações identificadas no presente regulamento, nos Programas Operacionais Regionais do Continente. São abrangidos pelo presente regulamento projectos que, conjuntamente com investimentos noutros domínios, incluam investimentos em formação profissional e sejam susceptíveis de ser apoiados nos eixos prioritários onde está previsto o accionamento de apoios a acções de formação profissional, nomeadamente no âmbito do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME.	http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/Legislacao/Apoios_FormacaoProfissional.pdf
Critérios de Selecção do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME	Define os critérios de selecção de primeiro nível, variáveis consoante a tipologia de projecto em causa.	http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/Legislacao/despachos%20crit%20%20seleccao%20QualeInterPME-QREN%20_vs2_.pdf
Portaria n.º 370-A/2012	Cria a medida «Passaporte para o empreendedorismo», tendo em vista do empreendedorismo e dos conhecimentos de inovação e de qualidade, como forma de dinamização do tecido empresarial português e da internacionalização da economia portuguesa.	http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/2012/Legislacao/P_370_A_2012.pdf
Portaria n.º 156/2013	Primeira alteração ao Regulamento Específico Passaportes Emprego 3i, aprovado pela Portaria n.º 408/2012. Cria o Passaporte Emprego Internacionalização, destinado a projectos de investimento direccionados para a implementação ou consolidação de estratégias de internacionalização, nomeadamente através do aumento da capacidade exportadora.	http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/2013/Legislacao/P_156_2013.pdf
Deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais e Regionais do Continente	Approva os critérios de selecção e hierarquização dos projectos do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME.	http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/2012/Legislacao/20121016_Delib_CMC_POR_SI_PME.pdf
Decreto-Lei n.º 82/2013	Approva condições fiscais para promoção da competitividade, do emprego e da internacionalização das empresas portuguesas, bem como estímulos ao investimento directo em Portugal, tanto nacional como estrangeiro, e ao investimento português no estrangeiro.	http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/1AAB03C7-2E21-4714-A168-5F75A259D061/0/Decreto-Lei_82-2013.pdf
Portaria n.º 1462/2007	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas. Direcção para projectos que envolvam actividades de investigação industrial, desenvolvimento experimental, que permitam a criação de novos produtos, processos ou sistemas, ou à introdução de melhorias significativas em produtos, processos ou sistemas existentes.	http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/Legislacao/Portaria1462_07.pdf
Portaria n.º 1464/2007,	Sistema de Incentivos à Inovação. Apoia projectos de investimento de inovação produtiva promovidos por empresas, a título individual ou em cooperação. Visa promover a inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua progressão na cadeia de valor, bem como, reforçar a orientação das empresas para os mercados internacionais.	http://www.dre.pt/pdf1s/2007/11/22000/0849308502.pdf
Portaria n.º 238/2010	INOV Export. Programa de estímulo ao emprego de especialistas em comércio internacional nas PME nacionais exportadoras ou potencialmente exportadoras.	http://www.portugalglobal.pt/PT/InovExport/Paginas/InovExport.aspx

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

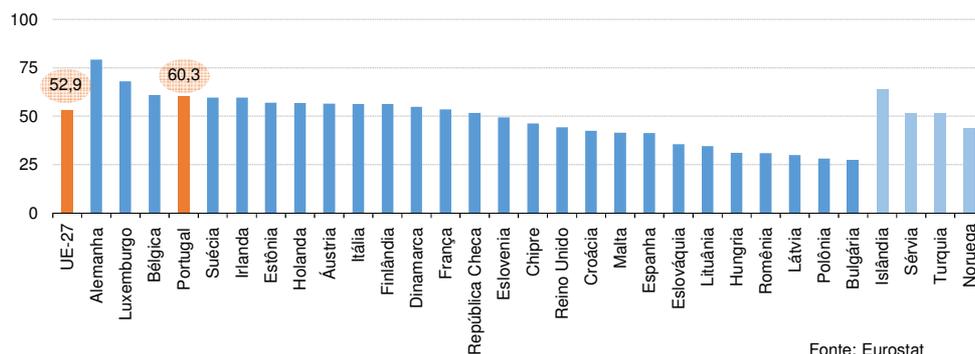
Documento Legal	Medida	Consulta
-	Formexport - Formação PME - Internacionalização. Consiste num programa de formação para empresas que queiram iniciar ou reforçar o seu processo de internacionalização ou exportação.	http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Paginas/NewsDetail.aspx?newId=%7b5C3454D5-AB12-4EBC-9AD5-4DDEFD48B017%7d

4.2 Investimento

Conforme referido no capítulo anterior, algumas áreas de actuação para reforço da competitividade e internacionalização das empresas portuguesas prendem-se com a capacidade de realizar investimento. Apesar do esforço de investimento ao longo das últimas décadas – repare-se que, segundo dados do Eurostat (ver gráfico), mais de 60% das empresas portuguesas foram consideradas empresas inovadoras no período 2008 a 2010, encontrando-se Portugal na 4ª posição mais favorável, e comparativamente à média Europeia em torno de 53% - o investimento em Investigação e Inovação (I&I) pelas PME deve ser incrementado, bem como os recursos financeiros para o desenvolvimento de uma actividade exportadora tendo em vista a alteração do perfil de especialização produtiva, um dos objectivos identificados para maior internacionalização.

Figura 60 – Proporção de empresas inovadoras no período 2009-2010

(em % do número total de empresas)



Fonte: Eurostat

No que concerne às competências e estratégias das PME, salienta-se a necessidade de investimento em factores de competitividade sofisticados. Finalmente, no domínio das condições de contexto destacam-se como factores potenciadores da competitividade e internacionalização da economia portuguesa, o custo e o acesso das PME a capital alheio, o desenvolvimento de fontes alternativas ao financiamento bancário e melhorias na logística e transporte.

Esforços em curso para resolução dos constrangimentos identificados

Os fundos comunitários devem, assim, actuar como elemento impulsionador do desenvolvimento e internacionalização da economia portuguesa. Para promover o investimento empresarial em Investigação & Inovação, os objectivos de investimento e canalização dos recursos passam por aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente; reforçar a inserção das infra-estruturas de investigação nas redes internacionais de I&D; reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o sector empresarial, aumentar o investimento empresarial em I&I; reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação; aumentar o investimento empresarial em actividades inovadoras.

A posição de Portugal no contexto europeu, conjugada com o padrão geográfico dos principais mercados

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

de origem e destino de importações e exportações portuguesas, implica que a acessibilidade aos mercados se assuma como factor crítico na competitividade da economia portuguesa. Os investimentos em transportes, com elevada prioridade para as ligações internacionais ferroviárias e marítimas e as plataformas logísticas que permitem assegurar maior eficiência nas cadeias de distribuição, surgem assim com extremamente importantes.

Finalmente, importa realçar as modalidades de apoio ao financiamento a actividades de internacionalização das empresas portuguesas, com destaque para o apoio a Pequenas e médias empresas, conforme seguidamente resumido:

Quadro 17 – Modalidades de apoio ao financiamento à internacionalização

Modalidade de financiamento	Operações elegíveis/Objectivos	Consulta
Export Investe	Operações de Crédito a aprovar pela Banca e respectivas garantias a aprovar pelas Sociedades de Garantia Mútua, destinadas exclusivamente ao financiamento da produção de bens de equipamento ou produtos com longos períodos de fabricação, após recepção por parte da empresa beneficiária da ordem de encomenda do bem de equipamento cujo processo de fabricação irá iniciar.	http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Comqueapoi/s/GuiaPraticoApoiosFinanceiro/s/Internacionalizacao/Document/s/LinhasCreditoPME_ExportInveste.pdf
Linha de Crédito PME Crescimento 2013	- Operações destinadas a investimento novo em activos fixos corpóreos ou incorpóreos (a realizar no prazo de 12 meses após a data da contratação), ou ao reforço do fundo de maneo ou dos capitais permanentes; - Excepcionalmente, até 30% da operação poderá ser utilizada para liquidar dívidas contraídas junto do sistema financeiro nos 3 meses anteriores à data da sua contratação destinadas, exclusivamente, à regularização de dívidas em atraso à Administração Fiscal e Segurança Social.	http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Comqueapoi/s/GuiaPraticoApoiosFinanceiro/s/Internacionalizacao/Document/s/LinhaCreditoPMECrescimento.pdf
Linha de Crédito Investe QREN	- A contrapartida privada associada à realização do projecto de investimento; - Os custos não elegíveis a co-financiamento, associados à realização do projecto de investimento e que não constam de lista definida – aplicável unicamente às empresas com projectos aprovados no âmbito do sistema de incentivos QREN; - O fundo de maneo necessário à realização do projecto de investimento - aplicável unicamente às empresas com projectos aprovados no âmbito do sistema de incentivos QREN.	http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Comqueapoi/s/GuiaPraticoApoiosFinanceiro/s/Internacionalizacao/Document/s/LinhaCreditoInvesteQren.pdf
Financiamentos, Garantias, Capital de Risco, etc. / SOFID, S.A	Empresas Privadas e do Sector Público, desde que geridas numa óptica comercial (Empresas Locais, com um mínimo de 20% de participação portuguesa, e internacionais + Grandes Empresas + PME), com projectos de investimento em Países Emergentes e Países em Vias de Desenvolvimento (PVD), nomeadamente os que são beneficiários da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) portuguesa.	http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Comqueapoi/s/GuiaPraticoApoiosFinanceiro/s/Internacionalizacao/Document/s/SOFID.pdf
Linhas de seguros COSEC	Diversas coberturas de riscos associados à exportação e investimento no estrangeiro.	http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Comqueapoi/s/GuiaPraticoApoiosFinanceiro/s/Internacionalizacao/Paginas/GuiaPraticodeApoiosFinanceirosaInternacionalizacao.aspx
Garantia Mútua / 4 SGM's (Sociedades de Garantia Mútua)	Sistema privado, de cariz mutualista, de apoio às PME que visa facilitar o acesso ao crédito e promover a melhoria das condições de financiamento (montantes, prazos e custo), traduzindo-se na prestação de garantias financeiras que facilitam a obtenção de crédito em condições adequadas às respectivas necessidades de investimento e ao seu ciclo de actividade, podendo, em simultâneo, prestar às empresas um apoio de "consultoria" na escolha das soluções de financiamento e até na análise de situações de investimento. O objectivo da partilha de risco é impulsionar o investimento, o desenvolvimento, a modernização, a reestruturação e a internacionalização empresarial	http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Comqueapoi/s/GuiaPraticoApoiosFinanceiro/s/Internacionalizacao/Document/s/GarantiaMutua.pdf
Várias Linhas de Seguro de Créditos à Exportação para Países da OCDE	Dinamizar as exportações portuguesas para países da OCDE, minimizando os efeitos da crise financeira e económica internacional, através do apoio aos mecanismos de seguro de créditos à exportação, com garantia do Estado, em complemento à facilidade já criada (Linha de Apoio ao Crédito Comercial das Empresas via Cobertura Adicional para Países OCDE com Garantia Mútua), visando o alargamento da capacidade de cobertura de riscos mais gravosos recusados pelas Seguradoras.	http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Comqueapoi/s/GuiaPraticoApoiosFinanceiro/s/Internacionalizacao/Paginas/GuiaPraticodeApoiosFinanceirosaInternacionalizacao.aspx
Convenção Portugal-Angola (Seguro) – 1.000 Milhões EUR	Desenvolvimento e reforço das relações de cooperação económica entre Portugal e a República de Angola, através da cobertura de riscos de crédito inerentes à exportação de bens de equipamento e serviços de origem portuguesa destinados a Angola que garante, em contrapartida, o bom pagamento e a transferência dos montantes relativos às exportações efectuadas ao abrigo da Convenção.	http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Comqueapoi/s/GuiaPraticoApoiosFinanceiro/s/Internacionalizacao/Document/s/ConvencaoPortugalAngola.pdf

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Modalidade de financiamento	Operações elegíveis/Objectivos	Consulta
Protocolos de Colaboração com Bancos	BPI, Millennium BCP, Totta, BES, Popular, CGD, Barclays.	http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Comqueapoios/GuiaPraticoApoiosFinanceiros/Internacionalizacao/Paginas/GuiaPraticodeApoiosFinanceirosaInternacionalizacao.aspx

Fonte: AICEP, Guia Prático de Apoios Financeiros à Internacionalização

Investimento directo de Portugal no estrangeiro

Por vezes, a natureza da actividade e a estratégia de expansão implicam o desenvolvimento de actividades geradoras de valor acrescentado no país de destino, pelo que a forma de intervenção nos mercados se processa através de investimento directo português no estrangeiro. As empresas de serviços são aquelas que mais frequentemente recorrem a investimento directo devido à necessidade de interacção com os clientes. Das cadeias hoteleiras, às empresas de *software*, passando pelos serviços financeiros e projectistas de construção civil, encontram-se numerosos exemplos de empresas portuguesas com forte presença no exterior pela via do investimento directo.

A presença nos mercados pela via do investimento directo requer a mobilização de recursos financeiros que, no caso das empresas industriais e de serviços de capital intensivo, como a hotelaria, tendem a ser bastante elevados. Devem também ser considerados de forma integrada todos os potenciais riscos envolvidos nesta forma de investimento que, tipicamente envolve elevados compromissos financeiros.

Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME

No âmbito da realização de investimento directo no exterior, as empresas podem beneficiar de apoios obtidos em Portugal, como é o caso do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SIQIPME) do Compete – Programa Operacional de Factores de Competitividade. O SIQIPME promove o aumento da produtividade, flexibilidade, capacidade de resposta e presença activa nos mercados externos das PME.

O COMPETE, através do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) disponibiliza instrumentos de financiamento inovadores (designados de instrumentos de engenharia financeira) para apoio a pequenas e médias empresas que se subdividem em duas categorias principais:

1. Instrumentos de reforço de capital próprio:
 - a) Fundos de Capital de Risco
 - b) Linhas de Financiamento a *Business Angels*
2. Instrumentos de reforço de capital alheio:
 - a) Linha de Financiamento Investe QREN

O SAFPRI visa impulsionar a disseminação de instrumentos de financiamento que proporcionem melhores condições de financiamento de empresas, tendo em vista, entre outros, os seguintes objectivos:

- Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às PME, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projectos inovadores;
- Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projectos que, pelo seu risco ou cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

- Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;
- Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente a actividade dos investidores em capital de risco (*Business Angels*) de forma a potenciar o financiamento de pequenos projectos de PME;
- Apoiar o financiamento das PME e da inovação numa perspectiva integrada das componentes de capital e dívida; e
- Incentivar o empreendedorismo, assegurando o capital e as capacidades de gestão requeridas em iniciativas de maior risco.

Os instrumentos de engenharia financeira disponibilizados pelo COMPETE são estritamente vocacionados para o apoio a PME, quer em fases iniciais do seu ciclo de vida, quer para o desenvolvimento de projectos de expansão com forte cariz inovador.

Como principais condições de elegibilidade das empresas que pretendem aceder aos instrumentos referidos, refiram-se as seguintes:

1. Serem PME;
2. Terem a sede e a actividade económica nas regiões elegíveis no COMPETE (Regiões Norte, Centro e Alentejo);
3. Desenvolverem a sua actividade num dos sectores enquadráveis no SAFPRI (ver lista de actividades elegíveis ao abrigo do SAFPRI); e
4. Apresentarem um Plano de Negócios que fundamente a decisão de investimento, numa perspectiva de rentabilidade de mercado.

De referir que as empresas em dificuldade financeira, de acordo com a Orientação Comunitária relativa aos Auxílios Estatais de Emergência e à Reestruturação a empresas em dificuldade 2004/C 244/02 de 01.10.2004, não poderão ser apoiadas no âmbito do SAFPRI.

4.3 Comércio e serviços

Objectivos estratégicos de Portugal

Para além da criação e desenvolvimento de acordos de comércio livre (a cargo da União Europeia, em que Portugal surge apenas como beneficiário) estão também a ser desenvolvidos esforços no sentido de promover a competitividade e internacionalização da economia conforme apresentado no capítulo anterior. A definição das lógicas de intervenção, objectivos e acções a tomar são também apresentadas no Acordo de Parceria 2014-2020, o programa estratégico de promoção do desenvolvimento da economia portuguesa nos próximos anos.

Com o objectivo de reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, serão implementados projectos de I&D (apoiados pelos fundos estruturais e de investimento, em especial do FEDER), colocando o enfoque na especialização tecnológica e de alto valor acrescentado da economia portuguesa. É também feita uma aposta na diversificação das fontes de financiamento, na consolidação e promoção de centros de investigação científica e são concedidos apoios a actividades relacionadas com a difusão e disseminação de I&D, de dinamização de infra-estruturas relacionadas com o sector ou a outras acções de valorização da investigação (como o patenteamento de propriedade industrial).

O aumento do investimento empresarial em I&D é também uma das prioridades neste âmbito, tendo sido definidos apoios a projectos de I&D nas empresas, bem como à criação e dinamização de núcleos de



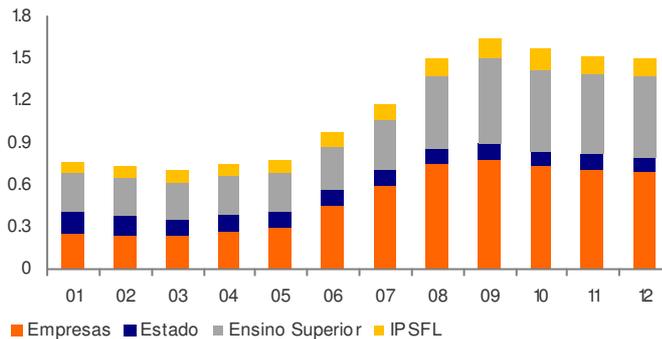
ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

investigação e à coordenação e gestão de parcerias estratégicas de eficiência colectiva. De acordo com dados da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, o investimento em I&D em 2012 (com base nos últimos dados disponíveis) tinha sido equivalente a 1.5% do PIB, tendo-se verificado uma redução do seu peso desde a deterioração do contexto económico a partir de 2009. O investimento empresarial é responsável por quase metade do investimento total em I&D, seguindo-se o ensino superior, que contribuía nesse ano com quase 40% do investimento total no sector.

Figura 61 - Investimento em I&D, por sector institucional, 2001-2012

(% do PIB)



Fonte: Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Notas: (1) IPSFL - Instituições Privadas sem Fins Lucrativos; (2) Em 2007 deu-se uma quebra de série que contribuiu para o aumento do número de empresas com I&D; (3) Em 2008 deu-se uma 2ª quebra de série, passando a quantificar-se no Sector Ensino Superior a actividade de I&D desenvolvida pelos docentes, bem como pelos alunos a realizar tese de doutoramento e de mestrado, não reportados pelos centros de I&D.

Estão também a ser conduzidos esforços no sentido de **melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade**, tendo como principais objectivos aumentar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos e melhorar a eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública. Neste sentido, é promovida a utilização de serviços *online*, desmaterialização de processos de trabalho (incluindo da prestação de serviços públicos) ou a adopção de medidas com o intuito de melhorar a eficiência da Administração Pública (como o estudo e implementação de estratégias de racionalização dos recursos, simplificação e desmaterialização de processos internos, etc.). Refira-se a título exemplificativo o projecto “Empresa na Hora” que permite a criação de uma empresa em menos de 1 hora num único balcão e sem preenchimento de formulário de candidatura.

No âmbito da estratégia de internacionalização da economia portuguesa, é também dado grande peso ao **reforço da competitividade das PME e dos sectores agrícola, das pescas e aquicultura**. Tendo como objectivo a promoção da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de novos modelos empresariais, foram definidos apoios a projectos de empreendedorismo qualificado e criativo, à capacitação das PME para garantir a sua internacionalização e para o desenvolvimento de bens e serviços e à melhoria das condições de financiamento. Paralelamente, outro objectivo estratégico neste domínio temático é **promover transportes sustentáveis e melhoria das redes de infra-estruturas**, para o qual estão a ser desenvolvidas acções para desenvolvimento da rede de transportes e logística nacional, eliminação de obstáculos nas ligações da rede de transportes à rede principal ou para o desenvolvimento de sistemas, equipamentos e infra-estruturas com baixas emissões de carbono.

Ainda no âmbito da estratégia de internacionalização da economia portuguesa, estão a ser orientados esforços para **promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores** com o objectivo de reforço dos níveis de competitividade nacional. Foram definidas acções para garantir a inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, em unidades de



investigação e para intensificar a formação dos empresários.

Por último, interessa **reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da Administração Pública** e assim qualificar a prestação do serviço público e melhorar a formação dos trabalhadores.

Acordos de Comércio Livre em negociação

O comércio internacional é uma competência a cargo da União Europeia, sendo esta instituição a principal responsável pelas negociações comerciais que poderão ser favoráveis a Portugal. Estão actualmente em negociação três acordos para comércio livre entre a UE e o Resto do Mundo: a Parceria Transatlântica de Comércio UE-EUA (TTIP); o Acordo Comercial com o Canadá; e o Acordo Comercial UE-Japão.

O **TTIP**, cujas negociações se iniciaram em Julho de 2013, pretende alcançar um acordo de comércio e investimento livres entre a UE e os EUA, podendo incrementar a economia da UE em 120 mil milhões de euros, a economia dos EUA em 90 mil milhões de euros, e a economia do resto do mundo em 100 mil milhões de euros⁶. O acordo entre as duas regiões visa não só a eliminação de tarifas mas também a simplificação de outros entraves ao comércio livre, como a suspensão de diferenças na regulação e certificação de produtos.

O **Acordo Comercial com o Canadá**, celebrado em Outubro de 2013, deverá remover a quase totalidade das tarifas entre as duas regiões e providenciar novas oportunidades de comércio internacional e de investimento. Este acordo poderá aumentar o comércio bilateral em 22%, ou 25.7 mil milhões de euros, e poderá adicionar 11.6 mil milhões de euros anuais ao PIB da UE⁷.

Por último, as negociações para o **Acordo Comercial UE-Japão** foram iniciadas em Março de 2013, com o objectivo de alcançar um acordo de comércio livre entre as duas regiões. Da mesma forma que os acordos anteriores, este também trará benefícios para as duas regiões, estimando-se um ganho de 0.6% no PIB da UE, um aumento de 32.7% nas exportações para o Japão, e um aumento de 23.5% das importações com origem no Japão⁸.

Quadro 18 – Comércio internacional de produtos com a UE-28 (na óptica da UE)

(mil milhões de euros)

	EUA			Canadá			Japão		
	2005	2012	2013	2005	2012	2013	2005	2012	2013
Exportações	250.8	292.8	288.2	23.3	31.4	31.6	43.7	55.6	54.0
Importações	159.2	206.5	196.0	17.7	30.3	27.2	74.4	64.7	56.5
Saldo	91.6	86.3	92.2	5.5	1.1	4.4	-30.6	-9.2	-2.5

Fonte: Eurostat.

Portugal tem alguma margem, dentro dos limites estabelecidos pelas regras comunitárias, para complementar os acordos referidos com relações bilaterais. Neste sentido, têm sido desenvolvidos vários acordos bilaterais com vários países com o objectivo de facilitar as relações comerciais e de investimento.

Na tabela seguinte apresentam-se os acordos celebrados com os principais destinatários das exportações portuguesas, bem como a respectiva data de entrada em vigor.

⁶ Principais conclusões de estudos independentes apresentados em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-temas/ttip/ttip.aspx>.

⁷ Estimativas da Comissão Europeia.

⁸ <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-temas/acordo-comercial-ue-japao/acordo-comercial-ue-japao.aspx>

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Quadro 19 – Acordos bilaterais com principais compradores intra-comunitários de exportações nacionais

País	Quota (%)	Acordo	Entrada em vigor
<i>Intra-comunitários</i>			
Espanha	23.6%	. Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo	01.09.2008
		. Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	20.12.2004
		. Acordo para a Constituição de um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica e sua Revisão	10.04.2006
		. Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Respectivo Protocolo	28.06.1995
Alemanha	11.7%	. Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Capital	21.09.1981
		. Acordo sobre Cooperação nos Domínios da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	23.04.1982
		. Acordo sobre Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos	08.05.1981
		. Acordo sobre Cooperação Técnica	-
França	11.6%	. Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Estabelecer Regras de Assistência Administrativa Recíproca em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	18.11.1972
Reino Unido	5.5%	. Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	20.01.1969
Países Baixos	4.0%	. Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Capital	11.08.2000
		. Convenção de Segurança Social e Protocolo Final	01.01.1981
Itália	3.3%	. Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Respectivo Protocolo	15.01.1983
Bélgica	2.8%	. Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular Algumas Outras Questões em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	17.02.1971
Suécia	1.0%	. Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Respectivo Protocolo	19.12.2003
Polónia	0.9%	. Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo	24.06.2004
		. Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	04.02.1998
		. Acordo sobre Promoção e Protecção Mútuas de Investimentos	03.08.1994
Dinamarca	0.7%	. Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	24.05.2002
		. Acordo Relativo aos Transportes Rodoviários Internacionais de Passageiros e Mercadorias	10.07.1984
Angola	6.6%	. Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo	12.12.2007
		. Convenção sobre Segurança Social	-
		. Acordo sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos	-
		. Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria	-
		. Acordo Especial de Cooperação no Domínio do Turismo e Hotelaria	-
. Designação: Acordo de Cooperação Económica	-		
Estados Unidos	4.2%	. Convenção e Protocolo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	01.01.1996
		. Acordo sobre Segurança Social (assim como o Respectivo Ajuste Administrativo de Aplicação)	01.08.1989
Brasil	1.6%	. Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo	01.11.2008
		. Acordo sobre a Facilitação de Circulação de Pessoas	05.12.2007
		. Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais	20.10.2003
		. Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Protocolo Anexo	05.10.2001
		. Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (assim como o Acordo para Rectificação do artigo 9º do Tratado)	05.09.2001
		. Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social	16.04.1995
		. Acordo para a Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos	-
. Acordo Quadro de Cooperação	07.06.1995		
. Acordo sobre Cooperação Económica e Industrial	17.06.1982		
Marrocos	1.5%	. Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	-
		. Convenção sobre Segurança Social (e Acordo Administrativo Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção)	01.10.2000
		. Acordo de Promoção e Protecção Recíprocas de Investimentos	22.03.1995
		. Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	27.06.2000
		. Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação	-
		. Acordo sobre Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e Mercadorias e Respectiva Protocolo	23.06.1995
. Protocolo de Partenariado	07.06.1993		

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

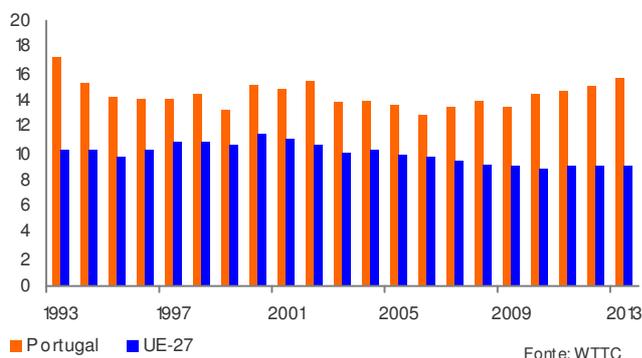
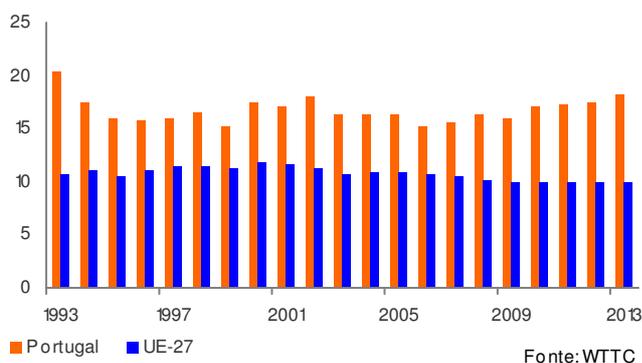
País	Quota (*)	Acordo	Entrada em vigor
		. Protocolo Financeiro	07.06.1993
China	1.4%	. Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo	-
		. Acordo sobre a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos	26.07.2008
		. Acordo sobre Cooperação Económica	15.12.2006
		. Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Respectivo Protocolo	08.06.2000
		. Convénio Básico de Cooperação Científica e Técnica	25.10.1993
Argélia	1.1%	. Acordo de Cooperação no Domínio dos Transportes Marítimos	-
		. Convenção para Evitar a Dupla Tributação, Prevenir a Evasão Fiscal e Estabelecer Regras de Assistência Mútua em Matéria de Cobrança de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Património	01.05.2006
		. Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação	24.03.2006
		. Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo	27.10.2006
		. Acordo sobre a Promoção e Protecção Recíprocas de Investimentos	08.09.2005
Suíça	0.9%	. Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Capital e Protocolo Adicional	18.12.1975
Turquia	0.8%	. Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Respectivo Protocolo	18.12.2006
		. Acordo sobre Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e Mercadorias	03.12.2006
		. Acordo sobre a Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos	30.01.2004
		. Acordo de Cooperação Económica, Industrial e Técnica	18.09.1997
		. Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo	05.12.1994
Gibraltar	0.7%	-	-
Moçambique	0.7%	. Convenção sobre Segurança Social	-
		. Regulamento de Gestão do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique e Primeira Alteração	31.08.2010
		. Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique	-
		. Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo	-
		. Protocolo de Cooperação nas Áreas do Emprego, da Formação Profissional, das Relações Laborais e da Segurança Social	-
		. Acordo de Cooperação sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos	31.10.1998
		. Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria	-
		. Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre Rendimentos	05.12.1993

*Fonte: INE, AICEP**Notas: (*) Quota nas exportações totais de bens de 2013;**- : Não foi publicado Aviso de entrada em vigor*

4.4 Turismo

O sector do turismo terá representado, no ano passado, 15.6% do PIB e 18.2% do emprego total (directo e indirecto), de acordo com o último relatório do *World Travel and Tourism Council*⁹. O peso do turismo em Portugal é consideravelmente superior à média da União Europeia, onde o sector pesa 9.0% no PIB e 9.9% no emprego, e a previsão aponta para o reforço do peso do sector até 2024. Consequentemente, o turismo assume especial importância para o desenvolvimento nacional e constitui uma área estratégica no reforço da internacionalização do país.

⁹ Economic Impact Report 2014, World Trade and Tourism Council.

**Figura 62 - Peso do turismo no PIB, 1993-2013***(percentagem)***Figura 63 - Peso do turismo (directo e indirecto) no emprego, 1993-2013***(percentagem)*

Criação do Plano Estratégico Nacional do Turismo

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), aprovado em 2007, define as prioridades e iniciativas a adoptar na estratégia de desenvolvimento do sector. Inicialmente programado para o horizonte temporal 2006-15, os objectivos do PENT foram revistos recentemente por forma a adaptar o programa às alterações estruturais e de contexto da economia portuguesa, entre as quais se destacam a instabilidade financeira na Europa (geradora de 85% das dormidas internacionais no país), as revisões das perspectivas de crescimento da economia mundial, a maior difusão das tecnologias de informação, a alteração/ajustamento dos modelos de negócio dos operadores turísticos ou o aumento da concorrência no sector para uma escala global. Desta forma, o PENT estabelece os incentivos das empresas do sector com a finalidade de: i) aprofundar o conhecimento do consumidor e da concorrência; ii) acelerar o processo de inovação e diferenciação de produtos e serviços; e iii) repensar o modelo de negócio, antecipando as competências necessárias e libertando recursos para comunicar com o consumidor no momento e local de decisão de compra e simplificar processos e apostar em activos estratégicos.

O reforço da internacionalização do sector do turismo pressupõe a adequação do PENT aos princípios do desenvolvimento sustentável, procurando aumentar a importância do sector para a economia e centrando-se na promoção do clima, do turismo cultural e religioso, da hospitalidade e da diversidade concentrada. O programa centra-se na melhoria do desempenho das empresas portuguesas a operar no sector, visando aumentar a ocupação dos empreendimentos até 2015 e reforçar a entrada de fluxos de capital



estrangeiro orientados para o turismo.

Figura 64 - Dormidas na hotelaria, 1981-2013

(milhões)

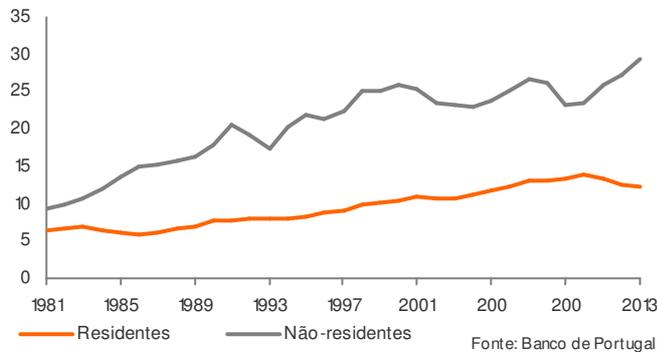
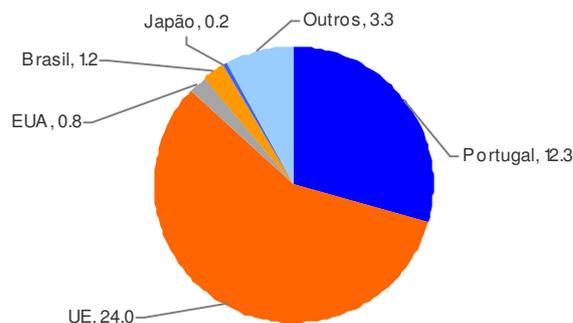


Figura 65 - Dormidas na hotelaria por país de residência, 2013

(percentagem)



Em termos quantitativos, o PENT procura assegurar um crescimento médio anual de 3.1% no período 2011-15 no número de dormidas totais e de 3.7% no número de dormidas de estrangeiros; um crescimento médio anual de 6.3% das receitas provenientes do sector; e um crescimento médio anual de 9.5% do saldo da balança turística. A título exemplificativo, as dormidas de residentes diminuíram 7.5% em 2012 e 1% em 2013, mas foram em parte compensadas por um crescimento de 4.8% e 8% das dormidas de não residentes, pelo que as dormidas totais nos estabelecimentos hoteleiros nacionais aumentaram 0.6% e 5.2%, respectivamente, nos dois anos considerados.

Na revisão efectuada ao PENT existe uma maior aposta no turismo de natureza, náutico e de saúde, no turismo religioso e confere-se maior relevo aos conjuntos turísticos (*resorts*). São também valorizados os recursos naturais, paisagísticos e culturais, fazendo parte da aposta no produto e promoção das actividades turísticas.

Portugal deverá focar-se nos produtos e promoção de actividades turísticas nos quais possui vantagens comparativas face aos principais concorrentes. Os principais factores de competitividade do turismo português face aos principais destinos concorrentes estão relacionados com o clima, com a qualidade e beleza das praias, com o património histórico e cultural, boas acessibilidades, preços ou hospitalidade. No caso particular do turismo balnear, Portugal beneficia do elevado número de praias de qualidade (com “Bandeira Azul”), do número de horas de sol durante o ano e do reconhecimento do



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Algarve como destino de sol e mar. A região do Algarve é também um destino preferido para a prática de golfe a nível mundial, tendo inclusive obtido reconhecimentos internacionais.

No sentido de capacitar as empresas do sector e apoiar o investimento foram definidas algumas prioridades para o período 2013-15. No actual contexto, ganha particular relevo o apoio ao financiamento melhorando as condições de financiamento. Em particular, a actuação das entidades públicas deverá facilitar e simplificar os processos de obtenção de financiamento. São também incentivadas as boas práticas financeiras, contribuindo para o esforço de desendividamento nacional. A cooperação entre as empresas do sector é também um dos pontos incentivados, sendo fundamental para obtenção de economias de escala. É ainda prioritária a requalificação dos empreendimentos existentes e o desenvolvimento de actividades de animação turística.

Implementação do PENT

Para garantir que os objectivos estratégicos definidos no PENT são alcançados foram definidos 8 programas principais materializados em 40 projectos que identificam os fundamentos de mercado e as actividades a desenvolver:

- O programa de promoção e venda actua através de 5 projectos com o objectivo de afirmar Portugal como destino turístico de eleição. Estão a ser desenvolvidas várias actividades com o âmbito de reforçar a valorização do “destino Portugal”, reforçando a estratégia de comunicação e de marketing para dinamizar o mercado potencial de clientes.
- Através do programa de conteúdos e experiências, estão a ser desenvolvidas estratégias de comunicação para promoção do local de destino e produto e de incentivo à criação de novas experiências turísticas. O objectivo é garantir uma maior inovação na interacção dos consumidores com os produtos oferecidos pelo sector.
- O programa de produtos estratégicos, que compreende 10 projectos distintos, é orientado para a criação e desenvolvimento de produtos reconhecidos e valorizados pelos consumidores. São definidos projectos para os vários tipos de turismo: balnear, religioso e cultural, estadias de curta duração em cidades, negócios, prática de golfe, contacto com a natureza, náutico, residencial, saúde e gastronomia e vinhos, cada um procurando tirar proveito das vantagens comparativas de Portugal face aos principais concorrentes do sector.
- Com o programa de destinos turísticos estão a ser desenvolvidos esforços para garantir a apresentação de destinos turísticos acessíveis e sustentáveis, incluindo o desenvolvimento de rotas aéreas de interesse turístico e do turismo marítimo (entre outros, procurando captar navios de cruzeiros para os portos nacionais), a captação de estágios desportivos, o desenvolvimento do turismo militar e do turismo científico e o reforço da competitividade do Algarve.
- A capacitação e modernização das empresas do sector está assegurada pelo programa de capacitação financeira e modernização, que tem como principais objectivos consolidar a estrutura financeira das empresas, modernizá-las e valorizar a oferta turística.
- O programa de qualificação e emprego pretende qualificar os profissionais do sector para garantir a excelência na prestação de serviços e na gestão. São neste programa estabelecidos os principais pilares para o investimento em educação e formação no sector.
- Por último, os dois programas, programa de plataformas e canais de distribuição e programa de inteligência de mercado e I&DT, contêm os projectos destinados a incentivar novas formas de apresentação do produto, contacto e diálogo com os consumidores e a procurar novos clientes ou necessidades não servidas e novos parceiros.



4.5 Recursos humanos

O investimento na qualificação dos recursos humanos é um dos elementos mais importantes para potenciar a internacionalização da economia. Os esforços feitos neste âmbito são notáveis, destacando-se neste capítulo três aspectos fundamentais que se espera que continuem a contribuir para fortalecer a competitividade e a internacionalização da economia portuguesa: o reforço dos conhecimentos linguísticos, a mobilidade transnacional no ensino superior e os investimentos na formação do capital humano no mercado de trabalho.

A capacidade de comunicação em línguas estrangeiras é um alicerce essencial para o desenvolvimento de negócios no contexto de um mundo globalizado que torna uma sociedade de conhecimento mais competitiva e abre caminhos para a empregabilidade no exterior e para a capacidade das empresas de operarem num contexto internacional. Em particular, no contexto da integração europeia, se a proficiência em inglês é um elemento fundamental para a empregabilidade, o domínio de outras línguas constitui também uma importante mais-valia para a mobilidade além-fronteiras. De facto, a aprendizagem de línguas é encarada como uma das prioridades da estratégia de Educação e Formação 2020 que tem como objectivo facilitar aos cidadãos europeus a aprendizagem de três línguas europeias (sendo uma delas a língua materna e as outras duas estrangeiras). Neste contexto, foram feitas importantes reformas no ensino português nos últimos anos para reforçar as competências linguísticas dos alunos. Actualmente o sistema de ensino proporciona a aprendizagem de duas línguas estrangeiras durante a escolaridade obrigatória, e foi alargada recentemente a aprendizagem de inglês a partir do primeiro ano de escolaridade no âmbito do quadro das Actividades de Enriquecimento Escolar. Os resultados alcançados em Portugal nesta matéria têm sido bastante significativos. De acordo com os dados do Inquérito à Educação e à Formação de Adultos do Eurostat, em 2011, cerca de 60% dos alunos tinha conhecimento de pelo menos uma língua estrangeira, superando em 10 pontos percentuais o valor de 2007, enquanto o indicador de performance na aprendizagem aponta para um bom conhecimento de línguas estrangeiras face aos restantes parceiros europeus.

Quadro 20 – Número de línguas estrangeiras conhecidas

(percentagem)

	EU		Portugal	
	2011	2007	2011	2007
Nenhuma língua	34.1	39.3	41.5	51.3
1 língua	35.9	37.2	26.6	22.3
2 línguas	21.2	16.9	20.4	17.5
3 línguas ou mais	8.8	6.6	11.5	8.9

Fonte: Eurostat (Inquérito à Educação e Formação de Adultos)

Quadro 21 – Nível de conhecimento da principal língua estrangeira

(percentagem)

	Total		Ensino Primário		Ensino Secundário		Ensino Terciário	
	EU	PT	EU	PT	EU	PT	EU	PT
Profissional	23.4	24.1	19.3	15.6	17.2	24.6	33.1	37.9
Bom	32.7	32.8	26.9	27.6	30.2	37.5	38.3	37.3
Suficiente	43.9	43.0	53.8	56.8	52.5	37.9	28.5	24.8

Fonte: Eurostat (Inquérito à Educação e Formação de Adultos)

A mobilidade transnacional de estudantes é também um elemento central do quadro estratégico de Educação e Formação 2020, já que a experiência internacional é considerada importante, não só para construir uma identidade europeia, mas também para reforçar a construção de redes e alargar os horizontes dos indivíduos no contexto da educação e do mercado de trabalho (de acordo com um estudo

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

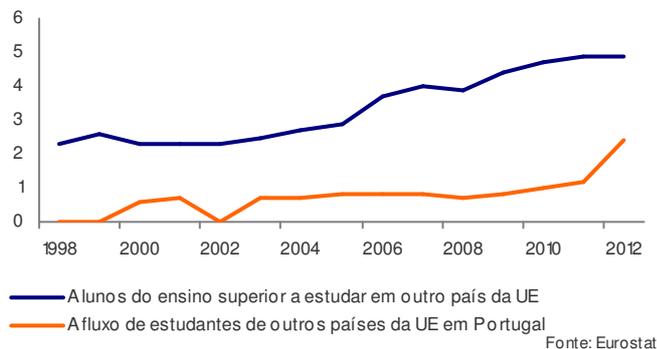
INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

da Comissão, a mobilidade durante os estudos aumenta a probabilidade de mobilidade no mercado de trabalho em 14 pontos percentuais).

O aumento da mobilidade dos estudantes de ensino secundário e superior intensificou-se consideravelmente nos últimos dez anos, o que resultou principalmente de um aumento dos fundos europeus para programas de intercâmbio (ex. Erasmus para o ensino superior, Leonardo da Vinci para o ensino vocacional e das bolsas de investigação Marie Curie) e da cooperação europeia através de iniciativas para aumentar a transparência no reconhecimento e equivalências das qualificações a nível europeu (e.g. Sistema Europeu de Transferências e Acumulação de créditos (ECTS) e o Quadro Europeu de Qualificações).

No que concerne ao ensino superior, as instituições de ensino português têm implementado diversas reformas para acompanhar as mudanças que se têm verificado no contexto do processo de internacionalização do ensino. Não obstante a actuação a este nível ainda poderá ser alargada de forma a reforçar a atractividade e a competitividade internacional das instituições de ensino português, por exemplo, através do aumento da participação em parcerias estratégicas entre instituições, do financiamento de produção científica de interesse internacional e da promoção do ensino à distância e de disponibilização de recursos abertos (*Open Educational Resources and Open on-line Courses*) que podem contribuir para afirmar a reputação das instituições de ensino superior nacionais no exterior.

Figura 66 - Mobilidade dos estudantes portugueses de ensino secundário e superior dentro da UE, 1998-2012
(percentagem do total dos estudantes)



Ainda relativamente à mobilidade no ensino, mas num contexto internacional mais vasto, importa salientar o peso significativo dos estudantes estrangeiros de países fora da UE. Por um lado, o número de alunos provenientes de países da América Latina tem crescido consideravelmente, fruto da alteração de uma directiva da União Europeia que permite a admissão de estudantes destes países por um período superior a três meses para efeitos de estudo; enquanto a proporção de alunos de países Africanos se manteve elevada. O intercâmbio universitário com estes países deve ser visto como uma oportunidade importante no contexto da estratégia das maiores empresas portuguesas de exploração destes mercados em crescimento.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Quadro 22 – Número de inscritos de nacionalidade estrangeira nas instituições de ensino superior

	2009-10	2010-11	2011-12	2012-13
América Latina	4,822	5,584	7,321	9,131
UE/Europa ocidental	3,826	4,402	7,841	8,344
PALOPS	8,614	8,573	8,784	8,217
Europa de Leste	755	1,212	1,704	1,787
Ásia	392	456	584	767
América do Norte	274	322	390	321
Outros	894	1,783	2,757	3,020
Total	19,577	22,332	29,381	31,587

Fonte: DGEEC/Ministério da Educação

A vantagem da cooperação internacional a nível universitário estende-se posteriormente ao mercado de trabalho, uma vez que a capacidade de aprendizagem no exterior aumenta a probabilidade de mobilidade no mercado de trabalho internacional, bem como a capacidade dos recursos humanos para ajudarem nos processos de internacionalização das empresas. O programa de estágios internacionais Inov-contacto é um exemplo de um projecto que tem contribuído para a internacionalização dos recursos humanos no mercado de trabalho. Este projecto, promovido pelo governo e coordenado pelo AICEP, visa apoiar a formação de jovens com qualificação superior num contexto internacional através de estágios profissionais remunerados no estrangeiro, o que permite a criação de uma rede informal de conhecimentos e de contactos internacionais. Finalmente, o papel das próprias empresas é também primordial para promover a formação do seu capital humano, de forma a aumentar a sua competitividade internacional. A estratégia de internacionalização das empresas portuguesas tem passado nomeadamente pela exploração dos novos mercados em crescimento, nos países de língua oficial portuguesa (na América Latina e em África) onde Portugal detém uma importante vantagem comparativa no âmbito do capital humano, mas também noutros mercados, com características culturais e linguísticas distintas e que exigem maior esforço de investimento em termos de conhecimento e domínio da língua, como forma de potenciar a actuação estratégica ao nível empresarial.



5. RELAÇÕES ECONÓMICAS COM PORTUGAL

A análise das relações económicas bilaterais de Portugal reveste-se de importância para a identificação de tendências históricas e de áreas de oportunidade futuras. Neste sentido, o presente capítulo analisa o perfil das ligações comerciais e de investimento estabelecidas entre Portugal e os países lusófonos Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste¹⁰.

5.1 Relações bilaterais Portugal-Angola

Comércio de bens

As relações comerciais entre Portugal e Angola têm vindo a registar um forte desenvolvimento que traduz o esforço de consolidação mútuo desta parceria estratégica. Actualmente, Angola é o 4º principal destino das exportações portuguesas (6.57% do total exportado), o 6º maior emissor de importações para Portugal (4.64% do total importado) e é um destacado parceiro comercial fora da União Europeia.

O incremento da importância de Angola enquanto parceiro de comércio internacional de Portugal é notória e está patente, tanto no crescimento das exportações que na última década aumentaram a uma TMCA de 16.9%, como principalmente das importações com aumentos anuais a três dígitos (101.4%). Esta evolução tem conduzido a uma diminuição da taxa de cobertura das importações pelas exportações (118.23%, em 2013) e a uma redução do *superavit* da balança comercial bilateral portuguesa que, em 2013, foi de 479.8 milhões de euros face ao máximo do período registado em 2009 de 2.1 mil milhões de euros.

Quadro 23 – Evolução da Balança Comercial de Bens Portugal-Angola, posição relativa e quota, 2003-2013

	Exportações (milhares de euros)	Importações (milhares de euros)	%total das saídas	Posição (saídas)	%total das entradas	Posição (entradas)	Taxa de Cobertura
2003	651,699	2,403	2.23%	9	0.01%	121	27116.33%
2004	671,061	1,830	2.17%	9	0.00%	128	36661.84%
2005	803,029	25,130	2.58%	9	0.05%	61	3195.44%
2006	1,210,189	52,749	3.40%	8	0.09%	52	2294.24%
2007	1,684,325	369,378	4.40%	6	0.62%	24	455.99%
2008	2,261,264	407,996	5.82%	4	0.64%	21	554.24%
2009	2,242,450	151,089	7.07%	4	0.29%	36	1484.19%
2010	1,905,671	563,452	5.11%	5	0.96%	15	338.21%
2011	2,330,055	1,177,501	5.44%	4	1.99%	11	197.88%
2012	2,990,805	1,780,876	6.61%	4	3.17%	6	167.94%
2013	3,112,186	2,632,359	6.57%	4	4.64%	6	118.23%

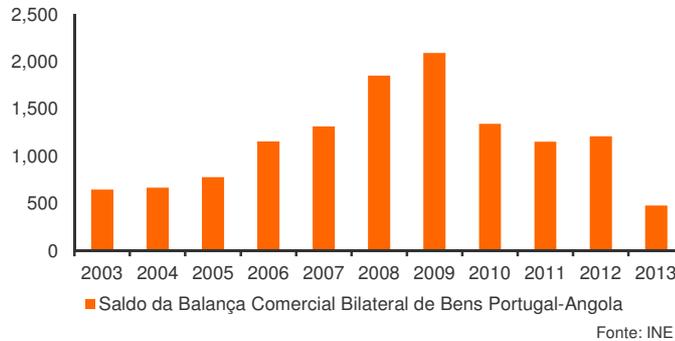
Fonte: INE

Nota: Os termos Saídas e Entradas correspondem aos agregados (Expedições+Exportações) e (Chegadas+Importações), cujas designações se referem às trocas comerciais IntraUE e ExtraUE, respectivamente.

¹⁰ Este capítulo foi desenvolvido tendo por base as fichas de mercado disponíveis no [site](#) da AICEP e em estatísticas de bases de dados nacionais e internacionais.



Figura 67 – Evolução do Saldo da Balança comercial bilateral de bens Portugal-Angola, 2003-2013
(milhões de euros)



A economia angolana apresenta um conjunto de características estruturais que dita uma elevada dependência de importações, o que justifica a significativa penetração das exportações portuguesas neste mercado. Entre essas características podem destacar-se a elevada dependência do sector petrolífero, os baixos níveis de industrialização e de produção nacional, a ascensão da classe média e, conseqüentemente, do consumo privado promovido por uma crescente facilidade de acesso ao crédito.

Contudo, o ano de 2014 foi marcado pelo início da efectiva operacionalização de uma estratégia de substituição de importações e de incentivo à produção nacional, nomeadamente através da intensificação de medidas proteccionistas e da entrada em vigor de uma Nova Pauta Aduaneira com agravamentos de impostos aduaneiros em produtos em que já existe produção interna, muitos deles oriundos de Portugal (por exemplo, águas, cervejas, refrigerantes e alguns materiais de construção), entre outras medidas com impacto nos custos associados à importação.

Por outro lado, a abertura da economia angolana aos processos de globalização e de integração regional (com a crescente articulação com a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral - SADC), tem conduzido ao aumento da concorrência aos (ainda líderes) produtos portugueses face à crescente proliferação de produtos espanhóis, turcos, alemães, suecos, sul-africanos, brasileiros e chineses, entre outros.

A análise de índices de comércio internacional permite averiguar o grau de robustez destas relações de comércio. O índice de correlação comercial mede o perfil de relacionamento comercial estabelecido entre Portugal e Angola, cuja evolução permite concluir pela existência de uma evidente afirmação desta parceria comercial estratégica entre dois países que são parceiros comerciais naturais.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 68 – Índice de Correlação Comercial Portugal-Angola, 1995-2012

(Índice)



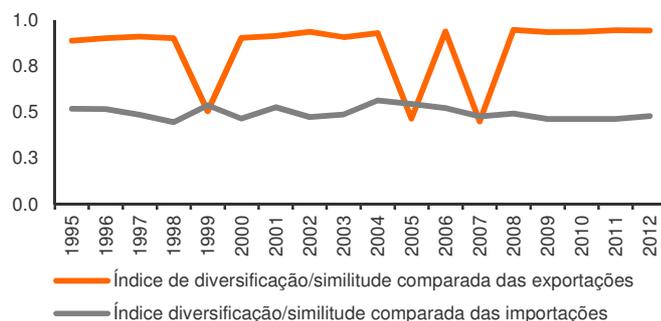
Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre -1 e 1, onde valores negativos reportam a parceiros comerciais naturais e positivos a economias competidoras no mercado global.

A evolução do índice de diversificação comercial comparada ilustra as dissemelhanças da estrutura de comércio internacional, com especial destaque para as exportações. Este facto confirma as reduzidas áreas de concorrência nos mercados e nos produtos transaccionados pelas duas economias de Portugal e Angola e, por isso, confirma também um posicionamento bastante distanciado do estatuto de competidoras no mercado global.

Figura 69 – Índice de diversificação comercial comparada Portugal-Angola, 1995-2012

(Índice)



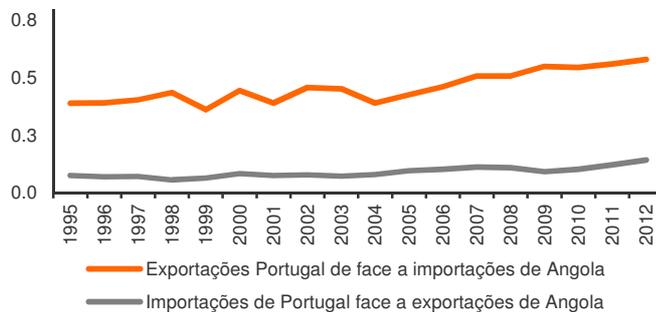
Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre 0. estrutura comercial semelhante e 1. estrutura comercial dissemelhante

O índice de complementaridade comercial revela uma crescente compatibilidade das exportações portuguesas face às necessidades de importação angolanas. Inerente a esta tendência está a proximidade histórica e cultural e a partilha de quadros de referência sociais e gastronómicos que fazem com que os produtos portugueses sejam, de uma forma mais ou menos generalizada, os mais procurados.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 70 – Índice de complementaridade nas relações comerciais Portugal-Angola, 1995-2012*(Índice)*

Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre 0. ausência de complementaridade e 1. perfeita complementaridade.

Segundo as estatísticas do Comércio Internacional do INE para 2013 e, tendo por base classificação estatística de produtos por actividade versão de 2008 (CPA 2008), as exportações nacionais para Angola centram-se nos produtos alimentares (13.6%), máquinas e equipamentos (12.8%), equipamento eléctrico (10.8%), bebidas (9.1%) e produtos metálicos transformados (8.3%), com crescimentos acima dos 15% ao ano entre 2005-2013. Por outro lado, destacam-se outros produtos com crescimentos médios anuais significativos como são os casos dos metais de base (27.2% ao ano), produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados (26.7%), outro equipamento de transporte (24.7%), artigos de borracha e de matérias plásticas (23.2%) e couro e produtos afins (23.1%).

As importações portuguesas oriundas de Angola estão quase totalmente concentradas no petróleo bruto e gás natural (98.6%) num total de cerca de 2.6 mil milhões de euros, resultado de um crescimento médio anual de 80.2%, entre 2005 e 2013. Destaque para o coque e produtos petrolíferos refinados com crescimentos médios para o mesmo período a três dígitos e também para os produtos da indústria transformadora (79.5% ao ano), o equipamento eléctrico (71.7% ao ano), assim como o decréscimo da importação de produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados (-0.6%).

Quadro 24 – Exportações de Portugal para Angola por produtos*(milhares de euros)*

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Produtos alimentares	95,967.1	12.0%	215,482.9	9.6%	424,336.8	13.6%	22.4%	18.5%	20.4%
Máquinas e equipamentos, n.e.	87,541.2	10.9%	352,741.8	15.7%	397,509.8	12.8%	41.7%	3.0%	20.8%
Equipamento eléctrico	62,241.3	7.8%	249,555.9	11.1%	335,543.2	10.8%	41.5%	7.7%	23.4%
Bebidas	87,046.8	10.8%	183,308.6	8.2%	283,091.3	9.1%	20.5%	11.5%	15.9%
Produtos metálicos transformados, excepto máquinas e equipamento	60,788.5	7.6%	245,038.8	10.9%	259,509.6	8.3%	41.7%	1.4%	19.9%
Produtos químicos	44,126.3	5.5%	89,739.2	4.0%	152,563.9	4.9%	19.4%	14.2%	16.8%
Mobiliário	32,324.8	4.0%	87,375.0	3.9%	137,492.9	4.4%	28.2%	12.0%	19.8%
Metais de base	19,856.9	2.5%	67,324.3	3.0%	135,789.2	4.4%	35.7%	19.2%	27.2%
Artigos de borracha e de matérias plásticas	24,563.5	3.1%	73,104.7	3.3%	130,387.4	4.2%	31.3%	15.6%	23.2%
Outros produtos minerais não metálicos	37,902.1	4.7%	87,147.0	3.9%	126,251.7	4.1%	23.1%	9.7%	16.2%
Produtos informáticos, electrónicos e ópticos	64,941.6	8.1%	106,581.2	4.8%	121,271.1	3.9%	13.2%	3.3%	8.1%

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	28,095.3	3.5%	120,734.2	5.4%	108,291.2	3.5%	44.0%	-2.7%	18.4%
Produtos farmacêuticos e preparações farmacêuticas de base	21,001.4	2.6%	42,331.7	1.9%	78,637.1	2.5%	19.2%	16.7%	17.9%
Papel e cartão e seus artigos	24,322.0	3.0%	46,313.1	2.1%	76,486.4	2.5%	17.5%	13.4%	15.4%
Produtos diversos das indústrias transformadoras	17,746.5	2.2%	41,428.4	1.8%	70,038.1	2.3%	23.6%	14.0%	18.7%
Artigos de vestuário	12,379.0	1.5%	35,795.3	1.6%	50,055.4	1.6%	30.4%	8.7%	19.1%
Produtos têxteis	11,707.2	1.5%	29,474.6	1.3%	41,027.3	1.3%	26.0%	8.6%	17.0%
Couro e produtos afins	6,933.0	0.9%	18,021.8	0.8%	36,667.4	1.2%	27.0%	19.4%	23.1%
Madeira e cortiça e suas obras, excepto mobiliário; obras de espartaria e de cestaria	9,542.5	1.2%	25,187.2	1.1%	35,168.2	1.1%	27.5%	8.7%	17.7%
Serviços de edição	11,541.9	1.4%	22,030.7	1.0%	30,087.3	1.0%	17.5%	8.1%	12.7%
Coque e produtos petrolíferos refinados	8,684.0	1.1%	12,725.2	0.6%	24,506.8	0.8%	10.0%	17.8%	13.8%
Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	2,787.8	0.3%	7,401.5	0.3%	18,551.8	0.6%	27.6%	25.8%	26.7%
Outro equipamento de transporte	3,000.4	0.4%	14,379.2	0.6%	17,549.2	0.6%	48.0%	5.1%	24.7%
Outros	25,257.5	3.1%	62,221.7	2.8%	21,373.4	0.7%	25.3%	-23.4%	-2.1%
Total	803,029.4	100.0%	2,242,449.6	100.0%	3,112,186.4	100.0%	29.3%	8.5%	18.5%

Fonte: INE

Notas: Dados definitivos de 1993 a 2011, provisórios de 2012 e preliminares de 2013; a coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade; a nomenclatura utilizada no apuramento dos valores deste indicador tem por base a Classificação Estatística dos Produtos por Actividades (CPA), estruturada a partir dos produtos definidos na CAE Rev.3, cujo critério básico de construção é a origem económica do produto (resultado de uma actividade económica). TMCA – taxa média de crescimento anual

Quadro 25 – Importações nacionais provenientes de Angola por produtos*(milhares de euros)*

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Petróleo bruto e gás natural	23,357.5	92.9%	140,477.6	93.0%	2,596,392.5	98.6%	56.6%	107.3%	80.2%
Coque e produtos petrolíferos refinados	0.2	0.0%	8,165.8	5.4%	31,451.4	1.2%	1361.5%	40.1%	352.5%
Produtos informáticos, electrónicos e ópticos	61.4	0.2%	537.4	0.4%	1,550.4	0.1%	72.0%	30.3%	49.7%
Produtos da silvicultura, da exploração florestal e serviços relacionados	469.4	1.9%	257.2	0.2%	551.9	0.0%	-14.0%	21.0%	2.0%
Vendas por grosso e a retalho e serviços de reparação de veículos automóveis e motociclos	43.8	0.2%	272.9	0.2%	382.6	0.0%	58.0%	8.8%	31.1%
Outros produtos das indústrias extractivas	244.7	1.0%	80.1	0.1%	376.9	0.0%	-24.4%	47.3%	5.6%
Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	304.3	1.2%	523.6	0.3%	289.3	0.0%	14.5%	-13.8%	-0.6%
Máquinas e equipamentos, n.e.	94.8	0.4%	159.2	0.1%	267.0	0.0%	13.8%	13.8%	13.8%
Equipamento eléctrico	3.1	0.0%	43.5	0.0%	230.9	0.0%	94.2%	51.8%	71.7%
Madeira e cortiça e suas obras, excepto mobiliário; obras de espartaria e de cestaria	4.5	0.0%	1.0	0.0%	176.7	0.0%	-32.0%	268.4%	58.3%

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	18.4	0.1%	26.6	0.0%	169.0	0.0%	9.7%	58.8%	32.0%
Bebidas	43.0	0.2%	0.0	0.0%	147.7	0.0%	-84.2%	760.1%	16.7%
Produtos diversos das indústrias transformadoras	1.3	0.0%	62.9	0.0%	143.5	0.0%	162.3%	22.9%	79.5%
Outro equipamento de transporte	26.5	0.1%	50.8	0.0%	60.7	0.0%	17.6%	4.6%	10.9%
Outros produtos	454.9	1.8%	425.4	0.3%	168.9	0.0%	-1.7%	-20.6%	-11.6%
Total	25,130.4	100.0%	151,089.0	100.0%	2,632,359.4	100.0%	56.6%	104.3%	78.9%

Fonte: INE

Notas: Dados definitivos de 1993 a 2011, provisórios de 2012 e preliminares de 2013; a coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade; a nomenclatura utilizada no apuramento dos valores deste indicador tem por base a Classificação Estatística dos Produtos por Actividades (CPA), estruturada a partir dos produtos definidos na CAE Rev.3, cujo critério básico de construção é a origem económica do produto (resultado de uma actividade económica).

Comércio de serviços

O comércio de serviços tem registado um significativo dinamismo, especialmente ao nível das exportações nacionais com destino a Angola que totalizaram, em 2013, cerca de 1,416 mil milhões de euros. Actualmente Angola é o 5º maior destino de exportações nacionais com uma quota de 6.9%, após ter multiplicado por seis o valor de 2003, ano em que ocupava a 11ª posição com um peso de 2.3% do total exportado.

O fornecimento de serviços por agentes angolanos soma mais de 170 milhões de euros, o que posiciona Angola no 12º lugar no *ranking* global de parceiros de importação, com uma quota de 1.7% e um crescimento médio anual na última década de 8.7%, que conflui para um saldo comercial crescentemente favorável a Portugal de 1.2 mil milhões de euros em 2013.

Algumas medidas parecem indicar o adensamento das relações comerciais ao nível dos serviços, como é o caso da instituição do Decreto Presidencial nº 123/13 de 28 de Agosto que aumenta o montante máximo de pagamento a não residentes não sujeito a autorização do Banco Nacional de 300 mil USD para 1 milhão de USD e do lançamento do Plano Nacional de Formação de Quadros que criará oportunidades para empresas lusófonas e portuguesas.

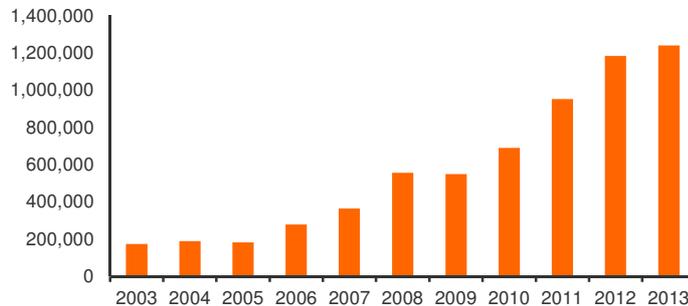
Quadro 26 – Evolução da Balança Comercial de Serviços com Angola, posição relativa e quota

Ano	Exportações (milhares de euros)	Importações (milhares de euros)	% Total das exportações	Posição (exportações)	% Total das importações	Posição (importações)	Taxa de Cobertura
2003	252,743	76,617	2.31%	11	1.05%	11	329.88%
2004	284,908	93,785	2.41%	11	1.21%	12	303.79%
2005	255,925	71,283	2.09%	11	0.86%	13	359.03%
2006	366,633	86,698	2.50%	11	0.90%	12	422.89%
2007	490,537	125,680	2.89%	11	1.21%	12	390.31%
2008	683,463	126,248	3.83%	8	1.12%	12	541.37%
2009	685,221	136,102	4.20%	7	1.32%	12	503.46%
2010	815,926	126,841	4.64%	7	1.16%	12	643.27%
2011	1,085,969	134,704	5.67%	5	1.18%	12	806.19%
2012	1,332,415	149,327	6.98%	5	1.43%	12	892.28%
2013	1,416,225	175,695	6.89%	5	1.65%	12	806.07%

Fonte: Banco de Portugal

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 71 - Evolução do Saldo da Balança Comercial Bilateral de Serviços com Angola
(milhares de euros)

Fonte: Banco de Portugal

Investimento

As relações de investimento permitem concluir pela crescente importância de Angola que ocupava em 2013 a 15ª posição como país de origem de IDE com uma quota de 0.28% e a 8ª posição como país de destino do IDPE com uma quota de 0.92% do total.

Entre 2003 e 2013, o valor médio anual do investimento directo de Portugal em Angola foi de 472.8 milhões de euros e o desinvestimento de 521.8 milhões de euros. No que diz respeito ao IDE de Angola em Portugal a evolução tem sido positiva, alcançando um valor médio nos últimos 10 anos de 41.5 milhões de euros e registando em 2013 mais de 80 milhões de euros.

A presença portuguesa alarga-se a uma grande diversidade de sectores, principalmente associados a actividades financeiras e de seguros, comércio por grosso e a retalho e à construção que, conjuntamente, representavam 98.5% do investimento português em Angola.

O processo de reconstrução nacional, o fomento da actividade comercial e a industrialização têm aberto portas de cooperação com Angola. Contudo, persistem dificuldades relacionadas com problemas estruturais deste país, nomeadamente o perfil económico monoprodutivo dependente da procura mundial e das oscilações do preço do petróleo no mercado internacional, ao que acresce a falta de competitividade global que desincentiva o investimento noutros sectores.

Quadro 27 – Fluxos de IDPE (Angola), 2003-2013

(milhares de euros)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ID Portugal em Angola	40,075	103,090	263,647	273,720	451,124	775,127	693,765	669,472	909,505	892,131	129,634
Desinvestimento	13,721	33,450	109,100	77,961	1,218,903	1,434,059	1,062,316	512,129	532,917	479,657	265,824
Líquido	26,354	69,640	154,547	195,759	-767,779	-658,932	-368,551	157,343	376,588	412,474	-136,190
% IDPE total (a)	0.40%	0.86%	2.70%	2.79%	3.04%	6.81%	8.93%	6.84%	4.65%	5.59%	0.92%
Destino (b)	13	11	8	5	6	3	3	5	3	2	8

Fonte: Banco de Portugal

(a) Com base no ID bruto total de Portugal

(b) Posição enquanto Origem do IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total num conjunto de 56 mercados

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Quadro 28 – Fluxos de IDPE por sector de actividade (Angola), 2003-2013*(% do IDPE bruto total)*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Actividades financeiras e de seguros	76.3%	79.3%	68.2%	81.1%	32.1%	24.2%	20.4%	39.7%	61.6%	57.2%	46.8%
Comércio por grosso e a retalho; reparação automóveis e motociclos	4.2%	2.0%	0.7%	2.1%	29.6%	21.4%	17.7%	24.5%	16.1%	25.4%	33.6%
Construção	4.2%	2.1%	25.1%	5.8%	34.3%	50.9%	59.2%	33.1%	17.7%	16.6%	18.0%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.1%	8.7%	3.1%	0.4%	0.6%	0.8%	0.7%	1.0%	0.6%	0.1%	2.1%
Actividades imobiliárias	0.2%	0.0%	0.0%	0.3%	0.0%	0.1%	0.1%	0.1%	0.0%	0.0%	0.1%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.1%
Actividades de informação e de comunicação	0.4%	0.1%	0.0%	0.2%	0.0%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.1%	0.0%
Indústrias transformadoras	9.5%	5.6%	1.5%	3.0%	1.7%	0.9%	1.4%	0.5%	0.4%	0.1%	-0.3%
Outros Sectores	4.0%	2.2%	1.4%	7.1%	1.7%	1.7%	0.4%	1.1%	3.5%	0.5%	-0.7%
Total	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Banco de Portugal

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

Quadro 29 – Fluxos de IDE (Angola), 2003-2013*(milhares de euros)*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ID Angola em Portugal	8,017	4,163	6,255	17,672	15,184	49,820	116,030	32,842	-102,782	226,531	83,117
Desinvestimento	4,635	2,257	474	149	10,804	4,126	478	2,230	1,797	22,758	3,701
Líquido	3,382	1,906	5,781	17,523	4,380	45,694	115,552	30,612	-104,579	203,773	79,416
% IDE total (a)	0.02%	0.02%	0.02%	0.05%	0.05%	0.14%	0.36%	0.08%	-0.24%	0.48%	0.28%
Origem (b)	22	21	23	21	23	18	14	18	52	13	15

Fonte: Banco de Portugal

(a) Com base no ID bruto total de Portugal

(b) Posição enquanto Origem do IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total num conjunto de 56 mercados

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

Acordos bilaterais e de cooperação

No âmbito das relações Portugal-Angola destacam-se seis acordos bilaterais e de cooperação que cobrem as áreas do turismo, segurança social, investimento, indústria e relações económicas.

O Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entrou em vigor no dia 12 de Dezembro de 2007, estando legislado nos seguintes diplomas legais: aviso n.º 209/2008, DR n.º 2006, Série I, de 23 de Outubro e Decreto n.º 26/2006, DR n.º 239, Série I, de 14 de Dezembro. Este acordo, tal como definido no artigo 1º do decreto n.º 26/2006, *estabelece a base jurídica para o desenvolvimento da cooperação institucional e empresarial entre as partes no domínio do turismo, com o intuito de favorecer os fluxos turísticos entre ambas, bem como os fluxos turísticos provenientes de países terceiros*. O artigo 2º deste mesmo decreto determina o âmbito da cooperação, *desenvolvida ao nível da cooperação institucional, do intercâmbio turístico, da formação profissional, do intercâmbio de informação, da promoção turística, da promoção de investimentos, da cooperação no âmbito empresarial e da cooperação no âmbito das organizações internacionais*.

A Convenção sobre Segurança Social parte do reconhecimento da necessidade de coordenação das medidas de segurança social a fim de garantir a igualdade de tratamento no acesso e na concessão de prestações sociais. Visa ser um contributo para a garantia dos direitos dos nacionais de ambos os países, no âmbito da segurança social, consagrando, nomeadamente, o princípio da igualdade de tratamento dos

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

nacionais dos Estados contraentes e a garantia da reciprocidade no que respeita às respectivas legislações. Encontra-se especificada na Declaração de Rectificação n.º 102/2004, DR n.º 283, Série I-A, de 3 de Dezembro e no Decreto n.º 32/2004 e DR n.º 255, Série I-A, de 29 de Outubro.

O Acordo sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos encontra-se legislado no Decreto n.º 40/2008, DR n.º 197, Série I, de 10 de Outubro e no Decreto n.º 48/98, DR n.º 290, Série I-A, de 17 de Dezembro. Aqui estão estipulados os objectivos orientadores deste acordo que se sintetizam na intensificação da cooperação económica entre Portugal e Angola; no encorajamento e criação de condições favoráveis para a realização de investimentos pelos investidores de ambas as partes na base da igualdade e do benefício mútuo e na promoção e protecção recíproca de investimentos como estímulo à iniciativa privada e à melhoria do bem-estar das populações de ambos os países.

O Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria encontra cabimentação no Decreto n.º 6/92, DR n.º 23, Série I-A, de 28 de Janeiro, onde estão descritos os princípios gerais e os domínios de cooperação na área da indústria. Assim, as partes acordam a mobilização das suas estruturas com vista ao aproveitamento das potencialidades para a resolução de problemas no sector da indústria. Os domínios de cooperação destacados no artigo 2º do referido diploma prendem-se, nomeadamente, com o *apoio técnico à reorganização, modernização e investimento no sector industrial angolano; apoio técnico aos sectores da qualidade industrial, propriedade industrial, estatística industrial e manutenção industrial; consultoria e assistência técnica, designadamente, na elaboração de estudos técnico-económicos, visando a detecção de oportunidades de investimento em sectores prioritários e apoio directo às metodologias a utilizar na avaliação de projectos de investimento; promoção e apoio ao desenvolvimento da cooperação entre empresas portuguesas e empresas angolanas; apoio à formação profissional e ao aperfeiçoamento de quadros técnicos angolanos através da organização de estágios; cursos ou seminários em Portugal ou em Angola; envio, em regime de permuta, de publicações e fornecimento de documentação ou informação que interesse ao sector e intercâmbio de informações técnicas sobre reuniões nacionais e internacionais onde as Partes participem.*

O Acordo Especial de Cooperação no Domínio do Turismo e Hotelaria encontra-se expresso nas disposições legais do Decreto n.º 40/88, DR n.º 249, Série I, de 27 de Outubro e justifica-se perante a importância do turismo enquanto elemento de aprofundamento das relações Portugal-Angola e como factor de desenvolvimento económico e social de ambos os países. Pretende a promoção de cooperação dinâmica no domínio do turismo e da hotelaria, num contexto de equidade e respeito pelos interesses comuns e benefícios mútuos. Neste âmbito, o acordo prevê o desenvolvimento de acções de cooperação, através de troca de conhecimentos em temas tão diversos quanto projectos, legislação, estatística, equipamento e ordenamento do território e planificação turística e hoteleira, para além de uma forte cooperação técnico-económica.

O Acordo de Cooperação Económica está delineado no Decreto n.º 26/90, DR n.º 155, Série I, de 7 de Julho e Decreto n.º 36/88, DR n.º 226, Série I, de 29 de Setembro. Este acordo tem como objectivo central o desenvolvimento da cooperação económica Portugal-Angola, reconhecendo-se a sua importância como instrumento de intensificação das relações entre os países. O artigo 4º deste acordo enuncia algumas acções a desenvolver no contexto da cooperação técnico-económica, tal como a constituição de empresas mistas e outras associações vantajosas e de interesse comum, a celebração de contratos de gestão e assistência técnica, o recrutamento e contratação de cooperantes ou a realização de estudos e projectos.



5.2 Relações bilaterais Portugal-Brasil

Comércio de bens

As relações comerciais entre Portugal e o Brasil têm-se apresentado bastante significativas, o que se justifica pela proximidade histórico-cultural, mas também pelo reposicionamento económico brasileiro no contexto global e regional, sendo hoje a primeira economia da América Latina e uma das maiores economias mundiais. Em 2003, o Brasil posicionava-se como 25º mercado de exportação nacional (quota de 0.44%) e, em resultado de um processo de ascensão notória que se pautou por um crescimento médio anual de 19.2% nos anos seguintes, em 2013 está entre os 10 maiores mercados de destino das exportações portuguesas (quota 1.57%), sendo o terceiro maior no contexto extra-europeu, apenas ultrapassado por Angola (4º com 6.6%) e pelos EUA (6º com 4.2%).

Contudo, o Brasil assume particular importância na óptica dos fluxos de entrada de mercadorias permanecendo, desde 2003, entre os 15 maiores parceiros de origem de importações nacionais. Actualmente assume uma representatividade de 1.47% do total das importações da economia portuguesa, o que lhe confere o 12º lugar no *ranking* dos principais parceiros de importação e o 4º fora da Europa sucedendo Angola (6º com um peso de 4.6%), China (9º, com um peso de 2.4%) e os EUA (11º com 1.5%).

O saldo deste relacionamento bilateral coloca Portugal numa situação tradicionalmente deficitária face ao mercado brasileiro, sendo porém de destacar a redução deste diferencial, que se justifica diante um crescimento médio anual mais reduzido das importações nacionais (2.3% ao ano, entre 2003-2013). Este facto é particularmente visível em 2013, onde a taxa de cobertura cifrou-se em 89.46% e défice de 87.7 milhões de euros contrastando com o registado em 2008, 19,53% e 531.6 milhões de euros, respectivamente.

As tendências acima explicitadas ao nível das exportações portuguesas com destino ao Brasil e o défice comercial nacional face a este país, podem ser explicitadas segundo um conjunto de factores tais com destaque para os que são desincentivadores do estabelecimento de trocas comerciais: altas taxas de importação; a necessidade de licenças de importação de produtos alimentares; a burocracia da alfândega brasileira; as dificuldades de identificação de parceiros adequados; a falta de imagem dos produtos portugueses no Brasil; as condições pouco favoráveis de financiamento à aquisição de produtos portugueses no mercado local; a distância do mercado de onde decorrem elevados custos de transporte.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

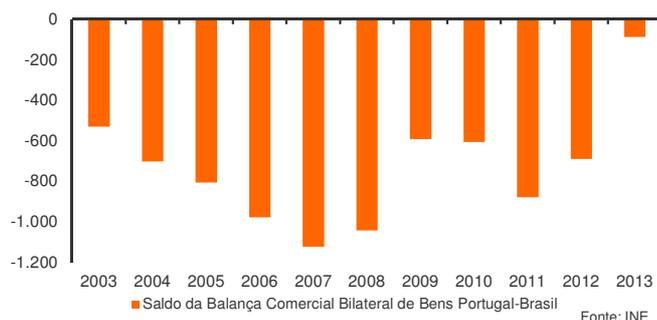
INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Quadro 30 – Evolução da Balança Comercial de Bens Portugal-Brasil, posição relativa e quota, 2003-2013

	Exportações (milhares de euros)	Importações (milhares de euros)	% total das saídas	Posição (saídas)	% total das entradas	Posição (entradas)	Taxa de Cobertura
2003	129,007	660,607	0.44%	25	1.49%	11	19.53%
2004	154,459	857,529	0.50%	19	1.74%	9	18.01%
2005	178,131	984,355	0.57%	16	1.92%	10	18.10%
2006	254,642	1,232,969	0.71%	14	2.19%	8	20.65%
2007	258,186	1,381,192	0.67%	17	2.30%	8	18.69%
2008	319,807	1,363,316	0.82%	13	2.12%	9	23.46%
2009	294,500	887,528	0.93%	11	1.73%	10	33.18%
2010	439,511	1,046,500	1.18%	10	1.78%	10	42.00%
2011	583,107	1,461,906	1.36%	10	2.47%	10	39.89%
2012	678,773	1,368,693	1.50%	11	2.44%	10	49.59%
2013	744,243	831,917	1.57%	10	1.47%	12	89.46%

Fonte: INE

Nota: Os termos Saídas e Entradas correspondem aos agregados (Expedições+Exportações) e (Chegadas+Importações), cujas designações se referem às trocas comerciais IntraUE e ExtraUE, respectivamente.

Figura 72 – Evolução do Saldo da Balança comercial bilateral de bens Portugal-Brasil, 2003-2013
(milhões de euros)

Fonte: INE

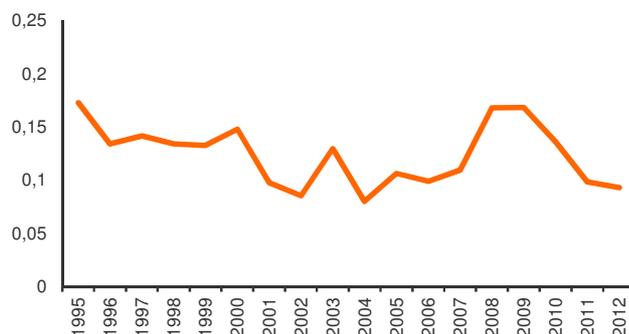
O índice de correlação comercial calculado entre Portugal e o Brasil coloca estas economias como competidoras no mercado global, contudo em baixo grau, uma vez que este indicador nunca ultrapassa o limiar dos 0.2. Este facto contrasta amplamente com a larga maioria dos países lusófonos, onde este posicionamento tende a ser predominantemente de parceria comercial natural. O maior nível de desenvolvimento da economia brasileira explica parcialmente esta diferença, uma vez que daí decorre uma maior propensão à sobreposição de comércio entre os dois países.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 73 – Índice de Correlação Comercial Portugal-Brasil, 1995-2012

(Índice)



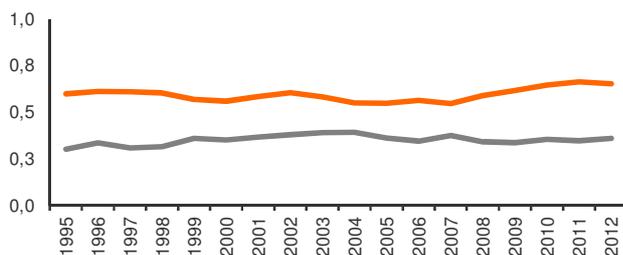
Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre -1 e 1, onde valores negativos reportam a parceiros comerciais naturais e positivos a economias competidoras no mercado global.

O índice de diversificação comparada demonstra que o grau de competição no mercado global é amenizado pela persistência de dissimilaridades no perfil de exportações mundiais, o que resultará de diferenciados nichos de aposta para cada um dos países e que estão relacionados com áreas de especialização que se mantêm distintas devido a factores de competitividade específicas.

Figura 74 – Índice de diversificação comercial comparada Portugal-Brasil, 1995-2012

(Índice)



— Índice de diversificação/similitude comparada das exportações

— Índice diversificação/similitude comparada das importações

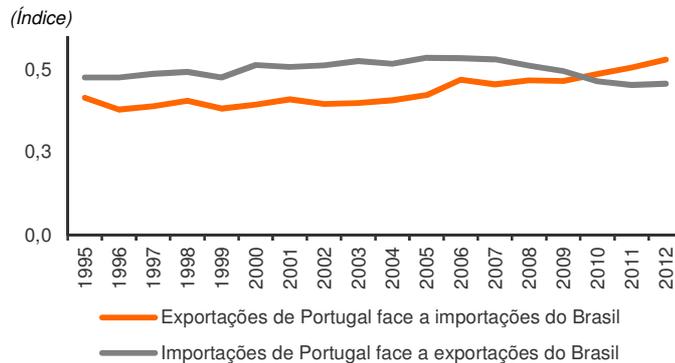
Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre 0, estrutura comercial semelhante e 1, estrutura comercial dissemelhante

O índice de complementaridade comercial revela, por seu turno, um estatuto de média-baixa complementaridade entre Portugal e o Brasil, o que indica fortes desafios de reinvenção das relações de comércio entre estes dois países. Verifica-se uma mais baixa compatibilidade da estrutura de exportações de Portugal face às necessidades de importação do Brasil durante quase todo o período exceptuando o ano de 2012, momento em que as incompatibilidades das exportações brasileiras face à procura nacional são superiores.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 75 – Índice de complementaridade nas relações comerciais Portugal-Brasil, 1995-2012

Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre 0. ausência de complementaridade e 1. perfeita complementaridade.

A análise segmentada ao nível do produto permite identificar algumas áreas de oportunidade para o comércio luso-brasileiro. Assim, segundo as estatísticas do Comércio Internacional do INE para 2013 (CPA 2008), a dinâmica das exportações permitem destacar os produtos alimentares (34%) e em crescimento (18.5% ao ano entre 2005-2013) a que se pode juntar os produtos da agricultura, da produção animal da caça e dos serviços relacionados (3.9%) também em expansão (18.8% ao ano, para o mesmo período), relevando o importante papel da agro-indústria nestes fluxos comerciais, onde se podem referenciar alguns produtos estratégicos identificados em alguns estudos como são o azeite, as castanhas, os frutos secos, a pêra rocha, queijos, entre outros.

Uma referência especial ao crescimento do comércio de produtos de outros minerais não metálicos (43.0%), de produtos metálicos transformados (35.5%), dos produtos informáticos, electrónicos e ópticos (30.2%), de equipamento eléctrico (29.9%) e de máquinas e equipamentos (29.3%); e também ao decréscimo da comercialização de coque e produtos petrolíferos refinados que representando apenas 0.8% do total exportado teve uma redução média anual de -65.0% e dos serviços de edição com um peso de 1.4% e uma redução de -10% ano entre 2005-2013.

Na perspectiva das importações nacionais oriundas do Brasil, verifica-se uma elevada concentração do comércio em produtos da agricultura, da produção animal da caça e dos serviços relacionados (47.7%) e que evidencia uma crescente relevância na estrutura de importação com um crescimento médio anual de 9.3% ao ano. Também o petróleo bruto e gás natural tem um peso significativo (19.1%), porém caindo a -7.9% desde 2005. Nesta dinâmica evidencia-se um grupo significativo de produtos em perda, com destaque para os oriundos da pesca e da aquicultura e serviços relacionados (-60.0% ao ano) e para os metais de base (-27.5% ao ano).

Quadro 31 – Exportações de Portugal para o Brasil por produtos

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% total	2009	% total	2013	% total	TMCA 2005-2009	TMCA 2009-2013	TMCA 2005-2013
Produtos alimentares	65,112	36.6%	114,682	38.9%	253,147	34.0%	15.2%	21.9%	18.5%
Produtos metálicos transformados, excepto máquinas e equipamento	5,787	3.2%	10,353	3.5%	65,808	8.8%	15.7%	58.8%	35.5%
Máquinas e equipamentos, n.e.	7,817	4.4%	17,743	6.0%	60,980	8.2%	22.7%	36.2%	29.3%
Outros produtos minerais não metálicos	2,130	1.2%	5,549	1.9%	37,343	5.0%	27.0%	61.1%	43.0%



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% total	2009	% total	2013	% total	TMCA 2005-2009	TMCA 2009-2013	TMCA 2005-2013
Minérios metálicos	16,439	9.2%	21,978	7.5%	32,952	4.4%	7.5%	10.7%	9.1%
Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	7,282	4.1%	16,553	5.6%	28,875	3.9%	22.8%	14.9%	18.8%
Equipamento eléctrico	3,551	2.0%	10,311	3.5%	28,874	3.9%	30.5%	29.4%	29.9%
Bebidas	13,441	7.5%	17,820	6.1%	28,560	3.8%	7.3%	12.5%	9.9%
Produtos químicos	14,491	8.1%	15,318	5.2%	24,413	3.3%	1.4%	12.4%	6.7%
Produtos informáticos, electrónicos e ópticos	2,498	1.4%	10,242	3.5%	20,579	2.8%	42.3%	19.1%	30.2%
Artigos de borracha e de matérias plásticas	4,471	2.5%	9,483	3.2%	17,740	2.4%	20.7%	17.0%	18.8%
Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	6,405	3.6%	2,429	0.8%	12,407	1.7%	-21.5%	50.3%	8.6%
Artigos de vestuário	1,804	1.0%	6,178	2.1%	8,378	1.1%	36.0%	7.9%	21.2%
Madeira e cortiça e suas obras, excepto mobiliário; obras de espartaria e de cestaria	2,839	1.6%	3,938	1.3%	6,710	0.9%	8.5%	14.3%	11.3%
Papel e cartão e seus artigos	1,142	0.6%	2,106	0.7%	5,975	0.8%	16.5%	29.8%	23.0%
Produtos têxteis	3,443	1.9%	3,671	1.2%	5,223	0.7%	1.6%	9.2%	5.3%
Produtos diversos das indústrias transformadoras	962	0.5%	2,326	0.8%	5,037	0.7%	24.7%	21.3%	23.0%
Serviços de edição	3,654	2.1%	4,163	1.4%	3,383	0.5%	3.3%	-5.1%	-1.0%
Coque e produtos petrolíferos refinados	11,648	6.5%	2,351	0.8%	3	0.0%	-33.0%	-81.7%	-65.0%
Outros	3,161	1.8%	13,189	4.5%	97,852	13.1%	42.9%	65.0%	53.6%
Total	178,131	100.0%	294,500	100.0%	744,239	100.0%	13.4%	26.1%	19.6%

Fonte: INE

Notas: Dados definitivos até 2011, provisórios de 2012 e preliminares de 2013; a coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade; a nomenclatura utilizada no apuramento dos valores deste indicador tem por base a Classificação Estatística dos Produtos por Actividades (CPA), estruturada a partir dos produtos definidos na CAE Rev.3, cujo critério básico de construção é a origem económica do produto (resultado de uma actividade económica).

Quadro 32 – Importações nacionais provenientes do Brasil por produtos

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% total	2009	% total	2013	% total	TMCA 2005-2009	TMCA 2009-2013	TMCA 2005-2013
Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	194,725	19.8%	249,212	28.1%	396,843	47.7%	6.4%	12.3%	9.3%
Petróleo bruto e gás natural	307,603	31.2%	302,322	34.1%	158,804	19.1%	-0.4%	-14.9%	-7.9%
Produtos alimentares	61,393	6.2%	57,428	6.5%	75,566	9.1%	-1.7%	7.1%	2.6%
Produtos químicos	46,150	4.7%	48,766	5.5%	39,397	4.7%	1.4%	-5.2%	-2.0%
Outro equipamento de transporte	37,029	3.8%	428	0.0%	38,771	4.7%	-67.2%	208.6%	0.6%

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% total	2009	% total	2013	% total	TMCA 2005-2009	TMCA 2009-2013	TMCA 2005-2013
Couro e produtos afins	42,549	4.3%	25,345	2.9%	24,810	3.0%	-12.1%	-0.5%	-6.5%
Máquinas e equipamentos, n.e.	31,256	3.2%	22,606	2.5%	20,690	2.5%	-7.8%	-2.2%	-5.0%
Equipamento eléctrico	10,343	1.1%	12,347	1.4%	13,955	1.7%	4.5%	3.1%	3.8%
Madeira e cortiça e suas obras, excepto mobiliário; obras de espartaria e de cestaria	57,933	5.9%	24,213	2.7%	10,543	1.3%	-19.6%	-18.8%	-19.2%
Metais de base	116,902	11.9%	88,671	10.0%	8,881	1.1%	-6.7%	-43.7%	-27.5%
Produtos diversos das indústrias transformadoras	5,155	0.5%	5,120	0.6%	5,122	0.6%	-0.2%	0.0%	-0.1%
Produtos têxteis	10,412	1.1%	3,785	0.4%	3,772	0.5%	-22.4%	-0.1%	-11.9%
Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	8,573	0.9%	2,207	0.2%	3,229	0.4%	-28.8%	10.0%	-11.5%
Artigos de vestuário	9,075	0.9%	5,773	0.7%	2,645	0.3%	-10.7%	-17.7%	-14.3%
Serviços de edição	12,508	1.3%	7,333	0.8%	2,229	0.3%	-12.5%	-25.7%	-19.4%
Outros produtos minerais não metálicos	5,182	0.5%	2,813	0.3%	1,680	0.2%	-14.2%	-12.1%	-13.1%
Produtos da pesca e da aquicultura e serviços relacionados	5,521	0.6%	621	0.1%	4	0.0%	-42.1%	-72.4%	-60.0%
Outros	17,969	1.8%	21,070	2.4%	24,976	3.0%	4.1%	4.3%	4.2%
Total	984,355	100.0%	887,528	100.0%	831,917	100.0%	-2.6%	-1.6%	-2.1%

Fonte: INE

Notas: Dados definitivos até 2011, provisórios de 2012 e preliminares de 2013 ; a coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade; a nomenclatura utilizada no apuramento dos valores deste indicador tem por base a Classificação Estatística dos Produtos por Atividades (CPA), estruturada a partir dos produtos definidos na CAE Rev.3, cujo critério básico de construção é a origem económica do produto (resultado de uma atividade económica).

Comércio de serviços

A balança comercial de serviços face ao Brasil tem sido persistentemente favorável a Portugal, exceptuando o ano de 2003 onde se registou um défice de -7.1 milhões de euros. A tendência tem sido de crescimento deste saldo positivo que, em 2013, estabilizou nos 771 milhões de euros de *superavit* e que se traduziu na maior taxa de cobertura no período em análise (332.46%).

Este facto resulta de uma ascensão da venda de serviços para o Brasil notória, tendo quadruplicado entre 2003-2013, período no qual cresceu a uma média anual de 15.2%, sendo no último ano de 1.1 mil milhões de euros. As importações, por seu turno, registaram um crescimento muito mais modesto (1.9%), estabilizando em 331.7 milhões de euros.

O Brasil é assim, segundo dados do Banco de Portugal para 2013, o 7º maior destino das exportações nacionais de serviços com uma quota de 5.36% e o 9º parceiro de importações com um peso de 3.12% do total importado, tendo mantido mais ou menos esta posição ao longo dos últimos 10 anos.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

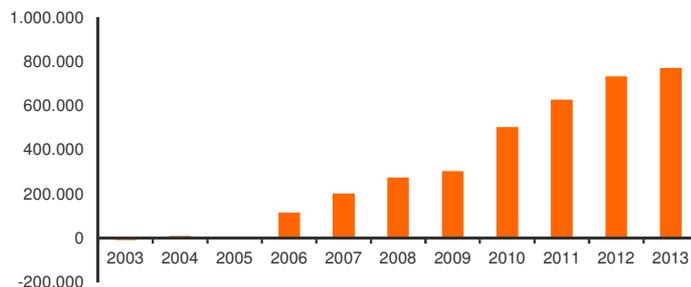
Quadro 33 – Evolução da Balança Comercial de Serviços com Brasil, posição relativa e quota, 2003-2013

	Exportações (milhares de euros)	Importações (milhares de euros)	% total das exportações	Posição (exportações)	% total das importações	Posição (importações)	Taxa de Cobertura
2003	268,653	275,794	2.46%	10	3.78%	8	97.41%
2004	298,418	287,131	2.53%	10	3.70%	9	103.93%
2005	366,562	364,079	3.00%	9	4.38%	7	100.68%
2006	459,703	342,847	3.14%	9	3.56%	9	134.08%
2007	560,761	357,085	3.31%	9	3.42%	9	157.04%
2008	606,470	331,261	3.39%	10	2.94%	9	183.08%
2009	594,798	289,827	3.64%	10	2.80%	9	205.23%
2010	879,527	375,400	5.00%	5	3.44%	8	234.29%
2011	998,468	369,759	5.21%	6	3.23%	8	270.03%
2012	1,098,435	364,528	5.75%	6	3.50%	8	301.33%
2013	1,102,629	331,661	5.36%	7	3.12%	9	332.46%

Fonte: Banco de Portugal

Figura 76 - Evolução do Saldo da Balança Comercial Bilateral de Serviços com Brasil, 2003-2013

(milhares de euros)



Fonte: Banco de Portugal

Investimento

Em 2013, o Brasil é a 9ª principal origem de investimento em território nacional (0.56% do total), ressaltando-se, contudo, o carácter oscilatório, destas relações de investimento. O IDE médio do Brasil em Portugal entre 2003-2013 foi de 288.5 milhões de euros, o desinvestimento de 253.1 milhões de euros com um valor líquido de sinal positivo de 35.3 milhões de euros.

O Brasil foi um dos mercados privilegiados de destino do investimento português no final da década de 90 e início de 2000 e alcançou os lugares de topo nos últimos anos, posicionando-se, em 2013, como 4º principal parceiro de investimento da economia brasileira (2.58% do total), totalizando 361.9 milhões de euros de investimento, 363.3 milhões de euros de desinvestimento e, como tal, um investimento líquido negativo de -1.5 milhões de euros.

De facto, a relevância do investimento directo de Portugal no Brasil é notória, tendo alcançado o máximo em 2010, ano em que representou os 17.17% do total do IDE presente neste país da América Latina, tido então como o 2º maior parceiro de investimento. Entre 2003-2013, o investimento médio anual de Portugal

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

nesta economia foi de 577.7 milhões de euros, o desinvestimento de cerca de 565 milhões de euros, o que culminou num investimento líquido médio de 12.8 milhões de euros.

Diante estes dados, denota-se a maior intensidade de investimento de Portugal neste país, o que o permite classificar como emissor líquido de investimento face ao Brasil. O investimento português no Brasil está fundamentalmente aportado às actividades financeiras e de seguros (50.4% em 2013) seguido pelas actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (18,5%) e construção (10.3%, mais do dobro da quota registada em 2003).

Quadro 34 – Fluxos de IDPE (Brasil), 2003-2013*(milhares de euros)*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ID Portugal no Brasil	194.119	509.768	350.985	426.596	665.733	539.194	518.356	1.681.061	554.422	552.975	361.854
Desinvestimento	216.258	218.150	788.671	413.609	326.848	271.107	75.980	1.780.201	599.871	1.160.563	363.337
Líquido	-22.139	291.618	437.686	12.987	338.885	268.087	442.376	-99.140	-45.449	-607.588	-1.483
% IDPE total (a)	1,92%	4,27%	3,59%	4,34%	4,49%	4,74%	6,67%	17,17%	2,83%	3,46%	2,58%
Destino (b)	4	4	5	3	3	4	5	2	5	4	4

Fonte: Banco de Portugal

(a) Com base no ID bruto total de Portugal

(b) Posição enquanto Origem do IDE bruto total e destino do IDPE bruto total num conjunto de 56 mercados

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

Os valores de 2013 (Janeiro) correspondem ao primeiro apuramento para o período (valores não revistos)

Quadro 35 – Fluxos de IDPE por sector de actividade (Brasil), 2003-2013*(% do IDPE bruto total)*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Actividades financeiras e de seguros	60,0%	60,9%	48,7%	26,0%	48,2%	42,7%	58,1%	46,4%	15,4%	26,3%	50,4%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	13,5%	24,5%	8,3%	26,1%	8,5%	9,8%	3,9%	0,9%	0,4%	-0,5%	18,2%
Construção	4,7%	2,2%	5,2%	5,0%	5,0%	5,8%	2,6%	1,8%	15,1%	5,9%	10,3%
Indústrias transformadoras	3,6%	1,9%	8,0%	7,6%	1,3%	2,4%	0,3%	25,8%	36,2%	59,8%	7,0%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1,3%	0,6%	0,7%	6,1%	12,1%	18,9%	22,6%	15,9%	22,5%	1,1%	2,9%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,0%	0,0%	5,0%	3,9%	10,3%	7,8%	1,6%	3,1%	1,5%	0,1%	2,1%
Actividades imobiliárias	0,2%	0,4%	2,2%	2,0%	2,4%	2,2%	0,8%	0,2%	0,9%	0,1%	1,0%
Actividades de informação e de comunicação	1,0%	0,1%	0,4%	2,9%	3,0%	3,6%	0,8%	0,3%	0,9%	0,2%	0,8%
Outros Sectores	15,8%	9,2%	21,4%	20,4%	9,2%	6,7%	9,3%	5,4%	7,1%	7,1%	7,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Banco de Portugal

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

**Quadro 36 – Fluxos de IDE (Brasil), 2003-2013***(milhares de euros)*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ID Brasil em Portugal	254.345	24.251	69.120	92.256	114.340	81.075	328.415	1.834.042	29.988	175.590	169.939
Desinvestimento	259.985	30.112	3.731	12.221	80.464	49.701	116.042	1.243.085	176.990	795.833	16.433
Líquido	-5.640	-5.861	65.389	80.035	33.876	31.374	212.373	590.957	-147.002	-620.243	153.506
% IDE total (a)	0,79%	0,09%	0,25%	0,28%	0,35%	0,23%	1,03%	4,63%	0,07%	0,37%	0,56%
Origem (b)	12	17	17	16	17	16	11	8	16	15	9

Fonte: Banco de Portugal

(a) Com base no ID bruto total de Portugal

(b) Posição enquanto Origem do IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total num conjunto de 56 mercados

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

Acordos bilaterais e de cooperação

Portugal e o Brasil têm celebrado um conjunto significativo de acordos bilaterais e de cooperação de diversa natureza, destacando-se aqui as que colocam o enfoque nas dimensões económica, fiscalidade, turismo e investimento e indústria.

O Acordo de Cooperação do Turismo entrou em vigor a 1 de Novembro de 2008 e encontra-se legislado no aviso n.º 210/2008, DR n.º 206, Série I, de 23 de Outubro e no Decreto n.º 18/2006, DR n.º 122, Série I-A, de 27 de Junho. Este acordo tem no seu cerne a convicção da importância do desenvolvimento da cooperação no domínio do turismo, a sua importância para o progresso económico e social e para o aprofundamento das relações entre os dois países. Visa o incremento dos fluxos turísticos entre si, o desenvolvimento de acções de promoção e qualificação do turismo de forma articulada e o investimento mútuo em áreas estratégicas para o sector.

A Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento (Protocolo Anexo) entrou em vigência a 5 de Outubro de 2001 e encontra-se especificado no aviso n.º 131/2001, DR n.º 288, Série I-A, de 14 de Dezembro; no Decreto do Presidente da República n.º 27/2001, DR n.º 98, Série I-A, de 27 de Abril e na Resolução da Assembleia da República n.º 33/2001, DR n.º 98, Série I-A, de 27 de Abril. Esta convenção visa fomentar as relações económicas e culturais bilaterais, pela eliminação da dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e desenvolver a cooperação e harmonização na área da fiscalidade.

O Acordo para a Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos encontra fundamentação no Decreto n.º 24/94, DR n.º 184, Série I-A, de 10 de Agosto que tem como motivação a promoção do investimento e das parcerias estratégicas nesta área. Entre os objectivos está também o aprofundamento da cooperação entre os blocos regionais a que pertencem (União Europeia e América Latina).

O Acordo sobre Cooperação Económica e Industrial data de 17 de Junho de 1982 e encontra cabimentação no aviso, DR n.º 147/82, Série I, de 29 de Junho e no Decreto n.º 45/81, DR n.º 79, Série I, de 4 de Abril. Aqui está subjacente a intenção de desenvolver a cooperação económica e industrial com benefício para ambas as partes.



5.3 Relações bilaterais Portugal-Cabo Verde

Comércio de bens

Apesar da reduzida dimensão territorial e populacional de Cabo Verde, este país assume, ainda assim, um posicionamento importante nos fluxos de exportação nacionais (27º lugar em 2013), mas não tão expressivo no que diz respeito às importações (95ª posição em 2013). A evolução nos fluxos de exportação desde 2010 demonstra o recuo da representatividade cabo-verdiana (0.7% em 2010 contra 0.43% em 2013). Tendo como referência o conjunto de países africanos de língua oficial portuguesa, Cabo Verde é actualmente o 2º maior destino de exportações nacionais superado por Angola e o 3º em termos de origem de importações, a seguir a Angola e Moçambique.

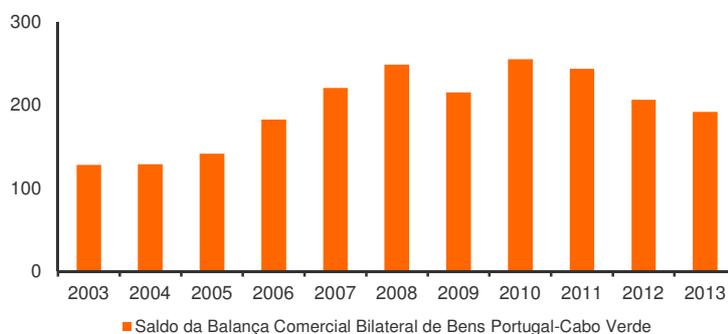
O saldo da balança comercial bilateral que atingiu em 2013 cerca de 191.8 milhões de euros demonstra um posicionamento favorável a Portugal num contexto em que as exportações cresceram mais rapidamente que as importações (4.0% ao ano face a 2.7% ao ano). Contudo, a evolução recente da taxa média de variação anual entre 2010 e 2013 demonstra um recuo das exportações nacionais com destino a Cabo Verde (-8.2%) e um incremento das importações (15.0%).

Quadro 37 – Evolução da Balança Comercial de Bens Portugal-Cabo Verde, posição relativa e quota, 2003-2013

	Exportações (milhares de euros)	Importações (milhares de euros)	% total das exportações	Posição (exportações)	% total das importações	Posição (importações)	Taxa de Cobertura
2003	64,809	33,880	0.59%	20	0.46%	18	191.29%
2004	50,986	32,889	0.43%	21	0.42%	20	155.02%
2005	55,272	35,028	0.45%	21	0.42%	21	157.79%
2006	67,153	46,265	0.46%	21	0.48%	19	145.15%
2007	73,165	56,533	0.43%	21	0.54%	19	129.42%
2008	85,015	60,219	0.48%	22	0.53%	17	141.18%
2009	75,285	46,073	0.46%	22	0.45%	19	163.40%
2010	62,879	52,840	0.36%	24	0.48%	19	119.00%
2011	72,880	67,372	0.38%	24	0.59%	15	108.18%
2012	52,275	60,671	0.27%	26	0.58%	16	86.16%
2013	67,394	71,035	0.33%	25	0.67%	16	94.87%

Fonte: Banco de Portugal

Figura 77 – Evolução do Saldo da Balança comercial bilateral de bens Portugal-Cabo Verde, 2003-2013
(milhões de euros)



Fonte: INE

O comportamento do índice de correlação comercial demonstra a volatilidade dos relacionamentos comerciais entre Portugal e Cabo Verde e indica que apenas em 2012 os dois países se posicionaram

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

como parceiros comerciais naturais. Esta tendência sugere a necessidade de maturação da relação comercial, especialmente considerando os reduzidos níveis de produção e de industrialização de Cabo Verde que potenciam o recurso a importações para satisfação da procura interna.

Figura 78 – Índice de Correlação Comercial Portugal-Cabo Verde, 1995-2012

(Índice)



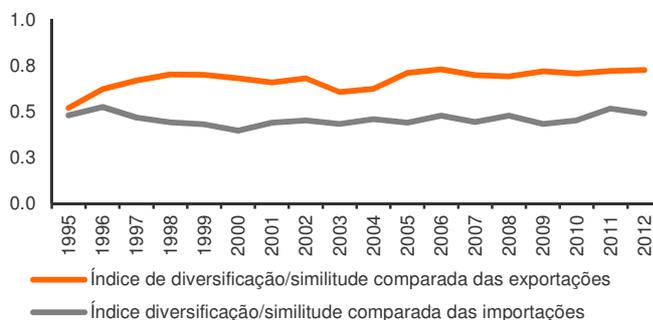
Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre -1 e 1, onde valores negativos reportam a parceiros comerciais naturais e positivos a economias competidoras no mercado global.

O índice de diversificação comercial comparada demonstra, por seu turno, que apesar de Portugal e Cabo Verde não se assumirem como parceiros comerciais naturais não há evidência de grandes níveis de concorrência nas exportações, observando-se uma maior proximidade no perfil de importações.

Figura 79 – Índice de diversificação comercial comparada Portugal-Cabo Verde, 1995-2012

(Índice)



Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre 0. estrutura comercial semelhante e 1. estrutura comercial dissemelhante

O índice de complementaridade comercial confirma a ainda baixa, mas gradualmente crescente, complementaridade comercial das exportações nacionais face às necessidades de importação de Cabo Verde. No sentido inverso, a falta de complementaridade comercial é notória e mantém-se praticamente inalterada ao longo do período.

De acordo com as estatísticas do Comércio Internacional do INE (CPA 2008), as exportações nacionais para Cabo Verde concentram-se principalmente em produtos alimentares (21.0%), outros produtos minerais não metálicos (9.0%), equipamento eléctrico (6.9%) e produtos químicos (6.5%). Destaque ainda, para os produtos com maior ritmo de crescimento médio, entre 2005 e 2013, como sendo o coque e produtos petrolíferos refinados (18.6% ao ano), os produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados (12.1%) e os metais de base (11.6% ao ano) e, também, para os produtos

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

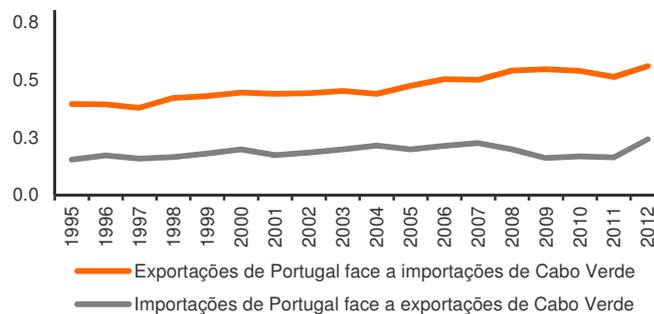
INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

com evoluções a taxas negativas como sendo a venda por grosso e a retalho (-5.0%) de automóveis (-2.8%), produtos têxteis (-1.2%), mobiliário (-1.2%) e bebidas (-1.2%).

Na vertente das importações, o enfoque comercial está no couro e produtos afins (35.1%) e nos artigos de vestuário (27.6%). As importações em expansão entre 2005 e 2013 incluem o sector automóvel (35.6% ao ano), equipamento eléctrico (30.3% ao ano), artigos de borracha e de matérias plásticas (24.4% ao ano) e máquinas e equipamentos (22.6% ao ano) e as principais importações em decréscimo respeitam a transacções de produtos alimentares (-4.4% ao ano).

Figura 80 – Índice de complementaridade nas relações comerciais Portugal-Cabo Verde, 1995-2012

(Índice)



Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre 0. ausência de complementaridade e 1. perfeita complementaridade.

Quadro 38 – Exportações de Portugal para Cabo Verde por produtos

(milhares de euros)

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Produtos alimentares	21,234.1	14.3%	31,248.8	14.0%	42,707.2	21.0%	10.1%	8.1%	9.1%
Outros produtos minerais não metálicos	11,478.4	7.7%	24,417.9	11.0%	18,323.0	9.0%	20.8%	-6.9%	6.0%
Equipamento eléctrico	11,025.3	7.4%	14,834.9	6.7%	14,013.9	6.9%	7.7%	-1.4%	3.0%
Produtos químicos	9,989.3	6.7%	13,694.8	6.1%	13,146.6	6.5%	8.2%	-1.0%	3.5%
Produtos metálicos transformados, excepto máquinas e equipamento	9,243.6	6.2%	14,579.5	6.5%	11,928.9	5.9%	12.1%	-4.9%	3.2%
Produtos informáticos, electrónicos e ópticos	9,902.2	6.7%	13,536.2	6.1%	11,503.1	5.7%	8.1%	-4.0%	1.9%
Máquinas e equipamentos, n.e.	9,812.4	6.6%	14,922.3	6.7%	11,336.3	5.6%	11.0%	-6.6%	1.8%
Metais de base	4,423.2	3.0%	8,111.6	3.6%	10,647.1	5.2%	16.4%	7.0%	11.6%
Artigos de borracha e de matérias plásticas	7,530.8	5.1%	12,256.9	5.5%	9,653.5	4.8%	12.9%	-5.8%	3.2%
Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	3,615.5	2.4%	7,400.5	3.3%	9,042.8	4.5%	19.6%	5.1%	12.1%
Bebidas	9,555.1	6.4%	11,877.3	5.3%	8,664.1	4.3%	5.6%	-7.6%	-1.2%
Produtos farmacêuticos e preparações farmacêuticas de base	4,078.3	2.7%	5,347.6	2.4%	5,959.0	2.9%	7.0%	2.7%	4.9%
Papel e cartão e seus artigos	4,362.7	2.9%	5,850.1	2.6%	5,833.3	2.9%	7.6%	-0.1%	3.7%
Mobiliário	4,845.1	3.3%	7,909.1	3.6%	4,397.2	2.2%	13.0%	-13.6%	-1.2%



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Madeira e cortiça e suas obras, excepto mobiliário; obras de espartaria e de cestaria	3,418.8	2.3%	4,689.0	2.1%	4,177.1	2.1%	8.2%	-2.8%	2.5%
Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	5,203.0	3.5%	10,497.7	4.7%	4,143.5	2.0%	19.2%	-20.7%	-2.8%
Produtos diversos das indústrias transformadoras	2,907.8	2.0%	3,825.4	1.7%	3,371.2	1.7%	7.1%	-3.1%	1.9%
Produtos têxteis	3,546.7	2.4%	3,752.6	1.7%	3,215.5	1.6%	1.4%	-3.8%	-1.2%
Couro e produtos afins	1,680.8	1.1%	2,134.5	1.0%	3,066.2	1.5%	6.2%	9.5%	7.8%
Artigos de vestuário	1,890.0	1.3%	2,720.3	1.2%	2,233.3	1.1%	9.5%	-4.8%	2.1%
Coque e produtos petrolíferos refinados	515.7	0.3%	2,916.9	1.3%	2,018.1	1.0%	54.2%	-8.8%	18.6%
Serviços de edição	1,143.7	0.8%	1,238.6	0.6%	1,456.0	0.7%	2.0%	4.1%	3.1%
Vendas por grosso e a retalho e serviços de reparação de veículos automóveis e motocicletas	1,803.7	1.2%	2,621.4	1.2%	1,192.9	0.6%	9.8%	-17.9%	-5.0%
Outros	5,400.1	3.6%	2,148.3	1.0%	1,159.0	0.6%	-20.6%	-14.3%	-17.5%
Total	148,822.0	100.0%	222,706.9	100.0%	203,188.9	100.0%	10.6%	-2.3%	4.0%

Fonte: INE

Notas: Dados definitivos de 1993 a 2011, provisórios de 2012 e preliminares de 2013; a coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade; a nomenclatura utilizada no apuramento dos valores deste indicador tem por base a Classificação Estatística dos Produtos por Actividades (CPA), estruturada a partir dos produtos definidos na CAE Rev.3, cujo critério básico de construção é a origem económica do produto (resultado de uma actividade económica).

Quadro 39 – Importações nacionais provenientes de Cabo Verde por produtos

(milhares de euros)

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Couro e produtos afins	2,558,792.0	34.0%	2,891,673.0	39.9%	3,993,047.0	35.1%	3.1%	8.4%	5.7%
Artigos de vestuário	2,998,104.0	39.9%	2,161,997.0	29.9%	3,146,440.0	27.6%	-7.8%	9.8%	0.6%
Máquinas e equipamentos, n.e.	194,388.0	2.6%	109,902.0	1.5%	991,008.0	8.7%	-13.3%	73.3%	22.6%
Produtos da pesca e da aquicultura e serviços relacionados	313,429.0	4.2%	258,610.0	3.6%	974,894.0	8.6%	-4.7%	39.3%	15.2%
Produtos alimentares	683,122.0	9.1%	989,668.0	13.7%	475,401.0	4.2%	9.7%	-16.7%	-4.4%
Equipamento eléctrico	42,240.0	0.6%	37,832.0	0.5%	350,187.0	3.1%	-2.7%	74.4%	30.3%
Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	26,092.0	0.3%	113,284.0	1.6%	297,985.0	2.6%	44.3%	27.4%	35.6%
Bebidas	141,008.0	1.9%	221,837.0	3.1%	218,534.0	1.9%	12.0%	-0.4%	5.6%
Produtos informáticos, electrónicos e ópticos	170,294.0	2.3%	84,779.0	1.2%	177,647.0	1.6%	-16.0%	20.3%	0.5%
Produtos metálicos transformados, excepto máquinas e equipamento	57,987.0	0.8%	11,334.0	0.2%	171,347.0	1.5%	-33.5%	97.2%	14.5%
Produtos têxteis	79,776.0	1.1%	5,020.0	0.1%	163,283.0	1.4%	-49.9%	138.8%	9.4%
Serviços de recolha, tratamento e deposição de resíduos; serviços de valorização de materiais	45,443.0	0.6%	28,941.0	0.4%	142,891.0	1.3%	-10.7%	49.1%	15.4%
Vendas por grosso e a retalho e serviços de reparação de veículos automóveis e motocicletas	71,989.0	1.0%	194,489.0	2.7%	97,782.0	0.9%	28.2%	-15.8%	3.9%
Artigos de borracha e de matérias plásticas	12,837.0	0.2%	3,651.0	0.1%	73,707.0	0.6%	-27.0%	112.0%	24.4%

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Outros	35,332.0	0.5%	116,878.0	1.6%	109,353.0	1.0%	34.9%	-1.6%	15.2%
Total	7,523,166.0	100.0%	7,241,237.0	100.0%	11,383,506.0	100.0%	-1.0%	12.0%	5.3%

Fonte: INE

Notas: Dados definitivos de 1993 a 2011, provisórios de 2012 e preliminares de 2013; a coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade; a nomenclatura utilizada no apuramento dos valores deste indicador tem por base a Classificação Estatística dos Produtos por Actividades (CPA), estruturada a partir dos produtos definidos na CAE Rev.3, cujo critério básico de construção é a origem económica do produto (resultado de uma actividade económica).

Comércio de serviços

Em 2013, o comércio de serviços posicionou Cabo Verde no 25º lugar como mercado de destino das exportações nacionais, com cerca de 67.4 milhões de euros (0.33% do total) e no 16º lugar nas importações, totalizando cerca de 71 milhões de euros (0.67% do total). Na última década, o crescimento médio anual das importações (7.7%) superou o crescimento das exportações (0.4%). Esta tendência contribuiu para que em 2012 e 2013, se verificasse um desequilíbrio na balança comercial bilateral de serviços de -8.4 milhões de euros e -3.6 milhões de euros, respectivamente.

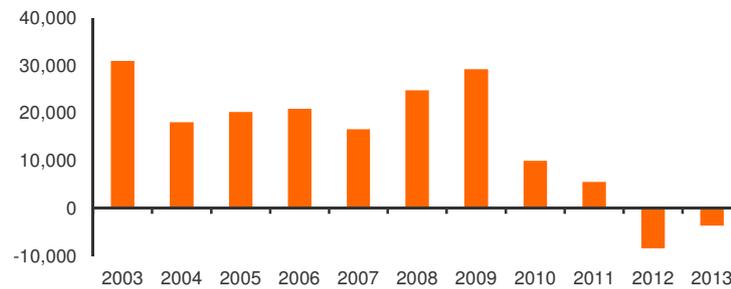
Quadro 40 – Evolução da Balança Comercial de Serviços com Cabo Verde, posição relativa e quota, 2003-2013

Ano	Exportações (milhares de euros)	Importações (milhares de euros)	% Total das exportações	Posição (exportações)	% Total das importações	Posição (importações)	Taxa de Cobertura
2003	64,809	33,880	0.59%	20	0.46%	18	191.29%
2004	50,986	32,889	0.43%	21	0.42%	20	155.02%
2005	55,272	35,028	0.45%	21	0.42%	21	157.79%
2006	67,153	46,265	0.46%	21	0.48%	19	145.15%
2007	73,165	56,533	0.43%	21	0.54%	19	129.42%
2008	85,015	60,219	0.48%	22	0.53%	17	141.18%
2009	75,285	46,073	0.46%	22	0.45%	19	163.40%
2010	62,879	52,840	0.36%	24	0.48%	19	119.00%
2011	72,880	67,372	0.38%	24	0.59%	15	108.18%
2012	52,275	60,671	0.27%	26	0.58%	16	86.16%
2013	67,394	71,035	0.33%	25	0.67%	16	94.87%

Fonte: Banco de Portugal

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 81 - Evolução do Saldo da Balança Comercial Bilateral de Serviços com Cabo Verde, 2003-2013*(milhares de euros)*

Fonte: Banco de Portugal

Investimento

As dinâmicas de investimento estabelecidas entre Portugal e Cabo Verde têm sido pouco expressivas. Em 2013, Cabo Verde representou 0,12% do investimento directo estrangeiro português no exterior, o que o posicionou no 22º lugar do *ranking* de destinos de investimento nacional. Em sentido inverso, a evolução do IDE de Cabo Verde em Portugal também tem sido pouco relevante (31ª posição em 2013 com 0,01% de quota do IDE) com uma média de 2.2 milhões de euros de investimento por ano desde 2003.

Em 2013 o investimento directo de Portugal em Cabo Verde alcançou um valor bruto de cerca de 16.5 milhões de euros, enquanto o desinvestimento foi mais de 40 milhões de euros. No período compreendido entre 2003 e 2013 não é possível definir um padrão de evolução do investimento dadas as oscilações registadas com anos de investimento líquido negativo, o mais significativo dos quais ocorreu em 2007 com um valor de -92.6 milhões de euros.

Os principais sectores de actividade de investimento nacional em território cabo-verdiano são a construção (47.8%) e as actividades financeiras e de seguros (36.0%).

Quadro 41 – Fluxos de IDPE (Cabo Verde), 2003-2013*(milhares de euros)*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ID Portugal em Cabo Verde	7,283	6,876	15,128	56,345	21,310	28,068	10,856	49,624	33,320	47,920	16,532
Desinvestimento	2,295	50,333	3,737	46,236	113,885	28,076	20,777	29,142	59,631	46,722	42,031
Líquido	4,988	-43,457	11,391	10,109	-92,575	-8	-9,921	20,482	-26,311	1,198	-25,499
% IDPE total (a)	0.07%	0.06%	0.15%	0.57%	0.14%	0.25%	0.14%	0.51%	0.17%	0.30%	0.12%
Destino (b)	20	21	20	15	23	22	23	18	20	15	22

Fonte: Banco de Portugal

(a) Com base no ID bruto total de Portugal

(b) Posição enquanto Origem do IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total num conjunto de 56 mercados

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Quadro 42 – Fluxos de IDPE por sector de actividade (Cabo Verde), 2003-2013*(% do IDPE bruto total)*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Construção	0.0%	3.5%	0.5%	0.0%	1.8%	22.3%	43.7%	24.2%	38.1%	65.8%	47.8%
Actividades financeiras e de seguros	69.7%	65.8%	86.0%	15.0%	56.8%	62.6%	33.3%	60.5%	46.2%	22.5%	36.0%
Indústrias transformadoras	4.6%	7.2%	3.8%	0.6%	1.9%	0.2%	0.4%	11.9%	11.6%	6.0%	3.6%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3.5%	1.9%	2.5%	0.4%	10.2%	6.4%	7.8%	1.2%	-0.2%	0.1%	3.5%
Actividades de informação e de comunicação	0.5%	1.6%	0.2%	0.1%	0.0%	0.0%	-0.1%	0.0%	0.2%	0.3%	1.9%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	11.5%	7.9%	0.8%	3.3%	6.4%	4.7%	0.6%	1.8%	1.9%	0.6%	0.5%
Actividades imobiliárias	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%	7.1%	1.8%	1.3%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0.0%	0.0%	0.0%	76.2%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Outros Sectores	10.0%	12.1%	6.1%	4.4%	15.8%	2.0%	13.1%	0.4%	2.3%	4.6%	6.7%
Total	100.0%										

Fonte: Banco de Portugal

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

Quadro 43 – Fluxos de IDE (Cabo Verde), 2003-2013*(milhares de euros)*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ID Cabo Verde em Portugal	54		159	2	192	877	1,640	8,359	5,850	2,044	3,164
Desinvestimento	58	42	79	230	1,177	1,925	198	96	18	87	681
Líquido	-4	-42	80	-228	-985	-1,048	1,442	8,263	5,832	1,957	2,483
% IDE total (a)	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.01%	0.02%	0.01%	0.00%	0.01%
Origem (b)	38	45	37	47	43	38	29	26	26	32	31

Fonte: Banco de Portugal

(a) Com base no ID bruto total de Portugal

(b) Posição enquanto Origem do IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total num conjunto de 56 mercados

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

Acordos bilaterais e de cooperação

Os acordos bilaterais de cooperação estabelecidos entre Portugal e Cabo Verde abarcam as áreas social e cultural, de fiscalidade, económico-empresarial, industrial, energética e de investimento.

O Tratado de Amizade e Cooperação entrou em vigor a 29 de Abril de 2012 e está legalmente regulado pelo Aviso n.º 25/2012, DR n.º 85, Série I, de 2 de Maio, pelo Decreto do Presidente da República n.º 61/2012, DR n.º 58, Série I, de 21 de Março e pela Resolução da Assembleia da República n.º 35/2012, DR n.º 58, Série I, de 21 de Março. Este Tratado tem como objectivo aprofundar a parceria estratégica entre os dois países dadas as ligações histórico-culturais que unem Portugal e Cabo Verde.

A Convenção sobre Segurança Social entrou em vigor a 1 de Abril de 2005 e tem subjacentes os diplomas legais seguintes: Declaração de Rectificação n.º 47/2005, DR n.º 112, Série I-A, de 14 de Junho; Aviso n.º 2002/2005, DR n.º 89, Série I-A, de 9 de maio; Decreto de Rectificação n.º 26/2005, DR n.º 67, Série I-A, de 6 de Abril e Decreto n.º 2/2005, DR n.º 25, Série I-A, de 4 de Fevereiro. A 25 de Julho de 2005 foi formalizado o Acordo Administrativo Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção através do Aviso n.º 379/2007, DR n.º 223, Série I, de 20 de Novembro. Esta convenção visa a coordenação das



medidas de segurança social, a fim de garantir a igualdade de tratamento na concessão e acesso a prestações sociais.

A Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal entrou em vigor a 15 de Dezembro de 2000 e é regida pelos diplomas legais seguintes: Aviso n.º 4/2001, DR n.º 15, Série I-A, de 18 de Janeiro; Decreto do Presidente da República n.º 33/2000, DR n.º 159, Série I-A, de 12 de Julho e Resolução da Assembleia da República n.º 63/2000, DR n.º 159, Série I-A, de 12 de Julho. Esta convenção visa fomentar as relações económicas e culturais bilaterais, pela eliminação da dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e desenvolver a cooperação na área da fiscalidade.

O Protocolo de Cooperação Económico-Empresarial está fundamentado no Decreto n.º 47/93, DR n.º 285, Série I-A, de 7 de Dezembro e baseou-se no interesse mútuo de incremento das relações económico-empresariais, tendo em conta a estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde e de inserção na economia mundial e o programa Português de internacionalização das empresas portuguesas. Prevê o compromisso de criação de condições institucionais destinadas a incentivar as empresas nacionais a promover acções de investimento no território do outro país.

O Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria e Energia entrou em vigor a 21 de Abril de 1992 e está contemplado no Aviso n.º 73/92, DR n.º 119, Série I-A, de 23 de Maio e no Decreto n.º 40/91, DR n.º 138, Série I-A, de 19 de Junho. Este acordo prevê objectivos de interesse comum na área da indústria e da energia e entre as acções de cooperação previstas, destacam-se: a consultoria e apoio técnico (estudos técnicos e económicos, legislação, projectos de empreendimento, execução de obras, engenharia financeira, entre outras); a permuta de documentação e o apoio na organização de centros de documentação; a realização de sessões de formação em Portugal; a assistência na elaboração de estudos e planos energéticos e a assistência no domínio das energias renováveis e da utilização racional de energia.

O Acordo sobre Promoção e Protecção de Investimentos entrou em vigor a 4 de Outubro de 1991 e encontra-se previsto no Aviso n.º 168/91, DR n.º 258, Série I-A, de 9 de Novembro e no Decreto n.º 32/91, DR n.º 96, Série I-A, de 26 de Abril. Reflecte uma vontade expressa de intensificação da cooperação económica entre os dois países, pela criação das condições que favoreçam o investimento recíproco, tendo em conta o forte estímulo que a promoção desses investimentos pode ter na iniciativa económica privada e na melhoria do bem-estar das respectivas populações.

5.4 Relações bilaterais Portugal-Moçambique

Comércio de bens

As relações comerciais entre Portugal e Moçambique têm vindo a assumir uma crescente importância na vertente das exportações que, em 2013, ascenderam as 326.8 milhões de euros, valor seis vezes superior ao registado em 2003. Este facto repercutiu-se na posição que Moçambique ocupa no *ranking* dos principais mercados de exportação portugueses, evoluindo de uma quota de mercado de 0.18% (33ª posição, 2003) para uma quota de 0.69% (19ª posição em 2013), em resultado de um crescimento de 19.7% ao ano. No grupo dos países de língua oficial portuguesa, Moçambique posiciona-se como o 3º maior receptor de exportações portuguesas e o 2º maior originador de importações para Portugal.

No que respeita às importações, a evolução média anual tem sido significativamente mais modesta, com um aumento a uma taxa média de 5% ao ano, facto que se reflectiu em posicionamentos pouco relevantes

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

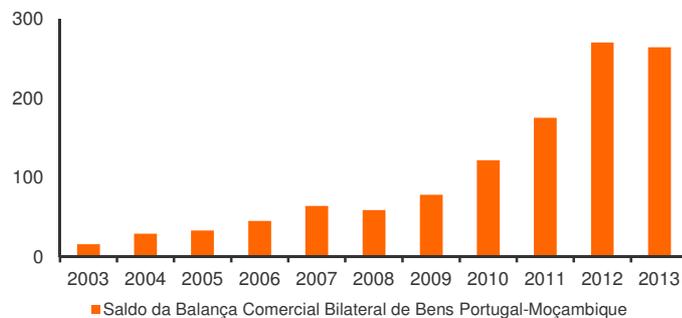
ao longo de todo o período (51ª posição em 2003 e 58ª posição em 2013) e numa quota de mercado com um máximo de 0.11% em 2013. A balança comercial bilateral tem-se apresentado crescentemente favorável a Portugal, com 264.1 milhões de euros de *superavit* em 2013, valor dezassete vezes superior ao registado em 2003. No ano de 2012 registou-se o saldo positivo mais elevado de todo o período desde 2003 (270.2 milhões de euros).

Quadro 44 – Evolução da Balança Comercial de Bens Portugal-Moçambique, posição relativa e quota, 2003-2013

	Exportações (milhares de euros)	Importações (milhares de euros)	% total das saídas	Posição (saídas)	% total das entradas	Posição (entradas)	Taxa de Cobertura
2003	54,029	38,449	0.18%	33	0.09%	51	140.52%
2004	54,925	26,083	0.18%	34	0.05%	66	210.58%
2005	64,685	31,657	0.21%	36	0.06%	56	204.33%
2006	73,720	28,685	0.21%	35	0.05%	66	257.00%
2007	89,408	25,641	0.23%	35	0.04%	71	348.69%
2008	92,358	33,687	0.24%	35	0.05%	63	274.16%
2009	120,883	42,800	0.38%	27	0.08%	59	282.44%
2010	150,717	29,184	0.40%	28	0.05%	67	516.44%
2011	216,885	41,983	0.51%	26	0.07%	62	516.60%
2012	286,623	16,428	0.63%	22	0.03%	81	1744.71%
2013	326,846	62,721	0.69%	19	0.11%	58	521.11%

Fonte: INE

Nota: Os termos Saídas e Entradas correspondem aos agregados (Expedições+Exportações) e (Chegadas+Importações), cujas designações se referem às trocas comerciais IntraUE e ExtraUE, respectivamente.

Figura 82 – Evolução do Saldo da Balança comercial bilateral de bens Portugal- Moçambique, 2003-2013
(milhões de euros)

Fonte: INE

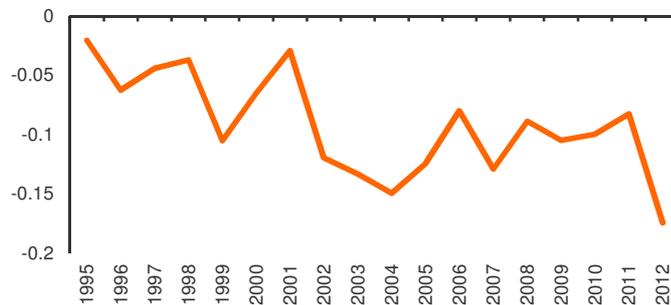
O índice de correlação comercial entre Portugal e Moçambique confirma o estatuto de parceiros comerciais naturais que se tem aprofundado ao longo dos anos. O índice de diversificação comercial demonstra as grandes dissimilaridades na especialização exportadora dos países e uma maior proximidade na respectiva estrutura de importações mundiais.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 83 – Índice de Correlação Comercial Portugal-Moçambique, 1995-2012

(Índice)

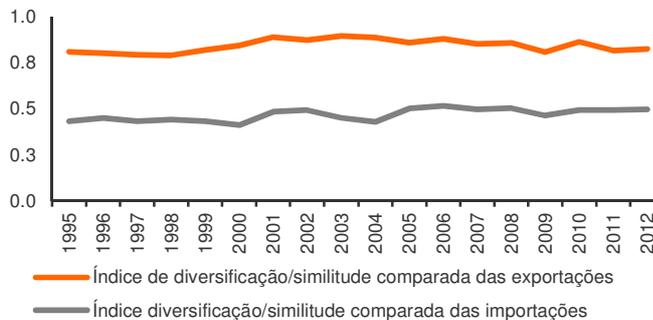


Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre -1 e 1, onde valores negativos reportam a parceiros comerciais naturais e positivos a economias competidoras no mercado global.

Figura 84 – Índice de diversificação comercial comparada Portugal-Moçambique, 1995-2012

(Índice)



Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre 0. estrutura comercial semelhante e 1. estrutura comercial dissemelhante

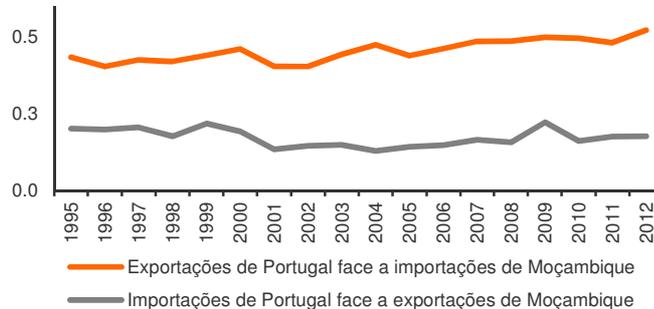
Contudo, regista-se uma maior complementaridade nas exportações portuguesas face à procura de importações da economia moçambicana do que no sentido inverso, o que parcialmente justifica a evolução da balança comercial bilateral, crescentemente favorável a Portugal.

Os principais produtos exportados por Portugal para Moçambique são máquinas e equipamentos (21.8%), equipamento eléctrico (11.4%) e produtos metálicos transformados (11.0%). Destacam-se os crescimentos médios anuais elevados registados entre 2005 e 2013 nas exportações do sector automóvel (56.7%) e nas vendas por grosso e a retalho (44.9%) e o decréscimo ocorrido no sector dos serviços de edição (-1.7%).

A larga maioria das importações portuguesas oriundas de Moçambique são relativas à aquisição de produtos alimentares (78.9%) e produtos de agricultura, de produção animal, de caça e serviços relacionados (17.5%). Em crescimento assinalável está a importação de artigos de borracha e de matérias plásticas (106.7%), máquinas e equipamentos (73.4%) e produtos metálicos e transformados (60.9%). Por outro lado, é possível identificar um grupo significativo de produtos em declínio, como sendo os produtos do sector da madeira e cortiça e suas obras (-41.6%), pesca e aquicultura e serviços relacionados (-25.1%).

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 85 – Índice de complementaridade nas relações comerciais Portugal- Moçambique, 1995-2012
(Índice)

Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre 0. ausência de complementaridade e 1. perfeita complementaridade.

Quadro 45 – Exportações de Portugal para Moçambique por produtos
(milhares de euros)

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Máquinas e equipamentos, n.e.	6,274.9	9.7%	16,361.6	13.5%	71,401.1	21.8%	27.1%	44.5%	35.5%
Equipamento eléctrico	7,330.0	11.3%	13,555.5	11.2%	37,224.5	11.4%	16.6%	28.7%	22.5%
Produtos metálicos transformados, excepto máquinas e equipamento	3,443.4	5.3%	6,965.9	5.8%	36,059.8	11.0%	19.3%	50.8%	34.1%
Produtos alimentares	4,229.2	6.5%	12,750.5	10.5%	26,631.5	8.1%	31.8%	20.2%	25.9%
Produtos informáticos, electrónicos e ópticos	7,357.1	11.4%	8,523.2	7.1%	17,210.9	5.3%	3.7%	19.2%	11.2%
Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	430.5	0.7%	3,982.9	3.3%	15,612.0	4.8%	74.4%	40.7%	56.7%
Produtos químicos	4,475.4	6.9%	8,028.4	6.6%	13,710.6	4.2%	15.7%	14.3%	15.0%
Artigos de borracha e de matérias plásticas	1,940.9	3.0%	5,184.6	4.3%	12,395.3	3.8%	27.8%	24.3%	26.1%
Outros produtos minerais não metálicos	2,150.5	3.3%	3,705.5	3.1%	11,121.9	3.4%	14.6%	31.6%	22.8%
Mobiliário	2,127.2	3.3%	3,957.0	3.3%	11,041.4	3.4%	16.8%	29.2%	22.9%
Serviços de edição	10,560.1	16.3%	10,709.6	8.9%	9,233.8	2.8%	0.4%	-3.6%	-1.7%
Metais de base	1,149.3	1.8%	1,845.0	1.5%	8,774.1	2.7%	12.6%	47.7%	28.9%
Bebidas	3,577.5	5.5%	4,807.0	4.0%	7,989.8	2.4%	7.7%	13.5%	10.6%
Produtos farmacêuticos e preparações farmacêuticas de base	1,680.7	2.6%	1,999.7	1.7%	7,929.2	2.4%	4.4%	41.1%	21.4%
Papel e cartão e seus artigos	612.1	0.9%	2,302.4	1.9%	7,163.6	2.2%	39.3%	32.8%	36.0%
Produtos diversos das indústrias transformadoras	1,063.3	1.6%	2,954.8	2.4%	5,539.1	1.7%	29.1%	17.0%	22.9%
Vendas por grosso e a retalho e serviços de reparação de veículos automóveis e motociclos	270.7	0.4%	587.1	0.5%	5,271.9	1.6%	21.4%	73.1%	44.9%
Artigos de vestuário	997.8	1.5%	1,680.5	1.4%	4,352.0	1.3%	13.9%	26.9%	20.2%
Madeira e cortiça e suas obras, excepto mobiliário; obras de espartaria e de cestaria	416.4	0.6%	427.2	0.4%	3,839.8	1.2%	0.6%	73.2%	32.0%
Outro equipamento de transporte	1,066.9	1.6%	4,104.7	3.4%	3,829.0	1.2%	40.1%	-1.7%	17.3%

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Produtos têxteis	671.3	1.0%	1,312.9	1.1%	3,324.1	1.0%	18.3%	26.1%	22.1%
Couro e produtos afins	877.2	1.4%	1,323.6	1.1%	2,837.5	0.9%	10.8%	21.0%	15.8%
Coque e produtos petrolíferos refinados	1,001.0	1.5%	2,056.2	1.7%	2,036.2	0.6%	19.7%	-0.2%	9.3%
Outros	404.0	0.0%	596.7	0.5%	2,316.6	0.7%	10.2%	40.4%	24.4%
Total	64,684.6	100.0%	120,882.7	100.0%	326,845.8	100.0%	16.9%	28.2%	22.4%

Fonte: INE

Notas: Dados até 2011, provisórios de 2012 e preliminares de 2013; a coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade; a nomenclatura utilizada no apuramento dos valores deste indicador tem por base a Classificação Estatística dos Produtos por Actividades (CPA), estruturada a partir dos produtos definidos na CAE Rev.3, cujo critério básico de construção é a origem económica do produto (resultado de uma actividade económica).

Quadro 46 – Importações nacionais provenientes de Moçambique por produtos*(milhares de euros)*

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Produtos alimentares	20,303.9	64.1%	41,035.3	95.9%	49,492.6	78.9%	19.2%	4.8%	11.8%
Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	9,675.2	30.6%	906.0	2.1%	10,990.5	17.5%	-44.7%	86.6%	1.6%
Produtos metálicos transformados, excepto máquinas e equipamento	23.1	0.1%	83.6	0.2%	1,037.2	1.7%	37.9%	87.7%	60.9%
Máquinas e equipamentos, n.e.	6.1	0.0%	111.5	0.3%	501.7	0.8%	106.4%	45.7%	73.4%
Produtos da indústria do tabaco	0.0	0.0%	42.0	0.1%	191.4	0.3%	-	46.1%	-
Produtos informáticos, electrónicos e ópticos	22.6	0.1%	41.1	0.1%	160.8	0.3%	16.1%	40.6%	27.8%
Produtos têxteis	44.4	0.1%	71.1	0.2%	151.1	0.2%	12.5%	20.7%	16.5%
Produtos da pesca e da aquicultura e serviços relacionados	705.9	2.2%	331.8	0.8%	70.1	0.1%	-17.2%	-32.2%	-25.1%
Serviços de bibliotecas, arquivos e museus e outros serviços culturais	21.2	0.1%	10.2	0.0%	31.7	0.1%	-16.8%	32.9%	5.1%
Artigos de borracha e de matérias plásticas	0.1	0.0%	0.7	0.0%	31.0	0.0%	66.5%	156.6%	106.7%
Bebidas	43.3	0.1%	8.0	0.0%	17.4	0.0%	-34.5%	21.5%	-10.8%
Madeira e cortiça e suas obras, excepto mobiliário; obras de espartaria e de cestaria	626.5	2.0%	51.8	0.1%	8.5	0.0%	-46.4%	-36.3%	-41.6%
Serviços de recolha, tratamento e deposição de resíduos; serviços de valorização de materiais	14.0	0.0%	31.6	0.1%	8.1	0.0%	22.5%	-28.9%	-6.6%
Equipamento eléctrico	2.9	0.0%	5.5	0.0%	7.4	0.0%	16.8%	7.9%	12.2%
Outros	167.3	0.5%	69.4	0.2%	21.3	0.0%	-19.8%	-25.6%	-22.7%
Total	31,657.4	100.0%	42,799.6	100.0%	62,720.7	100.0%	7.8%	10.0%	8.9%

Fonte: INE

Notas: Dados até 2011, provisórios de 2012 e preliminares de 2013; a coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade; a nomenclatura utilizada no apuramento dos valores deste indicador tem por base a Classificação Estatística dos Produtos por Actividades (CPA), estruturada a partir dos produtos definidos na CAE Rev.3, cujo critério básico de construção é a origem económica do produto (resultado de uma actividade económica).

Comércio de serviços

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

O comércio de serviços entre Portugal e Moçambique totalizou em 2013 aproximadamente 106.9 milhões de euros de exportações e 56.4 milhões de euros de importações, pelo que a balança comercial bilateral nos serviços foi favorável a Portugal em cerca de 50.5 milhões de euros com uma tendência de reforço desta posição líquida.

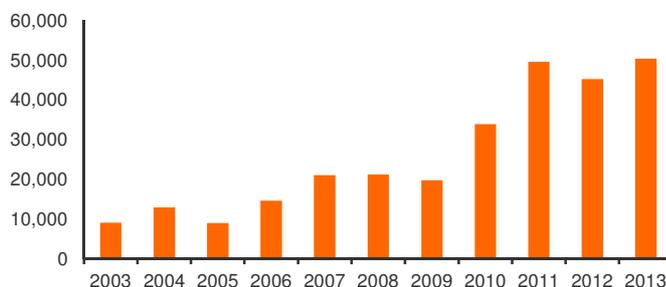
A evolução dos fluxos de comércio bilateral revela, de facto, uma tendência geral de crescimento das exportações e das importações que, entre 2003 e 2013, cresceram a uma taxa média anual de 11.9% e de 8.2%, respectivamente.

Apesar destes desempenhos, Moçambique ocupa a 22ª posição no *ranking* dos mercados de destino das exportações portuguesas e a 19ª posição nas origens de importações nacionais (0.5% do total transaccionado nos dois sentidos), ocupando o 3º lugar em termos do comércio de serviços no contexto dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Quadro 47 – Evolução da Balança Comercial de Serviços com Moçambique, posição relativa e quota, 2003-2013

	Exportações (milhares de euros)	Importações (milhares de euros)	%total das exportações	Posição (exportações)	%total das importações	Posição (importações)	Taxa de Cobertura
2003	34,848	25,738	0.32%	23	0.35%	22	135.40%
2004	35,604	22,600	0.30%	23	0.29%	26	157.54%
2005	27,959	18,919	0.23%	24	0.23%	29	147.78%
2006	35,175	20,500	0.24%	25	0.21%	30	171.59%
2007	43,042	22,011	0.25%	26	0.21%	33	195.55%
2008	45,517	24,325	0.25%	25	0.22%	33	187.12%
2009	42,876	23,095	0.26%	25	0.22%	32	185.65%
2010	62,132	28,199	0.35%	25	0.26%	29	220.33%
2011	86,146	36,521	0.45%	23	0.32%	28	235.88%
2012	95,219	50,003	0.50%	22	0.48%	19	190.43%
2013	106,879	56,414	0.52%	22	0.53%	19	189.45%

Fonte: Banco de Portugal

Figura 86 - Evolução do Saldo da Balança Comercial Bilateral de Serviços com Moçambique, 2003-2013*(milhares de euros)*

Fonte: Banco de Portugal

**Investimento**

Em 2013, Moçambique ocupou a 36ª posição no *ranking* global de IDE em território português com uma quota bastante reduzida, enquanto Portugal foi o 9º maior emissor de investimento para Moçambique com uma quota de 0.66%.

Na última década, o valor médio anual do investimento directo português em Moçambique foi de cerca de 85.7 milhões de euros com um pico de investimento em 2009 de aproximadamente 161.8 milhões de euros e o desinvestimento foi da ordem dos 67.6 milhões de euros. A evolução recente revela uma quebra de -39% dos fluxos de investimento português em Moçambique entre 2012 e 2013. Em 2013 o IDPE em Moçambique foi de apenas 93.3 milhões de euros, o segundo valor mais baixo dos últimos cinco anos, acompanhado por um desinvestimento de cerca de 148.2 milhões de euros e um investimento líquido negativo de -54.8 milhões de euros.

Por outro lado, na última década o investimento directo moçambicano em Portugal atingiu um valor médio anual da ordem dos 692.9 mil euros, enquanto os montantes de desinvestimento atingiram um valor mais elevado, alcançando uma média de 1.2 milhões de euros.

Os principais sectores receptores de investimento português em Moçambique têm sido as actividades financeiras e de seguros (62.7%), a construção em rápida ascensão (6% em 2003 e 29.6% em 2013) e as indústrias transformadoras (4.6%).

Quadro 48 – Fluxos de IDPE (Moçambique) , 2003-2013*(milhares de euros)*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ID Portugal em Moçambique	26,035	22,718	33,053	40,591	113,243	83,445	161,805	79,928	135,123	153,061	93,308
Desinvestimento	20,736	20,490	23,424	31,498	32,610	38,832	116,347	17,914	76,929	216,384	148,156
Líquido	5,299	2,228	9,629	9,093	80,633	44,613	45,458	62,014	58,194	-63,323	-54,848
% IDPE total (a)	0.26%	0.19%	0.34%	0.41%	0.76%	0.73%	2.08%	0.82%	0.69%	0.96%	0.66%
Destino (b)	15	19	17	18	13	15	10	16	9	8	9

Fonte: Banco de Portugal

(a) Com base no ID bruto total de Portugal

(b) Posição enquanto Origem do IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total num conjunto de 56 mercados

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Quadro 49 – Fluxos de IDPE por sector de actividade (Moçambique), 2003-2013*(% do IDPE bruto total)*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Actividades financeiras e de seguros	76.5%	67.6%	76.6%	85.5%	76.4%	68.7%	78.3%	41.8%	69.5%	59.9%	62.7%
Construção	6.0%	2.9%	9.6%	2.9%	16.3%	15.0%	10.5%	41.1%	28.9%	24.9%	29.6%
Indústrias transformadoras	3.4%	5.4%	2.4%	1.5%	1.7%	5.6%	0.0%	3.2%	4.7%	4.6%	4.6%
Actividades imobiliárias	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.5%	1.0%	3.2%	2.5%	1.7%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas	0.0%	0.0%	0.0%	0.1%	0.3%	7.5%	0.6%	2.3%	6.0%	9.5%	0.9%
Actividades de informação e de comunicação	0.3%	0.3%	0.1%	0.0%	0.2%	0.3%	0.2%	0.7%	-3.1%	0.5%	0.8%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.4%	10.0%	2.1%	2.4%	4.0%	2.5%	-0.4%	7.9%	1.2%	1.5%	0.8%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.3%	0.0%	0.0%	0.9%	1.0%	0.0%	0.0%
Outros Sectores	12.4%	13.7%	9.1%	7.6%	1.0%	0.6%	10.3%	1.2%	-11.4%	-3.4%	-1.1%
Total	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Banco de Portugal

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

Quadro 50 – Fluxos de IDE (Moçambique), 2003-2013*(milhares de euros)*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ID Moçambique em Portugal	91	21	16	1,895	175	23	1,564	1,527	786	410	1,114
Desinvestimento	247	74	146	609	85	2,765	204	2,030	1,218	1,646	3,699
Líquido	-156	-53	-130	1,286	90	-2,742	1,360	-503	-432	-1,236	-2,585
% IDE total (a)	0.00%	0.00%	0.00%	0.01%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Origem (b)	37	39	44	30	44	48	30	33	34	40	36

Fonte: Banco de Portugal

(a) Com base no ID bruto total de Portugal

(b) Posição enquanto Origem do IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total num conjunto de 56 mercados

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

Acordos bilaterais e de cooperação

Os acordos bilaterais e de cooperação estabelecidos entre Portugal e Moçambique e que se encontram efectivamente em vigor estão essencialmente concentrados no investimento e na fiscalidade.

O Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique e o respectivo regulamento de gestão entraram em vigor a 31 de Agosto de 2010 e encontram-se formalizados nos seguintes diplomas legais: Portaria n.º 76-A/2014, DR n.º 58, Série I, Suplemento, de 24 de Março; Portaria n.º 815/2010, DR n.º 168, Série I, de 30 de Agosto e no Decreto-Lei n.º 42/2010, DR n.º 84, Série I, 30 de Abril. Este fundo tem como objectivo promover o apoio ao investimento em Moçambique por parte de empresas portuguesas, ou com participação de empresas portuguesas, através do financiamento de projectos de investimento e de parcerias estratégicas, designadamente nas áreas da energia, em especial das energias renováveis, do ambiente e das infra-estruturas, com respeito por critérios de sustentabilidade económica, financeira e ambiental.

O Acordo de Cooperação sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos entrou em vigor a 31 de Outubro de 1998 e está contemplado no Aviso n.º 38/99, DR n.º 53, Série I-A, de 4 de Março e no Decreto n.º 13/96, DR n.º 124, Série I-A, de 28 de Maio. O objectivo deste acordo consiste em intensificar as relações de cooperação económica entre Portugal e Moçambique promovendo a realização de investimentos pelos investidores de qualquer um dos países em condições de igualdade e com



benefícios mútuos e, desta forma, estimulando a iniciativa privada e a melhoria do bem-estar das populações.

A Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre Rendimentos (com entrada em vigor a 5 de Dezembro de 1993 com os diplomas legais Aviso n.º 55/95, DR n.º 53, Série I-A, de 3 de Março; Decreto do Presidente da República n.º 60/92, DR n.º 300, Série I-A, de 30 de Dezembro e Resolução da Assembleia da República n.º 36/92, DR n.º 300, Série I-A, de 30 de Dezembro) e Protocolo de Revisão (entrada em vigor a 7 de Junho de 2009 assente nos diplomas legais Aviso n.º 45/2009, DR n.º 162, Série I, de 21 de Agosto; Decreto do Presidente da República n.º 45/2009, DR n.º 89, Série I, de 8 de Maio e Resolução da Assembleia da República n.º 36/2009, DR n.º 89, Série I, de 8 de Maio). Esta convenção visa fomentar as relações económicas e culturais bilaterais pela eliminação da dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e desenvolvimento da cooperação na área da fiscalidade.

Para além destes acordos, importa referir um conjunto de outros acordos que, embora não estejam em vigor, demonstram o esforço de cooperação Portugal-Moçambique como é o caso da Convenção sobre Segurança Social (Decreto n.º 19/2011, DR n.º 233, Série I, de 6 de Dezembro), o Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo (Decreto n.º 14/2009, DR n.º 96, Série I, de 19 de Maio), o Protocolo de Cooperação nas Áreas do Emprego, da Formação Profissional, das Relações Laborais e da Segurança Social (Decreto n.º 41/99, DR n.º 246, Série I-A, de 21 de Outubro) e o Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria (Decreto n.º 38/93, DR n.º 253, Série I-A, de 28 de Outubro).

5.5 Relações bilaterais Portugal-São Tomé e Príncipe

Comércio de bens

As relações comerciais entre Portugal e São Tomé e Príncipe estão fundamentalmente centradas nas exportações de Portugal com destino a esse país que totalizam 50.4 milhões de euros (0.11% do total exportado em 2013), não tendo relevância as importações com origem no mercado são-tomense. Na última década assistiu-se a uma ascensão das exportações portuguesas, que cresceram a 7.1% ao ano, tendo duplicado neste período. Em 2013, as importações registam o valor mais baixo desde 2003, cerca de 45 milhões de euros, o que lhe atribui o 162º lugar no *ranking* global.

A balança comercial é assim, invariavelmente favorável a Portugal, tendo registado um saldo positivo de máximo de 50.4 milhões de euros em 2013, traduzida numa taxa de cobertura muito elevada.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Quadro 51 – Evolução da Balança Comercial de Bens Portugal-São Tomé e Príncipe, posição relativa e quota, 2003-2013

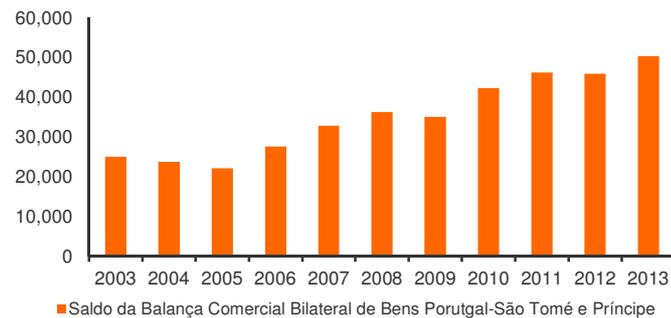
	Exportações (milhares de euros)	Importações (milhares de euros)	% total das saídas	Posição (saídas)	% total das entradas	Posição (entradas)	Taxa de Cobertura
2003	25,314	300	0.09%	46	0.00%	149	8435.87%
2004	24,007	275	0.08%	51	0.00%	155	8730.15%
2005	22,412	258	0.07%	54	0.00%	153	8691.59%
2006	28,311	719	0.08%	49	0.00%	141	3935.27%
2007	33,076	255	0.09%	51	0.00%	154	12989.23%
2008	36,546	309	0.09%	54	0.00%	150	11841.17%
2009	35,547	479	0.11%	51	0.00%	136	7423.50%
2010	42,613	295	0.11%	55	0.00%	147	14458.57%
2011	46,544	270	0.11%	53	0.00%	145	17243.73%
2012	46,238	247	0.10%	55	0.00%	146	18728.85%
2013	50,447	45	0.11%	56	0.00%	162	113250.60%

Fonte: INE

Nota: Os termos Saídas e Entradas correspondem aos agregados (Expedições+Exportações) e (Chegadas+Importações), cujas designações se referem às trocas comerciais IntraUE e ExtraUE, respectivamente.

Figura 87 – Evolução do Saldo da Balança comercial bilateral de bens Portugal-São Tomé e Príncipe, 2003-2013

(milhares de euros)



■ Saldo da Balança Comercial Bilateral de Bens Portugal-São Tomé e Príncipe

Fonte: INE

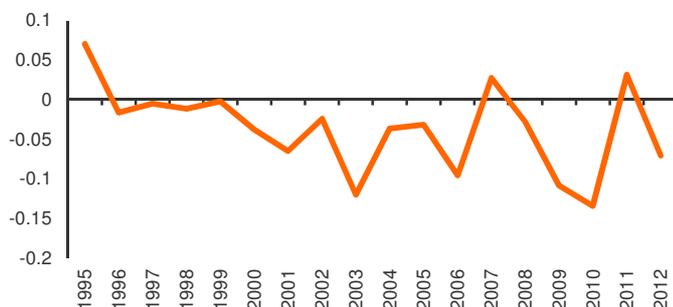
O índice de correlação comercial apresenta uma evolução irregular sem uma tendência definida quanto ao estatuto de parceiros comerciais naturais ou de economias competidoras no mercado global. Não obstante pode observar-se uma elevada dissimilitude comercial, tanto nas importações, como principalmente nas exportações, o que poderá afigurar uma situação de não sobreposição de mercados e/ou de produtos de exportação.

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 88 – Índice de Correlação Comercial Portugal-São Tomé e Príncipe, 1995-2012

(Índice)

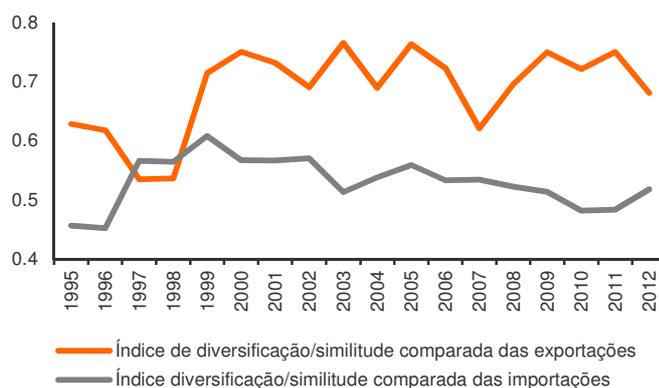


Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre -1 e 1, onde valores negativos reportam a parceiros comerciais naturais e positivos a economias competidoras no mercado global.

Figura 89 – Índice de diversificação comercial comparada Portugal-São Tomé e Príncipe, 1995-2012

(Índice)



Fonte: UNCTAD

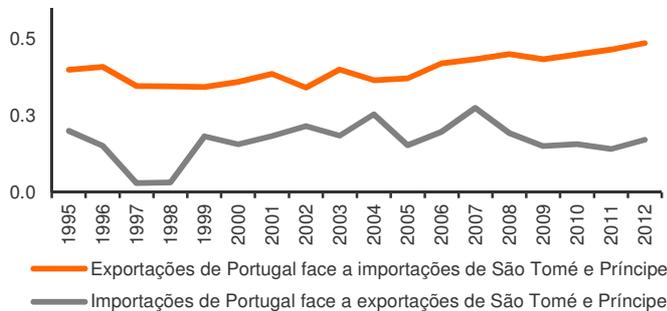
Nota: varia entre 0. estrutura comercial semelhante e 1. estrutura comercial dissimelhante

Registam-se níveis reduzidos de complementaridade comercial, especialmente no que respeita ao perfil de importações de Portugal face à oferta de exportações gerada pela economia são-tomense. É possível, no entanto, verificar que os produtos do sector alimentar e bebidas constituíram a principal categoria de exportação de Portugal para São Tomé e Príncipe em 2013 com um peso conjunto de 42.3% do total das exportações. Importa ainda realçar o crescimento das exportações de produtos de coque e produtos petrolíferos e refinados (22.1%), couro e produtos afins (17.3%) e produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados (14.9%).

No que respeita às importações, destacam-se pela sua importância relativa os produtos alimentares e o equipamento eléctrico com pesos de, respectivamente, 57.0% e 21.7% do total de importações em 2013. Entre 2005 e 2013, os decréscimos médios anuais mais significativos registaram-se nos produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados (-33.5%) e nas máquinas e equipamentos (-26.7%).

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 90 – Índice de complementaridade nas relações comerciais Portugal-São Tomé e Príncipe, 1995-2012
(Índice)

Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre 0. ausência de complementaridade e 1. perfeita complementaridade.

Quadro 52 – Exportações de Portugal para São Tomé e Príncipe por produtos
(milhares de euros)

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Produtos alimentares	3,697.1	16.5%	5,413.0	15.2%	14,099.8	27.9%	10.0%	27.0%	18.2%
Bebidas	2,768.9	12.4%	3,969.2	11.2%	7,231.4	14.3%	9.4%	16.2%	12.7%
Máquinas e equipamentos, n.e.	1,973.0	8.8%	2,606.0	7.3%	3,886.9	7.7%	7.2%	10.5%	8.8%
Produtos químicos	1,753.9	7.8%	2,393.8	6.7%	3,218.7	6.4%	8.1%	7.7%	7.9%
Produtos metálicos transformados, excepto máquinas e equipamento	1,494.6	6.7%	2,291.1	6.4%	3,208.7	6.4%	11.3%	8.8%	10.0%
Equipamento eléctrico	1,175.9	5.2%	4,300.3	12.1%	2,958.4	5.9%	38.3%	-8.9%	12.2%
Outros produtos minerais não metálicos	1,264.0	5.6%	2,094.2	5.9%	2,496.0	4.9%	13.5%	4.5%	8.9%
Artigos de borracha e de matérias plásticas	941.7	4.2%	1,617.9	4.6%	2,080.3	4.1%	14.5%	6.5%	10.4%
Produtos informáticos, electrónicos e ópticos	2,031.4	9.1%	2,739.8	7.7%	1,851.2	3.7%	7.8%	-9.3%	-1.2%
Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	422.6	1.9%	661.1	1.9%	1,287.8	2.6%	11.8%	18.1%	14.9%
Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	749.8	3.3%	1,247.3	3.5%	1,029.9	2.0%	13.6%	-4.7%	4.0%
Mobiliário	452.8	2.0%	776.3	2.2%	1,027.9	2.0%	14.4%	7.3%	10.8%
Vendas por grosso e a retalho e serviços de reparação de veículos automóveis e motocicletas	491.5	2.2%	998.7	2.8%	880.0	1.7%	19.4%	-3.1%	7.6%
Papel e cartão e seus artigos	262.6	1.2%	441.3	1.2%	702.9	1.4%	13.9%	12.3%	13.1%
Coque e produtos petrolíferos refinados	131.3	0.6%	368.2	1.0%	650.6	1.3%	29.4%	15.3%	22.1%
Produtos diversos das indústrias transformadoras	308.3	1.4%	557.4	1.6%	597.7	1.2%	16.0%	1.8%	8.6%
Metais de base	695.1	3.1%	917.9	2.6%	582.8	1.2%	7.2%	-10.7%	-2.2%
Produtos farmacêuticos e preparações farmacêuticas de base	375.3	1.7%	322.3	0.9%	509.6	1.0%	-3.7%	12.1%	3.9%
Artigos de vestuário	391.6	1.7%	272.0	0.8%	439.0	0.9%	-8.7%	12.7%	1.4%
Couro e produtos afins	120.5	0.5%	193.7	0.5%	432.0	0.9%	12.6%	22.2%	17.3%
Produtos têxteis	247.2	1.1%	335.9	0.9%	415.4	0.8%	8.0%	5.5%	6.7%

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Serviços de edição	306.2	1.4%	445.2	1.3%	320.4	0.6%	9.8%	-7.9%	0.6%
Outros	356.1	1.6%	565.0	1.6%	539.8	1.1%	12.2%	-1.1%	5.3%
Total	22,411.7	100.0%	35,546.7	100.0%	50,447.5	100.0%	12.2%	9.1%	10.7%

Fonte: INE

Notas: Dados até 2011, provisórios de 2012 e preliminares de 2013; a coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade; a nomenclatura utilizada no apuramento dos valores deste indicador tem por base a Classificação Estatística dos Produtos por Actividades (CPA), estruturada a partir dos produtos definidos na CAE Rev.3, cujo critério básico de construção é a origem económica do produto (resultado de uma actividade económica).

Quadro 53 – Importações nacionais provenientes de São Tomé e Príncipe por produtos*(milhares de euros)*

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Produtos alimentares	117.9	45.7%	162.0	33.8%	25.4	57.0%	8.3%	-37.1%	-17.5%
Equipamento eléctrico	1.8	0.7%	12.3	2.6%	9.7	21.7%	61.7%	-5.8%	23.4%
Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	100.0	38.8%	135.9	28.4%	3.8	8.6%	8.0%	-59.1%	-33.5%
Produtos informáticos, electrónicos e ópticos	5.2	2.0%	92.4	19.3%	3.8	8.4%	105.7%	-55.1%	-3.9%
Produtos diversos das indústrias transformadoras	0.0	0.0%	0.0	0.0%	0.5	1.2%	-	-	-
Outros produtos minerais não metálicos	0.0	0.0%	0.0	0.0%	0.4	0.9%	-	-	-
Máquinas e equipamentos, n.e.	4.0	1.5%	0.0	0.0%	0.3	0.7%	-	-	-26.7%
Produtos têxteis	0.0	0.0%	0.0	0.0%	0.3	0.6%	-	-	-
Produtos metálicos transformados, excepto máquinas e equipamento	0.5	0.2%	0.7	0.1%	0.1	0.2%	6.6%	-36.4%	-17.6%
Artigos de vestuário	0.0	0.0%	0.0	0.0%	0.1	0.2%	-	-	-
Serviços de edição	0.0	0.0%	0.0	0.0%	0.1	0.2%	-	-	-
Produtos químicos	0.0	0.0%	0.0	0.0%	0.0	0.1%	-	-	-
Artigos de borracha e de matérias plásticas	0.0	0.0%	0.0	0.0%	0.0	0.1%	-	-	-6.4%
Papel e cartão e seus artigos	0.0	0.0%	0.0	0.0%	0.0	0.0%	-	-	-
Couro e produtos afins	0.0	0.0%	5.2	1.1%	0.0	0.0%	-	-80.8%	-
Outros	28.5	11.0%	70.4	14.7%	-	0.0%	25.4%	-	-
Total	257.9	100.0%	478.8	100.0%	44.5	100.0%	16.7%	-44.8%	-19.7%

Fonte: INE

Notas: Dados até 2011, provisórios de 2012 e preliminares de 2013; a coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade; a nomenclatura utilizada no apuramento dos valores deste indicador tem por base a Classificação Estatística dos Produtos por Actividades (CPA), estruturada a partir dos produtos definidos na CAE Rev.3, cujo critério básico de construção é a origem económica do produto (resultado de uma actividade económica).

Comércio de serviços

O comércio de serviços entre Portugal e São Tomé e Príncipe tem apresentado reduzido dinamismo e representatividade no contexto do comércio internacional português. Em 2013, São Tomé ocupou a posição 51^ª do *ranking* destinos das exportações portuguesas (0.04% do total exportado) com uma tendência de redução de -4.6% ao ano desde 2003.

As importações de Portugal oriundas do mercado são-tomense também apresentam pequena representatividade (0.07% do total importado em 2013) ainda que tenham registado um crescimento

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

médio anual de 14.2% ao ano desde 2003, contrastando com a já referida evolução negativa das exportações.

São estas tendências que justificam que a balança comercial bilateral de serviços seja, desde 2003, positiva para Portugal, registando-se neste período uma redução da diferença entre exportações e importações (652 mil euros em 2013 contra 6.8 milhões de euros em 2012).

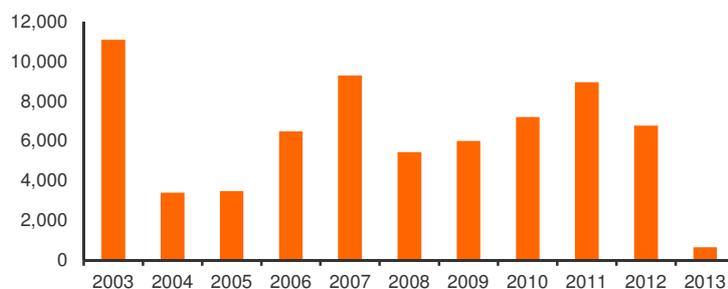
Quadro 54 – Evolução da Balança Comercial de Serviços com São Tomé e Príncipe, posição relativa e quota, 2003-2013

	Exportações (milhares de euros)	Importações (milhares de euros)	% total das exportações	Posição (exportações)	% total das importações	Posição (importações)	Taxa de Cobertura
2003	13,104	2,003	0.12%	29	0.03%	47	654.22%
2004	5,544	2,162	0.05%	36	0.03%	48	256.43%
2005	6,673	3,204	0.05%	34	0.04%	46	208.27%
2006	9,265	2,799	0.06%	37	0.03%	51	331.01%
2007	13,270	3,974	0.08%	37	0.04%	51	333.92%
2008	10,376	4,946	0.06%	42	0.04%	48	209.79%
2009	8,966	2,978	0.05%	42	0.03%	52	301.07%
2010	10,504	3,305	0.06%	42	0.03%	52	317.82%
2011	12,429	3,478	0.06%	44	0.03%	51	357.36%
2012	12,119	5,352	0.06%	46	0.05%	51	226.44%
2013	8,177	7,525	0.04%	51	0.07%	45	108.66%

Fonte: Banco de Portugal

Figura 91 - Evolução do Saldo da Balança Comercial Bilateral de Serviços com São Tomé e Príncipe, 2003-2013

(milhares de euros)



Fonte: Banco de Portugal

Investimento

As estatísticas do Banco de Portugal de 2013 posicionam São Tomé e Príncipe no 30º lugar do *ranking* de economias de destino do investimento directo português no estrangeiro com 0.03% do IDPE. Por seu lado, o investimento de São Tomé e Príncipe em Portugal não apresenta expressão no total do IDE em território nacional.

Entre 2003 e 2013, o investimento médio anual de Portugal em Santo Tomé e Príncipe foi de 2.5 milhões de euros e o desinvestimento de 3.8 milhões de euros, resultando um investimento líquido médio anual negativo de -1.3 milhões de euros. Os principais sectores de investimento nacional em São Tomé e

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Príncipe são a construção (86.8% em 2013) e as actividades financeiras e de seguros (3.8% em 2013), estas últimas com perda de relevância.

Quadro 55 – Fluxos de IDPE (São Tomé e Príncipe), 2003-2013*(milhares de euros)*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ID Portugal em São Tomé e Príncipe	1,739	2,169	731	732	2,480	2,739	619	2,935	5,567	3,889	4,167
Desinvestimento	3,846	0	0	53	11,532	3,521	869	6,298	9,617	5,573	403
Líquido	-2,107	2,169	731	679	-9,052	-782	-250	-3,363	-4,050	-1,684	3,764
% IDPE total (a)	0.02%	0.02%	0.01%	0.01%	0.02%	0.02%	0.01%	0.03%	0.03%	0.02%	0.03%
Destino (b)	25	27	36	39	32	35	35	35	31	33	30

Fonte: Banco de Portugal

(a) Com base no ID bruto total de Portugal

(b) Posição enquanto Origem do IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total num conjunto de 56 mercados

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

Quadro 56 – Fluxos de IDPE por sector de actividade (São Tomé e Príncipe), 2003-2013*(% do IDPE bruto total)*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Construção	1.9%	0.0%	0.0%	16.4%	32.1%	18.7%	4.8%	75.6%	77.9%	112.9%	86.8%
Actividades financeiras e de seguros	53.7%	2.4%	0.0%	31.1%	16.1%	0.0%	94.0%	13.9%	9.8%	14.4%	3.8%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.4%	0.0%	0.0%	9.3%	1.0%	1.9%	0.5%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.5%	0.0%	0.0%	0.0%	24.0%	0.3%
Indústrias transformadoras	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.5%	0.8%	0.0%	1.9%	0.0%	0.0%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Actividades de informação e de comunicação	17.7%	22.0%	62.2%	50.8%	13.9%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Actividades imobiliárias	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Outros Sectores	26.7%	75.7%	37.8%	1.6%	37.4%	80.3%	0.3%	1.1%	9.4%	-53.1%	8.7%
Total	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Banco de Portugal

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

Quadro 57 – Fluxos de IDE (São Tomé e Príncipe), 2003-2013*(milhares de euros)*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ID São Tomé e Príncipe em Portugal	0	20	161	498	0	0	66	0	0	0	0
Desinvestimento	0	0	0	0	0	0	0	0	35	1,080	822
Líquido	0	20	161	498	0	0	66	0	-35	-1,080	-822
% IDE total (a)	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Origem (b)	0	41	36	36	0	0	46	0	0	0	0

Fonte: Banco de Portugal

(a) Com base no ID bruto total de Portugal

(b) Posição enquanto Origem do IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total num conjunto de 56 mercados

- Valores negativos de investimento bruto associados a lucros reinvestidos negativos (prejuízos)

Acordos bilaterais e de cooperação

Os acordos bilaterais e de cooperação estabelecidos entre Portugal e São Tomé e Príncipe estão direccionados para as áreas económica, social, de investimento, turismo e indústria.



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

O Acordo de Cooperação Económica é regido pelo Decreto n.º 7/2010, DR n.º 79, de 23 de Abril. Este acordo parte do reconhecimento da proximidade cultural entre Portugal e São Tomé e Príncipe e visa o aprofundamento das relações económicas bilaterais, particularmente através da criação de condições para o fomento das transacções comerciais e de investimento. Adicionalmente tem como objectivos a reforma, abertura e expansão sustentada da economia de São Tomé e Príncipe mantendo a estabilidade macroeconómica e financeira.

A Convenção sobre a Segurança Social entrou em vigor a 29 de Setembro de 2005 e está sustentada no aviso n.º 451/2005, DR n.º 241, de 19 de Dezembro e no Decreto n.º 24/2005, DR n.º 213, Série I-A, de 7 de Novembro. Esta convenção assenta no princípio da igualdade de tratamento dos nacionais de Portugal e São Tomé e Príncipe no âmbito da Segurança Social.

O Protocolo de Cooperação nos Domínios do Emprego, da Formação Profissional, das Relações Laborais, da Segurança Social e da Inserção Social foi criado pelo Decreto n.º 9/2000, DR n.º 113, Série I-B, de 16 de Maio. Este protocolo pretende ser uma resposta conjunta aos desafios do emprego, da formação profissional e das relações laborais, bem com da obtenção de acrescida eficácia de protecção em matéria de segurança social e de inserção social.

O Acordo sobre a Promoção e a Protecção Mútua de Investimentos foi formalmente estabelecido pelo Decreto n.º 36/97, DR n.º 164, Série I-A, de 18 de Julho. Pretende ser um instrumento de intensificação da cooperação económica entre Portugal e São Tomé e Príncipe, criando condições favoráveis ao investimento e promovendo a iniciativa privada e a melhoria das condições de vida das populações.

O Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo foi formalmente estabelecido pelo Decreto n.º 31/92, DR n.º 153, Série I-A, de 6 de Julho. Este acordo visa o aprofundamento das relações históricas entre Portugal e São Tomé e Príncipe, por via da cooperação no domínio do turismo.

O Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria foi formalmente estabelecido pelo Decreto n.º 30/92, DR n.º 151, Série I-A, de 3 de Julho. Este acordo visa a resolução de problemas com que a indústria se confronta. Entre as acções de cooperação previstas, destacam-se: a consultoria e apoio técnico aos problemas do sector industrial, designadamente a formulação da política industrial, estudos sectoriais ou de produtos com vista à detecção de oportunidades de investimento, acções na área da propriedade industrial, da qualidade, engenharia financeira, entre outras; promoção e apoio ao desenvolvimento da cooperação entre empresas portuguesas e santomenses; envio, em regime de permuta, de publicações periódicas e não periódicas que interessem ao sector; apoio técnico à organização de centros de informação e de documentação; apoio à formação profissional e aperfeiçoamento de quadros técnicos, através da frequência de cursos, seminários e sessões de informação técnico-económica a realizar em Portugal ou na República Democrática de São Tomé e Príncipe; apoio à formação e aperfeiçoamento de quadros técnicos através da realização de estágios em Portugal, em entidades públicas e privadas; promoção do intercâmbio de informações sobre reuniões nacionais e internacionais no domínio da indústria em que participem as instituições que as representam.



5.6 Relações bilaterais Portugal-Timor-Leste

Comércio de bens

As relações comerciais entre Portugal e Timor-Leste são ainda pouco expressivas¹¹, o que se fica a dever ao facto deste país ter apenas recentemente iniciado o seu percurso de desenvolvimento independente, estando ainda num processo de (re)construção. Não obstante, a evolução registada entre 2003 e 2013 tem sido bastante favorável com uma intensificação dos fluxos de exportação (7.2 milhões euros em 2013) e de importação (787 mil euros em 2013) que cresceram a 4% ao ano. O saldo da balança comercial bilateral é favorável a Portugal com um *superavit* de mais de 6.5 milhões de euros em 2013.

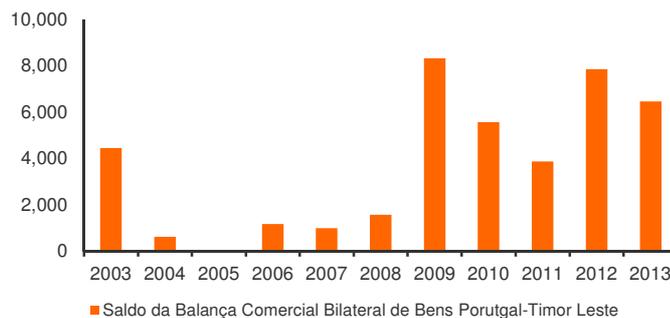
Quadro 58 – Evolução da Balança Comercial de Bens Portugal-Timor-Leste, posição relativa e quota, 2003-2013

	Exportações (milhares de euros)	Importações (milhares de euros)	% total das saídas	Posição (saídas)	% total das entradas	Posição (entradas)	Taxa de Cobertura
2003	4,983	539	0.02%	82	0.00%	144	924.25%
2004	1,385	774	0.00%	122	0.00%	140	179.00%
2005	1,231	1,271	0.00%	120	0.00%	137	96.84%
2006	2,448	1,286	0.01%	110	0.00%	134	190.38%
2007	1,202	222	0.00%	132	0.00%	156	542.66%
2008	2,080	520	0.01%	123	0.00%	143	400.33%
2009	9,229	911	0.03%	82	0.00%	127	1013.41%
2010	6,677	1,119	0.02%	95	0.00%	126	596.63%
2011	4,899	1,026	0.01%	107	0.00%	132	477.36%
2012	8,072	227	0.02%	98	0.00%	148	3563.38%
2013	7,245	787	0.02%	109	0.00%	137	920.16%

Fonte: INE

Nota: Os termos Saídas e Entradas correspondem aos agregados (Expedições+Exportações) e (Chegadas+Importações), cujas designações se referem às trocas comerciais IntraUE e ExtraUE, respectivamente.

Figura 92 – Evolução do Saldo da Balança comercial bilateral de bens Portugal-Timor-Leste, 2003-2013
(milhares de euros)



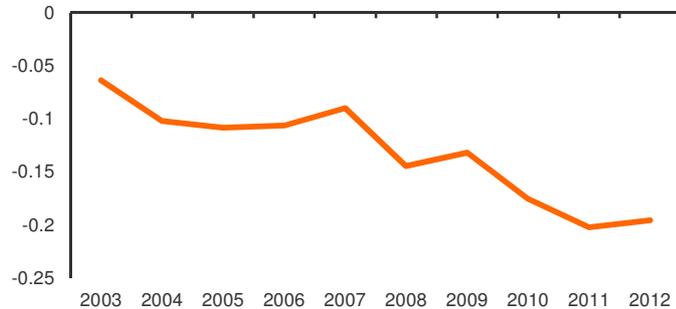
Fonte: INE

O índice de correlação comercial demonstra uma tendência de crescente de afirmação de Portugal e Timor-Leste como parceiros comerciais naturais. Este facto parece confirmar-se por uma reduzida tendência concorrencial, tal como traduzido pelo índice de diversificação comercial comparada que demonstra dissimilitudes nas estruturas de exportação e também de importação de produtos a nível global.

¹¹ Não se desenvolvem os pontos relativos ao comércio de serviços e de investimento devido à indisponibilidade de dados estatísticos para as relações bilaterais desta natureza.

**Figura 93 – Índice de Correlação Comercial Portugal-Timor-Leste, 2003-2013**

(Índice)

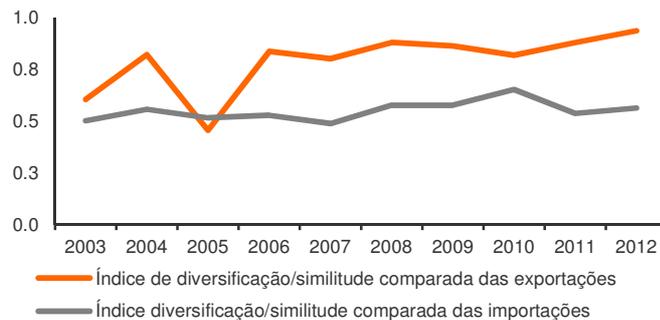


Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre -1 e 1, onde valores negativos reportam a parceiros comerciais naturais e positivos a economias competidoras no mercado global.

Figura 94 – Índice de diversificação comercial comparada Portugal-Timor-Leste, 2003-2013

(Índice)



Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre 0. estrutura comercial semelhante e 1. estrutura comercial dissemelhante

Por outro lado, o índice de complementaridade corrobora a reduzida intensidade do comércio entre Portugal e Timor-Leste em resultado de uma limitada complementaridade das exportações nacionais face às necessidades de importação de Timor-Leste, facto que se verifica de forma ainda mais acentuada no que diz respeito à não correspondência do perfil de importações nacionais face à especialização exportadora do país.

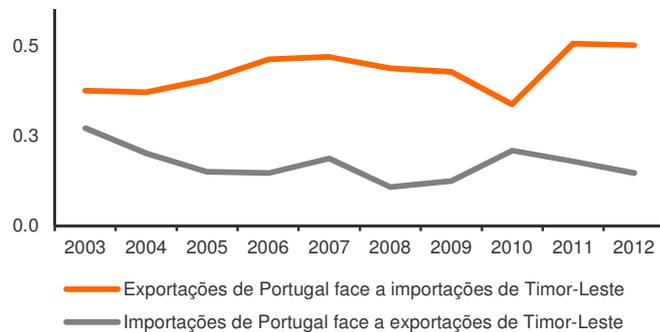
Na óptica das exportações portuguesas para a economia timorense a primazia vai para os produtos informáticos, electrónicos e ópticos (23.2%), alimentares (21.7%) e os serviços de edição (16.6%), destacando-se o crescimento exportador do mobiliário (159.8%), artigos de borracha e matérias plásticas (103.7%) e de outros produtos minerais não metálicos (82.7%). Na perspectiva das importações verifica-se uma forte concentração em produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados (88.5%).

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Figura 95 – Índice de complementaridade nas relações comerciais Portugal-Timor-Leste, 2003-2013

(Índice)



Fonte: UNCTAD

Nota: varia entre 0. ausência de complementaridade e 1. perfeita complementaridade.

Quadro 59 – Exportações de Portugal para Timor-Leste por produtos

(euros)

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Produtos informáticos, electrónicos e ópticos	536,906	43.6%	3,757,015	40.7%	1,679,181	23.2%	62.6%	-18.2%	15.3%
Produtos alimentares	29,054	2.4%	405,511	4.4%	1,573,398	21.7%	93.3%	40.3%	64.7%
Serviços de edição	75,403	6.1%	3,164,361	34.3%	1,200,580	16.6%	154.5%	-21.5%	41.3%
Bebidas	128,162	10.4%	436,953	4.7%	802,265	11.1%	35.9%	16.4%	25.8%
Equipamento eléctrico	113,928	9.3%	694,593	7.5%	543,168	7.5%	57.1%	-6.0%	21.6%
Produtos metálicos transformados, excepto máquinas e equipamento	95,587	7.8%	203,005	2.2%	326,704	4.5%	20.7%	12.6%	16.6%
Produtos diversos das indústrias transformadoras	123,482	10.0%	13,366	0.1%	320,851	4.4%	-42.6%	121.3%	12.7%
Máquinas e equipamentos, n.e.	23,210	1.9%	174,447	1.9%	178,092	2.5%	65.6%	0.5%	29.0%
Outros produtos minerais não metálicos	1,015	0.1%	175,988	1.9%	126,063	1.7%	262.9%	-8.0%	82.7%
Mobiliário	60	0.0%	14,786	0.2%	124,499	1.7%	296.2%	70.3%	159.8%
Couro e produtos afins	4,765	0.4%	389	0.0%	70,732	1.0%	-46.5%	267.2%	40.1%
Metais de base	0	0.0%	4,354	0.0%	69,196	1.0%	-	99.7%	-
Artigos de borracha e de matérias plásticas	178	0.0%	3,951	0.0%	52,845	0.7%	117.1%	91.2%	103.7%
Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	35,191	2.9%	78,108	0.8%	44,177	0.6%	22.1%	-13.3%	2.9%
Produtos químicos	2,413	0.2%	16,229	0.2%	32,799	0.5%	61.0%	19.2%	38.6%
Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	580	0.0%	1,942	0.0%	30,395	0.4%	35.3%	98.9%	64.0%
Outros	61,388	5.0%	83,984	0.9%	70,442	1.0%	8.2%	-4.3%	1.7%
Total	1,231,322	100.0%	9,228,982	100.0%	7,245,387	100.0%	65.5%	-5.9%	24.8%

Fonte: INE

Notas: Dados até 2011, provisórios de 2012 e preliminares de 2013; a coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade; a nomenclatura utilizada no apuramento dos valores deste indicador tem por base a Classificação Estatística dos Produtos por Actividades (CPA), estruturada a partir dos produtos definidos na CAE Rev.3, cujo critério básico de construção é a origem económica do produto (resultado de uma actividade económica).

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Quadro 60 – Importações nacionais provenientes de Timor-Leste por produtos

(euros)

Tipo de produto (CPA 2008)	2005	% Total	2009	% Total	2013	% Total	TMCA 2005-09	TMCA 2009-13	TMCA 2005-13
Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados	924,219	72.7%	889,269	97.6%	696,837	88.5%	-1.0%	-5.9%	-3.5%
Produtos têxteis	396	0.0%	0	0.0%	70,000	8.9%	-	-	91.0%
Produtos informáticos, electrónicos e ópticos	222,558	17.5%	6,852	0.8%	16,252	2.1%	-58.1%	24.1%	-27.9%
Equipamento eléctrico	16,130	1.3%	9,423	1.0%	4,316	0.5%	-12.6%	-17.7%	-15.2%
Outros	108,176	8.5%	5,146	0.6%	0	0.0%	-53.3%	-	-
Total	1,271,479	100.0%	910,690	100.0%	787,405	100.0%	-8.0%	-3.6%	-5.8%

Fonte: INE

Notas: Dados até 2011, provisórios de 2012 e preliminares de 2013; a coluna do Total poderá não corresponder à soma das várias componentes, por questões de tratamento de confidencialidade; a nomenclatura utilizada no apuramento dos valores deste indicador tem por base a Classificação Estatística dos Produtos por Actividades (CPA), estruturada a partir dos produtos definidos na CAE Rev.3, cujo critério básico de construção é a origem económica do produto (resultado de uma actividade económica).

Acordos bilaterais e de cooperação

Os acordos bilaterais e de cooperação entre Portugal e Timor-Leste estão centrados nas matérias de fiscalidade, investimento, desenvolvimento económico e histórico-cultural.

A Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento instituída pelo Decreto do Presidente da República n.º 139/2012, DR n.º 154, Série I, de 9 de Agosto e pela Resolução da Assembleia da República n.º 112/2012, DR n.º 154, Série I, de 9 de Agosto visa fomentar as relações económicas e culturais bilaterais pela eliminação da dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e desenvolver a cooperação entre os dois países na área da fiscalidade.

O Acordo Quadro de Cooperação entrou em vigor a 7 de Abril de 2004 com o aviso n.º 30/2004, DR n.º 82, Série I, de 6 de Abril, o Decreto do Presidente da República n.º 4/2004, DR n.º 10, Série I-A, de 13 de Janeiro e a Resolução da Assembleia da República n.º 5/2004, DR n.º 10, Série I-A, de 13 de Janeiro. *Este Acordo Quadro de Cooperação define os princípios gerais que irão reger as relações entre os dois Estados, à luz dos seguintes princípios e objectivos: 1) O desenvolvimento económico, social e cultural, alicerçado no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no princípio da organização democrática da sociedade e do Estado, e na busca de uma maior e mais ampla justiça social; 2) O estreitamento das relações entre os dois povos à luz dos princípios e objectivos consagrados na Carta das Nações Unidas; 3) A consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em que Portugal e Timor-Leste se integram, que se considera ser um instrumento fundamental na prossecução de interesses comuns; 4) A participação de Portugal e de Timor-Leste em processos de integração regional, permitindo a aproximação entre a Europa e o Sudeste Asiático para a intensificação das suas relações.*

O Acordo sobre a Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos entrou em vigor a 7 de Abril de 2004 instituído pelo aviso n.º 29/2004, DR n.º 82, Série I-A, de 6 de Abril e o Decreto n.º 20/2003, DR n.º 102, Série I-A, de 3 de Maio. Subjacente a este acordo está o objectivo de intensificar a cooperação económica Portugal-Timor-Leste, através da criação de condições favoráveis aos investidores de ambos os países que promovam a iniciativa privada e a melhoria da qualidade de vida das populações.



5.7 Iniciativas relevantes para a promoção das relações económicas bilaterais

O esforço de desenvolvimento e consolidação das relações bilaterais entre Portugal e os países de referência deste estudo (Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) está patente nas diversas iniciativas globais e específicas de promoção da internacionalização da economia portuguesa. Estas acções têm como objectivo o reforço das exportações nacionais, das condições de atractividade de investimento estrangeiro e a penetração de investimento nacional em mercados externos numa óptica de diversificação e de aprofundamento da presença nacional em novos mercados. A proximidade histórico-cultural faz com que os referidos países se constituam como alvos privilegiados e estratégicos nestes avanços internacionais da economia portuguesa, especialmente numa abordagem extra europeia.

Neste enquadramento, o Sistema de Incentivos (SI) às Empresas tem-se constituído como um instrumento relevante no apoio a projectos de internacionalização. De acordo com o *Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional Factores de Competitividade*, até Dezembro de 2012, cerca de 7% do investimento elegível apoiado foi directamente destinado à promoção internacional, nomeadamente pela via do Sistema de Incentivos Qualificação PME (SIQPME) com presença em cerca de 1.424 projectos de natureza individual e 129 projectos conjuntos do SIQPME (aproximadamente 64% do total dos projectos apoiados).

Segundo este mesmo estudo, o programa tem tido forte impacto no objectivo de diversificação de mercados, especialmente no que diz respeito ao alcance de mercados extra-UE verificando-se que, em média, cada promotor apoiado no âmbito dos SI propõe-se apostar na entrada em 2 novos mercados externos tendencialmente localizados em mercados fora da UE.

A tendência é, assim, de reduzidas alterações no padrão actual de posicionamento face à Europa (onde se destacam os mercados de Espanha, França e Alemanha) e de fortes intenções de entrada em outros destinos fora da UE entre os quais Angola, EUA, Brasil, Argélia e Marrocos. Sectorialmente, os esforços de internacionalização e de diversificação de mercados respeitam fundamentalmente a projectos na área da construção, serviços e comércio e indústria.

Entre 2008 e 2014, foi aprovado um conjunto de projectos internacionalização de empresas portuguesas com referências específicas para países lusófonos que totalizaram cerca de 15.4 milhões de euros de investimento elegível e 7.5 milhões de euros de incentivos abarcando os sectores do comércio, serviços, indústria e construção, conforme se sistematiza no quadro seguidamente apresentado.

Quadro 61 – Projectos aprovados no âmbito do COMPETE direccionados para os países lusófonos

Promotor	Designação	Instrumento	Sector	Investimento Elegível (euros)	Incentivo (euros)
AGRICERT - CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	ANGOLA NO RUMO DA AGRICERT	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Serviços	122.788	58.210
AICCPN - ASSOC. DOS INDUSTRIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS	REDE COLABORATIVA PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO - CONSTRUIR EM ANGOLA (RCIC-CA)	SI Qualificação PME/Projectos Conjuntos	Construção	153.920	73.812
ANTÓNIO DIOGO UNIPessoal, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO DA DIMEDICA PARA ANGOLA	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	66.604	29.897

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Promotor	Designação	Instrumento	Sector	Investimento Elegível (euros)	Incentivo (euros)
AQUECIGAIA - INSTALAÇÕES, AQUECIMENTO, GÁS E ELECTRICIDADE, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO EM MERCADOS EMERGENTES (ANGOLA, MOÇAMBIQUE, ARGÉLIA E MARROCOS)	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Construção	124.077	64.074
ARGULOGIS, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO DA AIRMET PARA O BRASIL	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Turismo	178.485	80.318
BIFÔFÔ - PRÉ - COZINHADOS UNIPESSOAL, LDA	DESENVOLVIMENTO DE UMA ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE PRODUTO PRÓPRIO PARA OS MERCADOS BRASILEIROS	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Indústria	121.989	75.270
BLUETREND TECHNOLOGIES, LDA	BT PALOP	SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	Serviços	214.136	160.602
BPO CONSULTING, UNIPESSOAL, LDA	INTERNACIONALIZAR PARA BRASIL E ARGENTINA	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	746.120	335.754
C.M.G. - CALCÁRIOS MÁRMORES E GRANITOS, LDA	APOSTA NOS PALOP	SI Qualificação PME/Vale Inovação	Indústria	33.333	25.000
CAMPOVO - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE OVOS, SA	INTERNACIONALIZAÇÃO PARA PALOP'S E EUROPA NORTE	SI Qualificação PME/Vale Inovação	Indústria	33.333	25.000
CAPEX - ENGENHARIA UNIPESSOAL, LDA	criação de empresa de engenharia civil e internacionalização para Moçambique	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Construção	78.113	40.981
CASA DOS PALADARES, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ALIMENTARES TRADICIONAIS PORTUGUESES NO MERCADO BRASILEIRO	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	320.296	163.408
CASTELHANO & FERREIRA - INDUSTRIA DE TECTOS FALSOS E DIVISÓRIAS, SA	ENTRADA NO BRASIL E PROSPECÇÃO NA POLÓNIA, ALEMANHA E FRANÇA	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Construção	604.321	322.192
DECATILUM - COMÉRCIO DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO, UNIPESSOAL, LDA	RUMO AOS PAÍSES LUSÓFONOS (ANGOLA E BRASIL)	SI Qualificação PME/Vale Inovação	Comércio	33.333	25.000
DECOMED - FARMACÉUTICA SA	INTERNACIONALIZAÇÃO PARA O MERCADO DE MOÇAMBIQUE	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	177.785	80.003
DIVULGAMÉRITO, LDA	ESTUDO DO MERCADO AMBIENTAL PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO EM ANGOLA	SI Qualificação PME/Vale Inovação	Serviços	20.000	15.000
DOMINCONSTRUÇÕES - PAVIMENTOS E CONSTRUÇÕES, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO PARA CABO VERDE E MOÇAMBIQUE	SI Qualificação PME/Vale Inovação	Construção	33.333	25.000
ENTREPLANOS GABINETE DE ARQUITECTURA, URBANISMO E DESIGN, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA PARA OS MERCADOS EXTERNOS DE ANGOLA, MOÇAMBIQUE E BRASIL	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Serviços	56.276	25.324
ETICADATA SOFTWARE, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ETICADATA PARA OS PALOPS E ESPANHA	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Serviços	469.943	211.474
FIBROSOM - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, SA	FIBROSOM - PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO MOÇAMBIQUE 2012	SI Qualificação PME/Vale Inovação	Comércio	33.625	25.000

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Promotor	Designação	Instrumento	Sector	Investimento Elegível (euros)	Incentivo (euros)
FIÚZA & BRIGHT - SOC. VITIVINICOLA, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA NOS MERCADOS EMERGENTES (CHINA, BRASIL, RÚSSIA E ANGOLA), E CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DA PRESENÇA NO MERCADO EUROPEU	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	115.598	52.019
FRIAS & TELES GONÇALVES, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO E EXPORTAÇÃO PARA ÁFRICA (EXPRESSÃO PORTUGUESA); BRASIL	SI Qualificação PME/Vale Inovação	Comércio	20.000	15.000
FUTURMAGAZINE - SOC. EDITORA, LDA	ARQA - A REVISTA DE EXCELÊNCIA DA ARQUITECTURA NO BRASIL	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Serviços	314.885	141.698
GENE ENERGY SYSTEMS, LDA	PROJETO DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA O MERCADO BRASILEIRO	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	154.571	74.747
GENEDEC - MEDICAMENTOS GENÉRICOS, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO PARA O MERCADO DE MOÇAMBIQUE	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	150.426	67.692
GLOBALSOFT - BUSINESS SOFTWARE CONSULTING, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO PARA ANGOLA, MOÇAMBIQUE E CABO VERDE; QUALIDADE; REGISTO MARCAS; TIC PARA GESTÃO	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Serviços	327.618	147.428
GOGLOBAL - CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO GOGLOBAL - ANGOLA E MOÇAMBIQUE	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Serviços	95.438	46.202
HENRIQUE GUIMARÃES -CONSULTORIA EM QUALIDADE UNIPESSOAL, LDA	CONSULTORIA DE GESTÃO NO APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO PARA MOÇAMBIQUE	SI Qualificação PME/Vale Inovação	Serviços	8.000	6.000
ICELPASTA, LDA	ICELPASTA - PLANO INTERNACIONALIZAÇÃO ANGOLA 2012	SI Qualificação PME/Vale Inovação	Comércio	33.625	25.000
IDEIAPACK, COMÉRCIO EMBALAGENS, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO PARA ANGOLA E MOÇAMBIQUE	SI Qualificação PME/Vale Inovação	Comércio	15.000	11.250
IGEMACI - ENGENHARIA, SA	APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA PARA O BRASIL E MOÇAMBIQUE	SI Qualificação PME/Vale Inovação	Construção	16.000	12.000
INOFORMAT - SOLUÇÕES PARA A GESTÃO, LDA	INOANGOLA2010	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	62.854	28.284
	INO BM (INOFORMAT EM NOVOS HORIZONTES, BRASIL E MOÇAMBIQUE)	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Serviços	59.000	26.550
INOXANTUÁ - INATAÇÕES EM INOX, LDA	IMPLEMENTAÇÃO DE SGQ 9001:2008 E INTERNACIONALIZAÇÃO PARA FRANÇA, INGLATERRA, GUINÉ BISSAU E MOÇAMBIQUE	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Indústria	183.803	110.870
JOAQUIM VITOR ALVES DA ROCHA	ACÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA O MERCADO DE ANGOLA, MOÇAMBIQUE E CABO VERDE	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	179.475	101.119
L.P.M. - COMUNICAÇÃO, SA	INTERNACIONALIZAÇÃO SUSTENTADA PARA ANGOLA	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Serviços	140.780	49.273

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Promotor	Designação	Instrumento	Sector	Investimento Elegível (euros)	Incentivo (euros)
LIFETIME ELEVADORES, LDA	APOSTA NOS PALOP	SI Qualificação PME/Vale Inovação	Construção	33.333	25.000
MEDICALMEDIA MAMÃS E BEBÉS PUBLICAÇÕES UNIPESSOAL, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS DA MEDICALMEDIA PARA A ESPANHA, BRASIL E VENEZUELA 2013 ? 2014	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Serviços	230.763	110.773
METALURGIA APOCER, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE PARA MERCADOS EXTERNOS DE BRASIL, EUA, INGLATERRA, ALEMANHA, ESPANHA, MARROCOS E TUNÍSIA E MELHORIA DA IMAGEM CORPORATIVA DA EMPRESA	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Indústria	195.409	92.752
MOBILITEC, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOBILITEC PARA MERCADO PALOP, BRASIL E ESPANHA	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	88.460	44.013
MULTIFROTA - COMÉRCIO E GESTÃO DE FROTAS, SA	INTERNACIONALIZAÇÃO MULTIFROTA - ANGOLA	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	331.550	149.198
NEOLOGICA - COMERCIO INTERNACIONAL, LDA	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NEOLÓGICA: DIVERSIFICAÇÃO DE MERCADOS (HUNGRIA, POLÓNIA E BRASIL)	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	127.551	72.587
PENAZEITES - AZEITES TRADICIONAIS, SA	PENAZEITES BRASIL	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Indústria	354.876	162.319
PERFECT TRADING - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE PARA MERCADOS EXTERNOS DE CABO VERDE, MOÇAMBIQUE, ARGÉLIA E FRANÇA E MELHORIA DA IMAGEM CORPORATIVA DA EMPRESA	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	149.096	69.528
PINTO BRASIL - FÁBRICA DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS, SA	ESTRATÉGIA PINTO BRASIL 2013 - NOVOS PRODUTOS, NOVOS SEGMENTOS E NOVOS PROCESSOS	SI Inovação/Inovação Produtiva	Indústria	1.416.766	925.791
	ECOSH - ECO-SMART HEAT PUMP	I&DT Empresas/Projectos Individuais	Indústria	393.022	150.315
	ESTRATÉGIA PINTO BRASIL 2015 - NOVOS PRODUTOS PARA O SECTOR AUTOMÓVEL	SI Inovação/Inovação Produtiva	Indústria	1.459.602	802.781
POSTER DIGITAL - IMPRESSÃO DIGITAL DE CARTAZES, LDA	PROJETO INTERNACIONALIZAÇÃO POSTER DIGITAL - BRASIL E ANGOLA	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Indústria	408.897	226.149
PRACTICAL WAY SOFTWARE, PORTUGAL SA	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA OS MERCADOS BRASILEIRO E ESPANHOL	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Serviços	88.483	39.817
RXEDY HEATHCARE PHARMA, LDA	RXEDY BEP - INTERNACIONALIZAÇÃO PARA OS MERCADOS BRASILEIRO, ESPANHA E PALOPS	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	360.472	190.413

**ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS**

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

Promotor	Designação	Instrumento	Sector	Investimento Elegível (euros)	Incentivo (euros)
SAPEC AGRO, SA	INOVAR NO MERCADO BRASILEIRO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS	SI Inovação/Inovação Produtiva	Indústria	2.155.179	500.000
SIGRAMAR - SOCIEDADE INDUSTRIAL DE GRANITOS E MÁRMORES, LDA	INTINVESTIMENTO EM INTERNACIONALIZAÇÃO PARA OS MERCADOS DE FRANÇA, ANGOLA E AZERBAIJÃO	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Indústria	101.050	58.643
SLIDESHOW - UNIPESSOAL, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE PARA MERCADOS DE MOÇAMBIQUE, ANGOLA E EUA, REFORÇO DA ACTIVIDADE COMERCIAL E CRIAÇÃO DE EMPREGO JOVEM	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Serviços	113.717	57.339
SOC. PORTUGUESA DE INOVAÇÃO - CONSULTADORIA EMPRESARIAL E FOMENTO DA INOVAÇÃO, SA	PALOP TECH - NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA NOS PALOP	I&DT Empresas/Projectos Individuais	Serviços	245.056	173.133
SOCIEDADE DE VINHOS VITOR MATOS II, SA	EXPANSÃO INTERNACIONAL DA SVVM PARA O MERCADO DE MOÇAMBIQUE	SI Qualificação PME/Vale Inovação	Comércio	11.500	8.625
SOPSEC - SOC. DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, SA	INTERNACIONALIZAÇÃO BRASIL E ANGOLA	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Serviços	107.900	45.303
STEP INSIDE, SA	EXPANSÃO DA STEP INSIDE NO MERCADO ANGOLANO	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	51.795	23.308
SYSADVANCE SISTEMAS DE ENGENHARIA, SA	AUMENTO DA VISIBILIDADE NOS MERCADOS INTERNACIONAIS/ CERTIFICAÇÃO OXIGÉNIO MÉDICO NO BRASIL	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Indústria	475.486	278.905
TOTALSAFE - SISTEMAS DE SEGURANÇA, LDA	ANGOLA, UM NOVO DESTINO	SI Qualificação PME/Vale Inovação	Comércio	33.000	24.750
TRUEWIND - CHIRON, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	INTERNACIONALIZAO TRUEWIND-CHIRON: DESAFIO PARA BRASIL	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Serviços	350.905	151.497
VITOR MARTINS - ARQUITECTOS SA	INTERNACIONALIZAÇÃO PARA O MAGREBE E PALOPS (BRASIL E MOÇAMBIQUE)	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Serviços	221.717	110.859
WEPRODUCTISE, LDA	WEPRODUCTISE E-COMMERCE STORE COM INTERNACIONALIZAÇÃO PARA O MERCADO EUROPEU, BRASIL E CHINA	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	170.221	94.817
ZELER FARMACEUTICA - COMÉRCIO E INDÚSTRIA, LDA	INTERNACIONALIZAÇÃO PARA O MERCADO DE MOÇAMBIQUE	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Comércio	138.554	62.349
ZONA VERDE CONSULTORIA E ESTUDOS AVANÇADOS, LDA	À CONQUISTA DE ANGOLA	SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	Serviços	72.789	32.755
Total				15.386.032	7.460.170



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

No que diz respeito aos projectos conjuntos de internacionalização aprovados no SI PME¹² apresentados por associações e outras entidades desta natureza, e com realização no horizonte de 2015, identifica-se um conjunto de iniciativas que têm como objectivo a promoção das potencialidades nacionais no estrangeiro e a identificação de oportunidades de cooperação económica e empresarial bilateral, de entre as quais se destaca um vasto número de presenças em feiras, missões em território estrangeiro e missões inversas, actividades de prospecção, campanhas promocionais e *road shows*.

As câmaras de comércio e indústria bilaterais tais como a Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Angola; o Conselho das Câmaras de Comércio Portuguesas no Brasil e Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira; a Câmara de Comércio Indústria e Turismo de Cabo Verde e a Câmara de Comércio Portugal Moçambique, assim como outras representações nestes países e também em São Tomé e Príncipe e Timor Leste, têm também desenvolvido significativos e diários esforços de cooperação económica e empresarial.

¹² Lista completa disponível em http://www.portugalglobal.pt/PT/geral/Documents/DOCs2014/SI_PME_2014_2015.pdf.



6. COMO REFORÇAR A INTERNACIONALIZAÇÃO DE PORTUGAL E A COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES LUSÓFONOS

6.1 Uma oportunidade de mudança

A adesão de Portugal à União Europeia constituiu um passo fundamental no processo de integração do país nas dinâmicas da globalização e da internacionalização, gerando vantagens, mas também desafios. Portugal insere-se no grupo de países de desenvolvimento humano muito elevado, evidenciando mesmo melhor posicionamento do que a média dos países do grupo onde se insere no que diz respeito a alguns indicadores, como sejam os relacionados com a longevidade da população, os índices de mortalidade ou a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação. Verifica-se, contudo, que relativamente a factores como a educação e os níveis de rendimento, se verifica algum distanciamento não obstante os esforços de recuperação. A crise económica e financeira internacional e o decorrente Programa de Ajustamento Económico e Financeiro induziram perdas de rendimento e emprego mas também foram indutores de importantes alterações estruturais na economia portuguesa, nomeadamente ao nível da redefinição das apostas de desenvolvimento internas e da alteração do paradigma comercial da economia portuguesa, com a balança de bens e serviços a atingir pela primeira vez em 2013 um saldo positivo, após quase 20 anos consecutivos de saldos comerciais negativos.

Apesar dos baixos níveis de crescimento ao longo da última década, a evolução recente de alguns indicadores denota uma gradual reconversão da economia portuguesa com a atenuação dos desequilíbrios orçamentais e externos. O ano de 2014 deverá, assim, vir a representar a confirmação deste ponto de viragem.

Neste contexto, o reforço da competitividade do tecido empresarial português e o aprofundamento do grau de internacionalização de Portugal são objectivos essenciais numa estratégia de desenvolvimento económico que procure um enquadramento estrutural mais equilibrado, mais robusto e menos exposto a choques externos adversos. A redução dos níveis de dívida externa passa sobretudo pelo reforço da competitividade e agilização da internacionalização. Tendo presente a importância desta estratégia, importa actuar sobre os factores de competitividade que potenciam a internacionalização, de forma a reforçar os pontos fortes e as vantagens competitivas da economia portuguesa.

6.2 A necessidade de reforço dos factores de competitividade internos

Os resultados alcançados no índice de Competitividade Global calculado pelo Fórum Económico Mundial e a análise efectuada aos potenciais catalisadores da competitividade identificados no Programa de estratégia Portugal 2020 sugerem as seguintes linhas de acção para reforço da competitividade da economia portuguesa, as quais têm que ser devidamente enquadradas no contexto do espaço de actuação das políticas públicas e da restrição colocada pelos níveis de endividamento, público e externo:

- Aumento da eficiência do mercado de trabalho: Têm vindo a ser efectuadas diversas alterações no enquadramento legislativo do mercado laboral, com vista a torná-lo mais flexível, aumentando a resiliência do tecido empresarial e promovendo o emprego.
- Melhoria do ambiente macroeconómico: Para tal será necessária a promoção de estratégias e de políticas económicas de médio prazo que assegurem a prossecução de políticas económicas saudáveis (no passado, a política orçamental exerceu uma acção pró-cíclica, um dos factores na origem dos actuais problemas de endividamento excessivo do sector público).
- Aposta no desenvolvimento do mercado financeiro: Através do aumento do grau de literacia



ESTUDOS NACIONAIS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

financeira e do aprofundamento do mercado financeiro, estimulando um maior recurso das empresas ao mercado de capitais como forma de reforçar os seus balanços e a sua robustez financeira.

- Redução da burocracia e da carga tributária: Pela prossecução das reformas para agilização da Administração Pública e adequar a carga tributária tendo em conta os objectivos primordiais de redução da dívida pública, consolidação das finanças públicas e reforço do espaço de actuação contracíclica da política orçamental.
- Aposta nos sectores económicos de diferenciação e vantagem competitiva: Implica a promoção da especialização produtiva nacional para as actividades e produtos com maior valor acrescentado e maior intensidade tecnológica, redireccionando os factores de competitividade do custo para a qualidade e potenciando a entrada das exportações portuguesas em novos mercados mais exigentes e concorrenciais. De entre os sectores económicos em que Portugal apresenta vantagens competitivas no mercado internacional destacam-se (i) a agro-indústria e o sector alimentar e de bebidas (onde se inclui o sector vitivinícola), (ii) a indústria com destaque para as actividades têxtil, de vestuário, de calçado, de mobiliário e de cortiça e (iii) o turismo que constitui uma actividade exportadora de referência a nível nacional com crescente notoriedade internacional.
- Desenvolvimento de recursos humanos, técnicos e científicos: Promover, de forma intensiva, o investimento na qualificação dos recursos humanos, incluindo a educação avançada ao nível do ensino superior, o reforço da articulação entre o sector privado e as instituições académicas, o reforço dos conhecimentos linguísticos, a mobilidade transnacional no ensino superior e os investimentos na formação do capital humano no mercado de trabalho.
- Capacitar, modernizar e qualificar o tecido empresarial nacional: Através da melhoria das competências de organização e gestão estratégica do sector empresarial, promovendo o investimento em factores de competitividade com elevado grau de sofisticação e na formação de trabalhadores. Importa sensibilizar o tecido empresarial para os objectivos de desenvolvimento nacional previstos na estratégia Portugal 2020.
- Desenvolver infra-estruturas que contribuam para a competitividade das exportações: Pela canalização do investimento disponível para as infra-estruturas que, no contexto de um país periférico face à Europa mas com um grande potencial a explorar nas rotas do Atlântico, sejam geradoras de benefícios para a internacionalização da economia portuguesa, nomeadamente o sector portuário, o sector ferroviário e as plataformas logísticas.
- Aposta na modernização e capacitação da administração pública: Através do aumento da eficiência e integração dos serviços públicos, com maior disponibilização e utilização de serviços *online* e reforço qualificação dos seus recursos humanos.
- Aumento dos níveis de produtividade nacional: A atingir por via da actuação conjugada nas diversas vertentes, como sendo a inovação nos produtos e processos produtivos, a incorporação de maior valor acrescentado na produção, o investimento na formação e na qualificação dos recursos humanos e a reconversão produtiva nacional mais assente na qualidade e na intensidade tecnológica.

6.3 Uma estratégia de desenvolvimento económico com enfoque na internacionalização

Conforme anteriormente referido, o período de ajustamento económico e financeiro que Portugal atravessa demonstra a especial atenção que as políticas de desenvolvimento e de crescimento económico deverão dar à orientação dos recursos internos, à especialização produtiva de maior valor acrescentado e à melhoria sustentada dos níveis de produtividade nacional.



A alteração do quadro de apoio Europeu e o desenho e aplicação da estratégia Portugal 2020 deverão propiciar uma oportunidade para redesenhar formas de actuação, aumentar a eficácia e a eficiência na utilização dos fundos estruturais. Tem subjacente um redireccionamento para os resultados efectivos, para as melhorias organizacionais e para as parcerias e projectos colectivos.

As políticas de desenvolvimento económico e de promoção da internacionalização implementadas nos últimos anos reflectem-se no crescimento (embora moderado) do IDE em Portugal e do IDPE e numa balança comercial superavitária depois de décadas persistentemente deficitária, tendências que deverão ser confirmadas nos próximos anos. O resultado da internacionalização do tecido empresarial é particularmente notável diante uma economia onde predominam microempresas e PME.

Destacam-se as seguintes acções para promoção da internacionalização da economia portuguesa:

- Reforçar a intensidade exportadora em sectores transaccionáveis onde a vantagem competitiva nacional é mais significativa através de uma discriminação positiva no acesso a fundos nomeadamente estruturais.
- Promover a diversificação de mercados com estratégias adequadas aos mercados e segmentos alvo.
- Elaborar uma estratégia integrada de marketing, divulgação e comunicação.
- Estimular o IDE nacional no estrangeiro, criando condições que permitam ultrapassar as limitações decorrentes das dificuldades de financiamento ou a exposição ao risco.
- Providenciar medidas de atractividade de investimento externo e de localização de empresas estrangeiras, zelando pela adequação às especificidades produtivas nacionais e promovendo a formação de *clusters* integrados com empresas nacionais.
- Promover a cooperação e as parcerias entre empresas especializadas e complementares, no sentido de ganhos de escala e de poder negocial na abordagem a mercados externos.
- Qualificar os recursos humanos para a internacionalização.
- Desenvolver as infra-estruturas cruciais para a competitividade das exportações.
- Promover os relacionamentos internacionais e regionais formalmente instituídos como instrumento de visibilidade, escala e reforço da capacidade de intervenção nas decisões.

6.4 O aprofundamento das relações económicas bilaterais

O perfil de cooperação entre Portugal e os países parceiros referenciados no estudo tem sofrido mutações ao longo do tempo, passando de parceiros de desenvolvimento a parceiros económicos e de internacionalização. Estes países de proximidade histórico-cultural deverão continuar a estar no centro da estratégia de internacionalização nacional, dados os desígnios de diversificação de mercados e de apoio de Portugal ao seu desenvolvimento.

A análise das complementaridades comerciais das exportações nacionais face às necessidades de importação destes países lusófonos permite identificar como prioritários os produtos alimentares, têxteis, máquinas, equipamentos, serviços, farmacêutica, entre outros. Também o comércio de serviços surge como uma área de interacção de iminente importância, tendo em conta os comparativamente reduzidos níveis de industrialização destes países.

Estamos, contudo, perante países com diferentes graus de desenvolvimento e de internacionalização, facto que deve ser devidamente acautelado, mediante um aprofundamento de relacionamentos que tenha em consideração as especificidades de cada país, tanto mais que o panorama concorrencial é cada vez mais exigente. A estratégia a adoptar deverá, assim, ter em consideração a existência de dois perfis



distintos:

- Países com os quais Portugal estabelece relações intensivas, como sendo:
 - Angola, país com relações comerciais em expansão e principal parceiro comercial no contexto dos países de referência, mas em que se assiste ao aumento da concorrência e à adopção de medidas proteccionistas justificadas pela necessidade de estímulo da produção nacional.
 - Brasil, país com relações de investimento e comércio historicamente instituídas em que importa promover a aproximação comercial, a aposta em sectores de oportunidade, o equilíbrio do saldo actualmente deficitário nas mercadorias e a afirmação do comércio de serviços.
 - Cabo Verde, que apresenta um relevante relacionamento comercial com Portugal que necessita, no entanto, de ser reanimado e reforçado;
 - Moçambique, que apresenta um relacionamento comercial estável com Portugal e com forte enfoque no investimento.
- Países com relações ainda em progresso e com grande margem de desenvolvimento, que actualmente se processam essencialmente na óptica da cooperação para o desenvolvimento o que permitirá construir as bases para uma verdadeira parceria económica no futuro, como sendo São Tomé e Príncipe e de Timor Leste.

Destacam-se as seguintes acções para promoção das relações bilaterais com Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste:

- Promover soluções específicas e nichos de relacionamento económico para cada país lusófono, tendo em conta os diferentes graus de desenvolvimento e de internacionalização, tornando as abordagens individuais mais efectivas. No caso de países em franca expansão e de maior grau de integração internacional, como sendo Angola, importa apostar no desenvolvimento do investimento e do comércio de serviços e de produtos mais sofisticados.
- Promover formas de actuação conjunta de entidades oficiais, por exemplo da CPLP, das Câmaras bilaterais e de outras entidades portuguesas com representação local. Simultaneamente deverá ser promovida a participação activa das PME mediante a articulação e cooperação entre o sector empresarial e as entidades oficiais, facilitando a comunicação e potenciando resultados mais céleres no acesso a estes mercados.
- Acompanhar os países lusófonos nos processos de adesão a organizações internacionais e de integração nos blocos económicos regionais.
- Melhorar e rever as tradicionais metodologias de comunicação e divulgação (missões empresariais, participação em feiras, visita de compradores, formação de empresários), de forma a aumentar a sua eficácia e a adequar a actuação às necessidades das empresas.
- Promover intercâmbios de ensino contribuindo para a formação de quadros para os países lusófonos e o intercâmbio de formadores.
- Promover linhas específicas de apoio à internacionalização para os países lusófonos.
- Renovar e operacionalizar os acordos de cooperação bilateral.



“A presente publicação não consubstancia qualquer conselho, recomendação ou proposta de investimento, seja de que natureza for. Os resultados, conclusões e opiniões constantes da presente publicação baseiam-se em informação obtida junto de fontes consideradas fiáveis, mas as suas precisão e completude não podem ser garantidas pelo Banco BPI. O Banco BPI, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus administradores, directores ou outros colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou dos seus conteúdos. O Banco BPI e os seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a prévia autorização do Banco BPI.”

BANCO BPI, S.A.

Rua Tenente Valadim, 284

4100-476 Porto

Tel.: (351) 22 207 50 00

Telefax: 22 207 58 88

Largo Jean Monnet, nº 1

1269-067 Lisboa

Tel.: (351) 21 310 10 00